

Relatório de Gestão

Secretaria do Tesouro Nacional/MF

Exercício 2007

SUMÁRIO

Descrição	Página
INFORMAÇÕES GERAIS	
1. Identificação	
2. Responsabilidades institucionais	
3. Estratégias de Atuação	
PARTE I - SECRETARIA-ADJUNTA I – GESTÃO CORPORATIVA, NORMAS E CONTABILIDADE	
COORDENAÇÃO-GERAL DE SISTEMAS E TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO – COSIS	
1. Apresentação	
2. Atribuições Regimentais	
3. Gestão de programas e ações	
4. Recomendações de órgãos de controle	
COORDENAÇÃO-GERAL DE NORMAS E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA - CONED	
1. Apresentação	
2. Projetos e Atividades	
3. Resultado Institucional	
4. Deliberações dos Órgãos de Controle Externo e Interno	
5. Considerações Finais	
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE - CCONT	
1. Introdução	
2. Subsistema de Contas a Pagar a a Receber – CPR	
3. Documento Folha de Pagamento no SIAFI	
4. Atualização do Plano de Contas e da Tabela de Eventos	
5. Manual SIAFI	
6. Acompanhamento, Controle e Consolidação da Execução	
7. Balanço Geral da União – BGU	
8. Ações da CCONT no Cumprimento da Atribuição de Órgão Central de Contabilidade da União	
9. Capacitação Institucional	
10. Informações Gerenciais	
11. Demandas do TCU e CGU	
12. Processo de Encerramento do Exercício	
13. Acompanhamento da Integração de Balancetes	
14. Participações em Eventos Externos	
COORDENAÇÃO-GERAL DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - CODIN	
1. Gestão de Programa e Ações	
1.1 Programa 0773 – Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União	
1.2 UCP – PACE - Programa de Assistência Técnica ao Crescimento Equitativo e Sustentável (inclusive Informações sobre o projeto financiado com recursos externos)	

2. Outras Atividades Relevantes Desenvolvidas	
3. Informações Sobre os Gastos com Cartão de Crédito Corporativo	
4. Recomendações e Determinações dos Órgãos de Controle	
5. Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício	
PARTE II - SECRETARIA-ADJUNTA II – GESTÃO FISCAL	
COORDENAÇÃO-GERAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOUREIRO NACIONAL - COPEC	
1. Gestão de Programas e Ações	
COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE ECONÔMICO-FISCAL DE PROJETOS DE INVESTIMENTO PÚBLICO - COAPI	
1. Programa Governamental ou Ação Administrativa	
2. Transferência de Recursos	
3. Projetos Financiados com Recursos Externos	
COORDENAÇÃO-GERAL DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - COFIN	
1. Desempenho Operacional	
2. Recomendações de Órgãos de Controle	
COORDENAÇÃO-GERAL DE RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS E HAVERES MOBILIÁRIOS – COREF	
1. Gestão de Programas e Ações	
2. Desempenho Operacional	
3. Recomendações de Órgãos de Controle	
COORDENAÇÃO-GERAL DE GERENCIAMENTO DE FUNDOS E OPERAÇÕES FISCAIS - COFIS	
1. Primeira Parte – Ações Orçamentárias	
2. Segunda Parte – Determinações do Tribunal de Contas da União	
3. Terceira Parte – Ações Administrativas	
4. Quarta Parte – Rol de Responsáveis	
PARTE III - SECRETARIA-ADJUNTA III – GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA – CODIP	
1. Gestão de Programas e Ações	
2. Recomendações de Órgãos de Controle	
COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA DÍVIDA PÚBLICA – COGEP	
1. Gestão de Programas e Ações	
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DA DÍVIDA PÚBLICA - CODIV	
1. Gestão de programas e ações	
2. Gestão das Ações (inclusive recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional)	
3. Desempenho operacional	
4. Recomendações de órgãos de controle	
5. Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício	
6. Execução financeira e orçamentária – 2007	

PARTE IV – SECRETARIA-ADJUNTA IV – RELAÇÕES FEDERATIVAS	
COORDENAÇÃO-GERAL DAS RELAÇÕES E ANÁLISE FINANCEIRA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS – COREM	
1. Ações Administrativas	
2. Recomendações e Solicitações dos Órgãos de Controle	
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS – COPEM	
1. Autorização para Realização de Operações de Crédito dos Entes da Federação	
2. Outras Atividades	
COORDENAÇÃO-GERAL DE HAVERES FINANCEIROS - COAFI	
1. Gestão de Programas e Ações	
2. Recomendações de órgãos de controle	
PARTE V	
COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS - CESEF	
1. Projetos e Atividades	
GESTÃO DE RISCOS OPERACIONAIS	
1. Atividades do Núcleo de Gestão de Riscos Operacionais	

INFORMAÇÕES GERAIS

1. Identificação

Nome completo da unidade e sigla	Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo
Vinculação ministerial	Ministério da Fazenda
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Decreto nº 92.452, de 10 de março de 1986. Cria a Secretaria do Tesouro Nacional – DOU de 11/03/1986 Decreto Nº 6.313, de 19 de dezembro de 2007 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda, e dá outras providências - DOU de 20/12/2007 Regimento Interno da STN - Portaria MF Nº 403, de 2 de dezembro de 2005 - DOU de 07/12/2005
CNPJ	00.394.460/0409-50
Nome e código no SIAFI	STN/COFIN – 170.500
Código da UJ titular do relatório	Órgão 25805
Códigos das UJ abrangidas	Não consolida outras unidades
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios, Bloco P, Ministério da Fazenda, 2º andar. CEP: 70.048-900. Tel.: 3412-2222.
Endereço da página institucional na internet	www.stn.fazenda.gov.br
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento
Função de governo predominante	Administração
Tipo de atividade	Administração Financeira

Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	
Nome	Código
COORD.-GERAL DE DESENVOL.INSTITUCIONAL-CODIN	170.007
UCP/STN - PACE - RECURSOS EXTERNOS	170.403
STN/COAPI - PPI - TAL	170.453
COORDENACAO-GERAL DE PROGRAMACAO FINANCEIRA	170.500
COORD.PROG.FINANCEIRA/SIST.PAGTO.BRASILEIRO	170.501
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL/COFIN/STN	170.502
SETORIAL DE CONTABILIDADE - COFIN/STN	170.503
COFIN EXTERIOR - DOLAR	170.504

COFIN EXTERIOR - EURO	170.505
COFIN EXTERIOR - IENE	170.506
COORD.-GERAL ANAL.ECON.-FISC.PROJ.INV.PUBLICO	170.509
COORD.DE CONTR.DE RESP.E HAVERES FINANC./STN	170.510
COORDENACAO GERAL DE HAVERES FINANCEIROS	170.512
COORD.GER.DE ANAL.EST.FISC.DE EST./MUNICIPIOS	170.515
COORD.GERAL DE ESTUDOS ECONOMICOS FISCAIS	170.518
COORD.GERAL DE PLANEJ.ESTRAT.DA DIV.PUBLICA	170.519
COORD.-GERAL DE OPER.DE CRED.EST.E MUNICIPIOS	170.521
COORD.GERAL DE CONTROLE DA DIVIDA PUBLICA	170.600
PROGER - GERENCIAMENTO DA DIVIDA PUBLICA	170.601
COORD.DAS OPER.DE CRED.DO TES.NACIONAL - STN	170.700
COPEC/PROEX	170.702
COORD.-GERAL DE GER. DE FUNDOS E OP FISCAIS	170.705
COPEC/PROG.REVIT.DE COOP.DE PROD.AGROP.RECOOP	170.710
COPEC/U.INDUSTRIAIS/ALCOOL/PNDA	170.716
COPEC – PRONAF	170.722
COORD.-GERAL DE SISTEMAS DE INFORMATICA – STN	170.800
COORDENACAO-GERAL SIST.INFORMAT.-CONTROLE/STN	170.802
REGISTRO AUTOMATICO P/IMPORTACAO DE DADOS-STN	170.803
PROGRAMA DE CAPACITACAO DE USUARIOS/ED.	170.804
GABINETE DO SECRETARIO DA STN	170.850
COORD.DE NORMAS E AVAL.DA EXEC.DA DESPESA/STN	170.860
COORDENACAO GERAL DE CONTABILIDADE	170.999
COFIN - EXTERIOR - DIF.CAMBIAL	179.999

Fonte: SIAFI – Transação CONUG – Órgão 25805 – Secretaria do Tesouro Nacional

2. Responsabilidades institucionais

Nesta seção, cabe informar sobre o espaço político-institucional no qual a Secretaria do Tesouro Nacional – STN atua, esclarecendo sobre seu papel face às políticas públicas que estão sob sua responsabilidade. Ainda, mencionam-se as principais realizações e impactos positivos da atuação da instituição ao longo do exercício de 2007.

Nesse contexto, a Secretaria do Tesouro Nacional está estruturada em 16 Coordenações-Gerais que atuam de forma isolada, ou concomitantemente com outras unidades da própria Secretaria, do Ministério da Fazenda ou de outros Ministérios.

A atuação desta Secretaria está mapeada em macroprocessos, quais sejam: i) administração orçamentário-financeira; ii) gerenciamento de haveres financeiros e mobiliários; iii) gerenciamento de obrigações financeiras e contingentes; iv) administração da dívida pública federal; v) gestão da contabilidade governamental; e vi) atividades de suporte às atribuições da Secretaria do Tesouro Nacional – desenvolvimento institucional e tecnologia da informação.

Do ponto de vista das Finanças Públicas, a Secretaria do Tesouro Nacional tem participação efetiva na definição da política de financiamento do setor público, com o intuito de promover medidas econômico-fiscais adequadas e compatíveis com a sustentabilidade macroeconômica do País. Cabe mencionar como objetivos da instituição a busca permanente pelo equilíbrio dinâmico entre receitas e despesas e a transparência das informações relativas ao gasto público.

A seguir, os macroprocessos são caracterizados, bem como é apresentada a síntese das principais realizações em cada macro-processo no exercício de 2007.

2.1. Administração Orçamentário-Financeira

A programação financeira da Secretaria do Tesouro Nacional visa garantir a observância das metas fiscais e incentivar a melhoria da qualidade do gasto público. Assim, esta instituição, no desempenho de suas atribuições, atua visando a compatibilização entre a receita e a despesa pública anual, contribuindo para o cumprimento das metas de resultado estabelecidas em lei. Encontram-se inseridas, ainda, no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional, as atribuições pertinentes ao órgão central do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal.

A estruturação do Projeto Piloto de Investimento – PPI em 2005, amplificada pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC lançado em 2007, representou um marco para a programação financeira, introduzindo inovações relevantes. Tais inovações permitiram direcionar recursos expressivos para os investimentos em infra-estrutura do País, incorporando aos processos usuais de trabalho o fortalecimento da capacidade de seleção, implementação, monitoramento e avaliação de projetos.

No biênio 2005/2006, o PPI envolveu recursos da ordem de R\$ 6,6 bilhões, destinados principalmente ao setor de transportes. Em 2007, o PAC ampliou e diversificou o escopo de investimentos prioritários em infra-estrutura, com a alocação de R\$ 16,6 bilhões em projetos dos eixos logístico, social e urbano.

Cabe à Secretaria do Tesouro Nacional participar do processo de gestão do PAC, em particular mediante a formulação e execução da programação financeira, estimando e disponibilizando tempestivamente os recursos requeridos.

De forma paralela e simultânea à execução financeira do PAC, busca-se, a partir do monitoramento dos referidos projetos de investimento, identificar riscos fiscais, possibilidades de desvio de programação financeira e retornos econômico-fiscais, que são de considerável importância à missão de garantir a sustentabilidade fiscal, atribuída a esta Secretaria.

Para executar adequadamente seu papel, as ações estratégicas da Secretaria direcionam-se no sentido do desenvolvimento de sistemática de monitoramento de projetos, do conhecimento dos marcos legais, regulatórios e econômicos da infraestrutura, bem como do aprimoramento do processo de programação financeira dos investimentos públicos, mediante melhoria da previsão de desembolso (anual e mensal) e da utilização dos recursos disponíveis como alavanca para aprimorar a qualidade do gasto público.

Ademais, as ações da STN norteiam-se pela busca do aperfeiçoamento da programação financeira da União, avaliando os gastos governamentais e estabelecendo normas sobre a execução orçamentária financeira e contábil.

2.2. Gerenciamento dos Haveres Financeiros e Mobiliários

Outra atividade essencial da Secretaria do Tesouro Nacional refere-se à administração dos haveres financeiros do Tesouro Nacional junto a estados, municípios e suas entidades, em decorrência de empréstimos, assunção de obrigações, sub-rogação de créditos, honra de garantias ou outros cuja titularidade seja da União. Os créditos correspondem à maior parcela dos haveres financeiros da União, cuja recuperação é fundamental para o resultado fiscal do Governo Federal e a sustentação das políticas econômico-fiscais compatíveis com a sustentabilidade macroeconômica do País.

No contexto da reestruturação das dívidas implementada em decorrência da Lei nº 9.496, de 1997, foram firmados contratos, entre a União e os entes federativos, que prevêem a formalização dos Programas de Ajuste Fiscal nos Estados o que trouxe a atribuição de apoio e supervisão de tais programas, que são periodicamente revisados, além da avaliação anual do cumprimento das metas fiscais acordadas.

Ao considerar a supervisão das atividades de coleta, tratamento e divulgação de dados sobre as finanças estaduais e municipais, que incluem importante papel no processo de consolidação das informações contábeis dos estados e municípios, além de inúmeras informações disponíveis ao público em geral por meio da rede mundial de computadores – Internet.

Finalmente, destaca-se atividade de controle e autorização de operações de crédito pleiteadas por estados e municípios, originada de competência atribuída pela Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 32) e de delegação do Senado Federal (Resolução SF nº 43, de 21 de dezembro de 2001), com o objetivo de instruir os pleitos cuja atribuição constitucional é daquela Casa de Legislação.

As atividades têm natureza contratual ou normativa, de caráter financeiro ou de controle, e demandam elevado grau de especialização, além de estarem inseridas em contexto de extrema relevância nas relações federativas, considerando o volume e impacto que as operações igualmente possuem para as finanças dos estados e municípios.

O exercício de 2007 refletiu, frente aos resultados positivos alcançados, o permanente esforço da Secretaria do Tesouro Nacional em manter intactas as bases contratuais que dão amparo aos haveres junto aos estados e municípios. A estabilidade na relação contratual com os entes federativos propiciou a continuidade

dos programas de ajuste fiscal, em bases sólidas, e permitiu a recuperação dos créditos previstos no exercício. O esforço empreendido no monitoramento do contencioso judicial significou uma maior efetividade no relacionamento com a Advocacia Geral da União – AGU, representante legal na União, evitando maior impacto na execução dos contratos vigentes.

O nível das informações disponibilizadas e consolidadas de estados e municípios tem sido incrementado gradualmente devido a uma maior participação das prefeituras, a evolução do processo de coleta e das exigências de atualização de dados quando do protocolo de pleitos de operações de crédito.

Destaque-se também o atendimento integral das atividades delegadas pelo Senado Federal na instrução dos processos de análise das operações de crédito, sobretudo frente ao crescimento das demandas em contraposição à manutenção dos recursos disponíveis.

No que diz respeito à gestão de haveres financeiros não relacionados a estados e municípios, a Secretaria do Tesouro Nacional é responsável pelo gerenciamento dos ativos financeiros da União, por meio da administração dos recebimentos, bem como do controle e acompanhamento das informações a eles relacionadas.

As origens dos ativos financeiros são diversas e decorrem, principalmente, da liquidação ou extinção de órgãos e entidades da Administração Federal; de leis específicas e do crédito rural. Também são originários de financiamentos concedidos a agricultores e exportadores, além da manutenção de estoques agrícolas públicos federais. O saldo dos haveres financeiros administrados totalizou, em 31/12/2007, cerca de R\$ 109,3 bilhões.

No que concerne à gestão dos haveres mobiliários, esta Secretaria é responsável pela administração das participações societárias da União, seus respectivos rendimentos e direitos. Tais participações são compostas por investimentos estratégicos em empresas públicas e sociedades de economia mista, cotas em fundos especiais (FINAM, FINOR, FND, FGP) e em organismos internacionais sob responsabilidade do Ministério da Fazenda (BIRD, AID, MIGA), bem como ações passíveis de alienação depositadas em fundos (FAD, FND).

Em dezembro de 2007, a União possuía participação acionária direta majoritária em 50 empresas, sendo 27 sociedades de economia mista e 23 empresas públicas, e participações minoritárias diretas em 81 empresas.

2.3. Gerenciamento de Obrigações Financeiras e Contingentes

Relativamente à gestão de obrigações, trata-se da regularização de obrigações diversas da União, tais como aquelas decorrentes de legislação específica, subsídios concedidos, de empresas estatais extintas, de transformação de ex-Territórios Federais em Estados, de desmembramento de unidades da federação.

Também são acompanhados riscos de passivos contingentes da União, com ênfase no impacto fiscal nas contas públicas, tendo como foco principal a minimização dos riscos da União e outras contingências que podem causar futuros aportes financeiros da União.

No que se refere às responsabilidades financeiras, cabe à Secretaria do Tesouro Nacional, notadamente, autorizar a contratação de operações de crédito da União, bem como a concessão de sua garantia, observados os limites e condições do Senado Federal e as demais exigências legais e normativas. Ademais, esta

Secretaria também é responsável pelo registro das garantias concedidas e a apuração do respectivo limite.

Outro tópico relacionado à gestão de obrigações refere-se às subvenções econômicas onde se incluem os subsídios resultantes da diferença entre o custo de captação da fonte e os encargos cobrados do mutuário final (equalização). Considera-se também subvenção o repasse de recursos ao Banco Central – BACEN, para complementação das despesas do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO e subsídios concedidos mediante leilão para viabilizar o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH.

Ainda no contexto da gestão de obrigações, a Secretaria do Tesouro Nacional também trata de atividades relacionadas ao acompanhamento da gestão, das movimentações financeiras e patrimoniais, bem como a atuação dos agentes operadores e a conformidade das operações com a legislação vigente de fundos que podem impactar as contas públicas como, por exemplo, o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, no qual está inserido o Seguro Habitacional, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior - FIES, o Fundo da Marinha Mercante - FMM.

2.4. Administração da Dívida Pública Federal

Em 2007, o Tesouro Nacional avançou no processo de aperfeiçoamento da administração da Dívida Pública Federal - DPF. Dentre as ações tomadas no mercado interno, destacam-se a efetiva implantação da estratégia de criação e aperfeiçoamento de pontos de referência (benchmarks) para os títulos prefixados, bem como o início das emissões da NTN-F 2017, o título prefixado em moeda local mais longo já emitido pelo Brasil.

Além disso, o Tesouro Nacional participou de discussões e estudos com o propósito de elaborar medidas que busquem eliminar os entraves ao desenvolvimento do mercado secundário de títulos públicos, sobretudo objetivando o aumento de sua transparência e liquidez.

Com o objetivo de ampliar o mercado secundário de títulos públicos, o Tesouro Nacional ingressou em Grupo de Trabalho criado em 2007, composto por representantes do Banco Central, da Comissão de Valores Mobiliários e da Secretaria de Previdência Complementar, com a coordenação da Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - ANDIMA. Busca-se ampliar esse segmento aprofundando os debates sobre a inserção dos investidores institucionais no mercado secundário e aumentando a liquidez dos títulos de renda fixa no Brasil.

No mercado externo, a Secretaria do Tesouro Nacional passou a ser responsável também pela operacionalização do Programa de Resgate Antecipado, que tinha anteriormente o Banco Central como agente do Tesouro Nacional. O Programa, que busca a melhoria da composição da dívida externa, atingiu US\$ 7,0 bilhões em valor financeiro (US\$ 5,4 bilhões em valor de face), o que significou a retirada do mercado de cerca de 12,2% do estoque dos títulos soberanos em dólares em dezembro de 2006. O efeito do Programa foi a redução de juros a serem pagos até 2040, no total de US\$ 9,4 bilhões em valores correntes. O resgate antecipado dos títulos, reduz a volatilidade no serviço da DPF, diminuindo os riscos de refinanciamento e de mercado, além de produzir melhora no perfil da curva, pela retirada dos títulos que possuem alto valor nominal.

O Plano Anual de Financiamento de 2007 – PAF 2007 reafirmou as diretrizes principais para a administração da DPF, dentre elas, o alongamento do seu prazo

médio, a redução do percentual vincendo em 12 meses, a melhora da composição da dívida e a suavização do perfil do endividamento público externo. As metas que refletiam essas diretrizes foram, em sua maior parte, atingidas, com destaque para a melhora da composição da DPF e da Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi, em especial o aumento da participação dos títulos prefixados e remunerados por índice de preços.

Os estoques da DPF e da DPMFi encerraram o ano ligeiramente abaixo dos limites mínimos estabelecido pelo PAF. Para a DPMFi, a principal razão foi o fato do montante das emissões realizadas ao longo de 2007 ter sido inferior ao mínimo que se previa, devido a condições de mercado. O prazo médio da DPF situou-se dentro dos limites estabelecidos, alcançando 39,2 meses (para limites entre 37 e 42 meses). Por sua vez, o prazo médio da DPMFi ultrapassou o limite superior do PAF 2007 atingindo 36,5 meses (para limites entre 32 e 36 meses). Esses resultados demonstram o alongamento do perfil da dívida pública em relação ao ano anterior. Outro resultado significativo foi a redução do percentual da dívida vincenda em 12 meses, que encerrou o ano em 28,2% para a DPF e em 30,2% para a DPMFi, decorrente da diminuição expressiva nas emissões de títulos com prazo inferior a doze meses.

Merecem destaque os indicadores de composição da DPMFi que correspondem ao melhor resultado alcançado desde o início da publicação das estatísticas oficiais, em 1999. A participação dos títulos referenciados à taxa Selic apresentou expressiva queda, passando de 37,8%, em dezembro de 2006, para 33,4%, em dezembro de 2007. Já a participação de títulos prefixados atingiu 37,3% do estoque, ante 36,1% no ano anterior, enquanto os títulos referenciados por índices de preços passaram de 22,5% para 26,3%. Ressalta-se que o aumento dos títulos prefixados no total da dívida proporciona maior previsibilidade à gestão da dívida pública e incentiva o desenvolvimento da curva de juros doméstica, além de ampliar o efeito da política monetária.

As emissões ocorridas em 2007 no mercado internacional totalizaram US\$ 2,9 bilhões, com destaque para a emissão do título da dívida externa brasileira denominado em reais de 20 anos, o Global 2028, que proporcionou o alongamento da curva externa de títulos prefixados denominados em moeda doméstica. Nas últimas emissões externas, observou-se que as taxas de reabertura dos títulos foram sistematicamente inferiores às obtidas nas colocações anteriores, assim como houve aumento gradual nos prazos de emissão ao longo dos anos.

2.5. Gestão da Contabilidade Governamental

No que diz respeito às suas atribuições de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, consoante as atribuições constantes da Lei nº 10.180, de 2001, cabe o gerenciamento diário da Conta Única do Tesouro Nacional.

Com o intuito de tornar públicas as informações econômico-fiscais, dentre as diretrizes da instituição, foram efetuadas ao longo de 2007 a elaboração e a disponibilização do Balanço Geral da União referente ao exercício de 2006, juntamente com o Relatório de Análise Contábil-Orçamentária dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e a análise dos Balanços da Administração Indireta e dos Fundos e as Notas Explicativas. Em cumprimento da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, foram também divulgados e publicados o Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União, com periodicidade mensal, o Relatório de Gestão Fiscal do Governo Federal, com periodicidade quadrimestral, e o Relatório de Gestão Fiscal consolidado da União do

exercício de 2007. Além disso, a disponibilização do Sistema de Coleta de Dados dos Estados e Municípios – SISTN permite que inúmeras informações estejam disponíveis ao público em geral por meio da rede mundial de computadores – Internet.

Em articulação com a Secretaria de Orçamento Federal – SOF, examinou-se proposta do Manual de Despesas Públicas. Ademais, foram realizadas as atualizações do Manual de Receitas Públicas, do Anexo de Riscos Fiscais e Relatório de Gestão Fiscal e do Anexo de Metas Fiscais e Relatório Resumido da Execução Orçamentária, bem como estudos com vistas à elaboração do Manual de Procedimentos referente às Parcerias Público-Privadas. No exercício de 2007, ressaltam-se ainda a reformulação da rotina contábil da Programação Financeira e das transações no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, e a implantação do novo Balanço Orçamentário no SIAFI.

No que tange às responsabilidades institucionais da Secretaria do Tesouro Nacional, há que considerar a elaboração, consolidação e divulgação das estatísticas fiscais do Governo Central; a elaboração de estatísticas relativas a finanças públicas para organismos internacionais; e a realização de estudos econômico-fiscais.

Dentro das diretrizes de promover a consolidação das contas públicas das três esferas de governo, a Secretaria do Tesouro Nacional elabora mensalmente o boletim Resultado do Tesouro Nacional e consolida e divulga as informações fiscais referentes às operações do Governo Central nos termos do Padrão Especial de Disseminação de Dados - PEDD/FMI, bem como do Grupo de Monitoramento Macroeconômico - GMM/Mercosul. Esta Secretaria também elabora relatórios quadrimestrais de avaliação de cumprimento de metas fiscais. O principal destaque nesse campo é o desenvolvimento da estrutura de um Portal de Informações Fiscais a ser criado.

As informações elaboradas e divulgadas pela Secretaria do Tesouro Nacional constituem o material básico para a discussão nacional sobre equilíbrio fiscal, no governo, no mercado e na academia. As informações desta Secretaria propiciam à sociedade civil material para debate informado a respeito da situação fiscal do governo e confere à mesma os meios para acompanhar e fiscalizar o equilíbrio fiscal da nação.

Relativamente à meta de resultado primário do setor público cumpre destacar o papel fundamental desempenhado pela Secretaria do Tesouro Nacional. A meta de superávit primário para o setor público consolidado, estabelecida na Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 – Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO-2007, que orienta a elaboração da proposta orçamentária para 2007, foi fixada em 4,25% do Produto Interno Bruto - PIB para o triênio 2007-2009, conforme disposto no Anexo de Metas Fiscais. Naquela oportunidade, a meta de superávit primário do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) para o exercício de 2007 foi estabelecida em 2,45% do PIB, o equivalente, à época, a R\$ 56,2 bilhões. A meta para as empresas estatais federais do setor público não-financeiro, por sua vez, foi estabelecida em 0,70% do PIB (R\$ 16,1 bilhões). Assim, o esforço do Governo Federal em 2007 (Governo Central mais empresas estatais federais) estava traduzido em um superávit primário de 3,15% do PIB, o equivalente a R\$ 72,3 bilhões.

Em função da reestimativa do Produto Interno Bruto - PIB nominal, ocorrida em detrimento de revisão de metodologia e divulgação de nova série do PIB pelo IBGE, o valor nominal da meta de superávit primário do Governo Federal para o exercício

de 2007 foi ajustado para R\$ 71,1 bilhões, dos quais R\$ 53,0 bilhões são relativos ao Governo Central, e R\$ 18,1 bilhões para as estatais federais. Tal procedimento foi possibilitado pela aprovação, no Congresso, da Lei no 11.477, de 29 de maio de 2007, que incluiu na LDO-2007 o §10º no art. 2º, permitindo alterar as metas de resultado primário em caso de revisão de metodologia e divulgação de nova série do PIB pelo IBGE.

O superávit primário de 2007, apurado pelo Banco Central do Brasil, atingiu R\$ 71,3 bilhões alcançado pelo Governo Federal constatando-se assim o efetivo cumprimento do disposto na LDO-2007. O resultado referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social (Governo Central) foi superavitário em R\$ 59,4 bilhões. O resultado referente ao Programa de Dispêndio Global (empresas estatais federais não-financeiras), por sua vez, foi superavitário em R\$ 11,9 bilhões.

No contexto do acompanhamento e da análise da receita e gasto público, merecem destaques as revisões bimestrais de receitas e despesas, nos termos do que dispõem a LRF e a LDO, com vistas ao cumprimento do resultado primário estabelecido na LDO-2007, bem como o acompanhamento da despesa realizada com pessoal e as transferências voluntárias da União aos Estados e Municípios. Além disso, cabe considerar ainda o exame minucioso dos atos legais que possam de alguma forma impactar o Tesouro Nacional.

2.6. Atividades de Suporte às Atribuições da Secretaria do Tesouro Nacional – Desenvolvimento Institucional e Tecnologia da Informação

Para garantir o bom desempenho nas atribuições conferidas à Secretaria do Tesouro Nacional, há que se ressaltar as melhorias na área de organização administrativa e de gestão de recursos humanos. O modelo de gestão desta Secretaria busca refletir a interação da alta administração, coordenações de processos de trabalho, equipes e atividades inovadoras de suporte estratégico e administrativo.

No contexto de modernização da gestão da Secretaria do Tesouro Nacional, constam como atribuições o planejamento, a coordenação, a execução e a supervisão das atividades relativas à tecnologia da informação - TI. Neste contexto, enfatizam-se a gestão do SIAFI e as ações de TI realizadas durante todo o exercício, dentre as quais merecem destaque a gestão dos haveres, o controle da dívida pública, e o endividamento dos estados e municípios.

Com efeito, as ações de modernização dos seus ambientes de TI visam garantir sempre maiores índices de disponibilidade e confiabilidade das soluções tecnológicas que dão suporte ao trabalho de seus analistas. Neste contexto, estão os procedimentos de administração da rede local e do correio eletrônico, aquisição e manutenção de novos componentes de hardware e software, acesso à Internet e à Intranet, produção e evolução do sistema de gestão interna, enfim, todas as atividades relacionadas à manutenção e ampliação da infra-estrutura existente.

3. Estratégias de Atuação

Nesta seção, seguindo a mesma estrutura da seção anterior, definida por macroprocessos, cumpre evidenciar a vinculação entre os objetivos e as prioridades definidos para o exercício de 2007 pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Ao longo dos últimos anos, a Secretaria do Tesouro Nacional tem adotado medidas visando aperfeiçoar o planejamento de curto e longo prazo, por meio do Ciclo de Metas, todas elas consubstanciadas no conjunto de planejamento, monitoramento e avaliação semestral das metas institucionais.

Como comentado anteriormente, a atuação desta Secretaria está mapeada em macroprocessos, que são agrupamentos por afinidade de atribuições, representados por um conjunto de processos-chave com atividades correlatas, que refletem as habilidades essenciais da organização.

3.1. Administração Orçamentário-Financeira

Relativamente à programação financeira, no início do exercício de 2007, nos termos do art. 8º da Lei Complementar 101/2000 – LRF, o Poder Executivo, por intermédio do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, definiu a programação orçamentária e financeira do exercício, estabelecendo limites para o empenho e pagamento das despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras. Ao longo do exercício de 2007, foram promovidas alterações dos valores disponibilizados inicialmente para os órgãos do Poder Executivo. Essas alterações foram efetivadas no intuito de evitar prejuízos ao desenvolvimento das ações prioritárias do Governo, sem, contudo, comprometer as metas fiscais, e tendo em vista as necessidades e peculiaridades de cada órgão. Para esse fim, foram editados novos decretos, portarias interministeriais e portarias dos Ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A atuação da Secretaria do Tesouro Nacional esteve voltada ainda para os aspectos relacionados ao planejamento da ação do Governo Federal na área financeira, com o desenvolvimento de novas rotinas necessárias tanto para execução segura e eficaz das decisões adotadas, como para o aperfeiçoamento da própria execução da Programação Financeira do Tesouro Nacional, com destaque para os seguintes projetos:

- Desenvolvimento do Sistema de Operações do Tesouro Nacional –SOTN, mediante a especificação, adequação e homologação das mensagens. O SOTN, quando implantado, permitirá ao Tesouro Nacional manter relacionamento direto com os participantes do Sistema Financeiro Nacional - SFN, sem a intermediação do Banco Central. A Secretaria do Tesouro Nacional assumirá uma função de prestador de serviço e o sistema será independente do sistema contábil (SIAFI);
- Criação de novas funcionalidades para a Guia de Recolhimento da União – GRU, como a GRU Restituição, GRU de Custas Judiciais e GRU SPB;
- Participação no projeto de integração dos sistemas SIAFI e SIAPE, que resultou na criação do Documento de Apropriação da Folha de Pagamento de Pessoal no SIAFI;
- Atendimento às demandas de órgãos de controle interno e externo, no que tange a informações e esclarecimentos a respeito da realização de receita e execução da despesa pública;

- Participação na realização de programas de treinamento na área de execução orçamentária, financeira e patrimonial, para os órgãos da União e entes da Federação;

- Participação no projeto de remodelagem do novo SIAFI.

3.2. Gerenciamento dos Haveres Financeiros e Mobiliários

Cabe ressaltar a atuação no período para garantir a recuperação dos haveres financeiros da União, mediante atuação pró-ativa em todos os aspectos que demandam os contratos firmados. Para tanto, foi direcionado o foco na efetividade da atuação nos litígios com estados e municípios e na melhoria dos processos internos das unidades administrativas envolvidas, particularmente aquelas que lidam com operações de crédito, contabilidade, transferências a estados e municípios e gestão de haveres financeiros.

Outra diretriz que merece destaque é o cumprimento integral da função delegada pelo Senado Federal em face do crescente número de operações de crédito previstas para o período, inclusive as operações no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

No que diz respeito aos haveres financeiros, com vistas a aprimorar os controles, reduzir riscos operacionais, e padronização dos registros, a STN elaborou diversas metas ao longo de 2007 que resultaram em mapeamento do processo e proposição de ações de melhoria.

Além disso, diante do risco de prescrição de haveres relativos ao crédito rural, foram encaminhadas à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e suas seccionais, para inscrição na Dívida Ativa da União – DAU, operações em valor total de R\$ 325,5 milhões.

Quanto às receitas projetadas para os haveres financeiros administrados por esta Secretaria para o exercício de 2007, houve arrecadação efetiva de R\$ 8,79 bilhões, superando em 6,14% a receita prevista. Já com referência aos haveres, houve um aumento de R\$ 1,4 bilhão, equivalente a 7,89% a mais da receita prevista

No que diz respeito aos haveres mobiliários, ao longo do exercício de 2007, buscou-se fortalecer a função da União como acionista, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa. Nesse sentido, foram promovidos cursos de capacitação para os conselheiros fiscais representantes do Tesouro Nacional, preservados os interesses da União no âmbito das assembleias gerais, mediante elaboração de instruções de voto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, assim como a representação do Ministério da Fazenda na Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias – CGPAR, por meio da atuação efetiva da Secretaria do Tesouro Nacional nas reuniões do Grupo Executivo e nos seminários e discussões organizados pelo Colegiado.

3.3. Gerenciamento de Obrigações Financeiras e Contingentes

Quanto às obrigações, cabe destacar a repactuação de obrigações de natureza financeira, por meio de novação contratual que, resultaram em economia para os cofres públicos. Outro ponto importante da gestão de obrigações refere-se à análise de propostas de alteração nos Planos de Benefícios dos fundos de pensão de empresas estatais e de economia mista, com impactos nas contribuições, patrocinados por empresas vinculadas ao Ministério da Fazenda.

Com relação ao acompanhamento de Fundos, cabe destacar a busca pelo equilíbrio econômico financeiros e a redução de custos, como, por exemplo, na revisão da remuneração dos agentes operadores.

No que concerne à execução das políticas públicas de fomento à produção agrícola e estímulo às exportações, o Tesouro Nacional tem buscado prioritariamente o uso de mecanismos indiretos de crédito, por meio da equalização de taxas, o que possibilita alavancar mais recursos a esses segmentos a um custo inferior ao financiamento direto, além da atuação com outros instrumentos, tais como garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários e a formação de estoques públicos.

Independentemente do mecanismo utilizado, o Tesouro sempre procura priorizar a alternativa menos onerosa, durante a elaboração do Plano de Safra Agrícola e Pecuário do Governo Federal, o qual envolve os compromissos do governo com os instrumentos supracitados.

Um exemplo de redução de ônus na concessão de subsídios é o Programa de Subsídio Habitacional (PSH), que tem por objetivo viabilizar moradia para os segmentos de baixa renda familiar, tendo sido realizado leilão de subsídios que possibilitou o acesso à habitação a 46 mil famílias de baixa renda.

No que diz respeito às responsabilidades financeiras, em 2007 foram autorizadas seis operações de crédito para a União, no montante global de US\$ 183,19 milhões, dentre as quais duas contribuições financeiras não reembolsáveis (doações), que importaram em US\$ 4,94 milhões.

Vale ressaltar que as operações de crédito foram aprovadas, observando-se a política de endividamento líquido estabelecida pela área da dívida pública e dentro do limite global consolidado para operações com financiamento externo, proposto pela STN à COFIEX, para o período de 2007 a 2011.

Relativamente ao exame de pedidos de concessão de garantia da União, foram autorizadas, no último ano, 16 operações, no valor total de US\$ 1,55 bilhão, cabendo destacar a operação de interesse do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no montante de US\$1,00 bilhão, destinada ao Programa de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas.

Além da verificação dos aspectos legais que envolvem a matéria, a concessão de garantias da União pautou-se na análise de risco de crédito do tomador e de liquidez e suficiência das contra-garantias oferecidas. A prática adotada procurou salvaguardar os interesses do Tesouro Nacional, sendo consistente com a estratégia de mitigação de riscos vinculados à assunção de obrigações contingentes. Como resultado dos esforços empreendidos, no ano de 2007, a União não foi chamada a honrar quaisquer compromissos garantidos.

3.4. Administração da Dívida Pública Federal

Dentre outros, o Tesouro Nacional tem como objetivo aprimorar a administração da Dívida Pública Federal - DPF e intensificar o diálogo com a comunidade financeira, prezando pela transparência nas informações acerca da política fiscal e da administração da DPF, com vistas ao desenvolvimento do mercado brasileiro de capitais e ampliação de sua base de investidores.

Nesse sentido, ao longo de 2007, o Tesouro Nacional participou dos 10 encontros promovidos pelo grupo BEST *Brazil (Brazil: Excellence in Securities Transaction)*,

atingindo o total de 739 investidores; realizou *Roadshows* (com participação de 100 instituições financeiras) e realizou três *conference calls* (em média, 100 participantes por edição). A partir de 2007, os *conference calls* passaram a fazer parte de calendário regular de atividades do Tesouro Nacional, com cronograma divulgado no início de cada ano.

Em paralelo, no que tange a aumentar a transparência na gestão da dívida pública, foram publicados, em inglês, o manual de precificação dos títulos da dívida mobiliária e o guia do investidor não-residente que deseja aplicar seus recursos no Brasil. Em Janeiro, o Tesouro Nacional iniciou a divulgação do Relatório Mensal da Dívida Pública Federal, unificando as informações e as estatísticas sobre a DPF, em substituição à “Nota para a Imprensa – DPMFi e Mercado Aberto”.

Destaca-se também a divulgação do Tesouro Direto, intensificada com a participação em feiras de investimento, que reuniram mais de 48 mil pessoas nas cidades de Curitiba, Macaé, Fortaleza, Brasília, São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre, onde foram realizadas palestras e prestados esclarecimentos individualizados aos investidores sobre o Programa. O Tesouro Nacional também realizou palestras, em universidades e instituições, com a participação de aproximadamente 450 pessoas.

A integração entre o Tesouro Nacional e os demais órgãos governamentais responsáveis pela gestão da dívida dos países latino-americanos foi ampliada durante o III Encontro Anual do Grupo de Especialistas em Gerenciamento da Dívida Pública da América Latina e Caribe (*LAC Debt Group*), realizado em abril, em São José, na Costa Rica. Nesse fórum, foi apresentada a experiência brasileira em estratégia de longo prazo para a gestão da dívida e a importância do relacionamento com investidores. No encontro temático, ocorrido em outubro, em Caracas, Venezuela, o Brasil esteve presente tratando da relação entre os passivos contingentes e a gestão da dívida. Ainda no âmbito do *LAC Debt Group*, o Brasil foi responsável pela coordenação de trabalho sobre o desenvolvimento do mercado secundário na região, tema eleito pelo grupo como um dos mais importantes para o desenvolvimento do mercado de títulos públicos.

Ainda, também, ao longo do ano, em prol do aprimoramento da administração da DPF, foi finalizada a transferência da administração dos contratos de dívida externa que se encontravam sob a responsabilidade de diversos órgãos da administração direta da União para o âmbito do Tesouro Nacional (conforme previsto no Decreto nº 5.994, de 19.12.2006). A medida teve por objetivo melhorar o controle das referidas obrigações.

O ano também foi marcado por elevações na classificação de risco concedidas pelas principais agências de *rating* que acompanham o Brasil. As atuais classificações são as mais elevadas desde que o País concluiu a renegociação da sua dívida externa em 1994.

3.5. Gestão da Contabilidade Governamental

Como órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, esta Secretaria vem realizando, em conjunto com os demais entes e as entidades técnicas representativas da sociedade, a harmonização dos conceitos, definições, regras e procedimentos contábeis a serem observados por todas as esferas de governo.

Visando a harmonização de conceitos e procedimentos contábeis, os Grupos Técnicos de Padronização de Relatórios e de Padronização de Procedimentos Contábeis possuem caráter consultivo e manifestam-se através de Recomendações.

Quanto ao aprimoramento da gestão da informação contábil do governo, destacam-se:

- a) Implantação no SIAFI do novo Documento Folha, para apropriação da Folha de Pagamentos dos Servidores Públicos do Governo Federal, visando a integração com o SIAPE.
- b) Criação de rotina contábil para apropriação do cancelamento dos empenhos, antes da inscrição em Restos a Pagar não Processados por falta de disponibilidade de recursos.

No que tange a ampliar efetividade do cumprimento das regras da LRF, o CAUC – Cadastro Único de Convênio – se destaca como um subsistema do SIAFI disponibilizado em rede a todos as unidades do Governo Federal e, na internet, no site da Secretaria do Tesouro Nacional. Tem como objetivo simplificar a verificação, pelo gestor público do órgão ou entidade concedente, do atendimento, pelos conveniente e ente federativo beneficiário de transferência voluntária de recursos da União, das exigências estabelecidas pela LRF, LDO e legislação aplicável. Desde que foi criado, em 2001, o CAUC vem sofrendo constante aprimoramento.

Conforme determinação do artigo 131 da LDO 2007, o Poder Executivo deve consolidar as normas que dispõem sobre transferências voluntárias (públicas e privadas) e elaborar manual de celebração de convênios e instrumentos congêneres e de prestação de Contas relativos às citadas transferências. Foi instituído Grupo de Trabalho visando, dentre outras providências, à proposição de normas complementares para sua regulamentação.

3.6. Atividades de Suporte às Atribuições da Secretaria do Tesouro Nacional – Desenvolvimento Institucional e Tecnologia da Informação

Com o intuito de aprimorar seu modelo organizacional, a Secretaria do Tesouro Nacional tem buscado desenvolver e implementar método adequado à sua cultura organizacional, baseando-se em metodologias clássicas, conhecimentos teóricos e experiências práticas de outras organizações em planejamento estratégico.

Os sistemas estruturantes da Secretaria são planejados, desenvolvidos e apoiados pela área de tecnologia da informação do Tesouro Nacional. Para tal, houve a aprovação do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e a institucionalização do Comitê Diretivo de TI. As decisões tomadas no âmbito do desenvolvimento de sistemas guardam harmonia com objetivos estratégicos da Secretaria do Tesouro Nacional, a saber: estabelecer prioridades relativas à Tecnologia da Informação para toda a Secretaria do Tesouro Nacional; e aprovar e revisar periodicamente o Plano de Ações de TI da Secretaria do Tesouro Nacional.

A Secretaria do Tesouro Nacional promove o aperfeiçoamento constante de sistemas informatizados, como os sistemas de gerenciamento da dívida pública do governo federal (Haveres, GERIR, DPI, Agrícola, Elabora) e a solução-piloto de integração do Tesouro com a rede do Sistema Financeiro Nacional. Dentre os projetos de TI de grande porte que estão sendo levados pela Secretaria do Tesouro Nacional destacam-se o projeto SIAFI em Plataforma Gráfica e o projeto Sistema Integrado da Dívida Pública - SID. Outro projeto que se destaca é o projeto Folha de Pagamento que tem como objetivo a execução da folha de pagamento com maior simplicidade. A sua existência é o primeiro passo para a futura integração do SIAPE com o SIAFI. O objetivo final desse processo é a automatização do processo de execução orçamentária e financeira da folha de pagamento.

Buscando a melhoria de seus processos de trabalho e o alinhamento de suas ações com os objetivos estratégicos, a Secretaria do Tesouro Nacional realiza semestralmente Seminário Estratégico, com vistas à promoção de uma participação mais efetiva do seu corpo gerencial. Quanto ao acompanhamento mensal das metas institucionais, relatórios gerenciais para todos os níveis da instituição são enviados, por meio de um Sistema desenvolvido internamente, o Sistema de Gestão Institucional.

O Programa de Modernização do Tesouro Nacional-PROMAT possui ações a serem financiadas com recursos externos e com recursos da União, já tendo sido aprovado no âmbito da Comissão de Financiamento Externo-COFIEX. Foi proposto projeto de revisão organizacional da área de desenvolvimento institucional.

Destacam-se o Programa de Capacitação 2007, a complementação do Concurso Público AFC 2005 e a realização de Seleção Interna para cargos comissionados. Cabe mencionar que foi alterado o Código de Ética e de Padrões de Conduta Profissional vigente desde 2005. A Portaria Secretaria do Tesouro Nacional nº 27 modifica as regras para aquisição e alienação de títulos públicos e ações de empresas estatais.

Portanto, os objetivos e as diretrizes adotados pela Secretaria do Tesouro Nacional ao longo do ano de 2007 demonstram o compromisso com a responsabilidade fiscal e com a transparência, princípios estes que permeiam todas as ações realizadas por esta instituição para contribuir para os efeitos positivos para a economia e o desenvolvimento social do país.

SECRETARIA-ADJUNTA I

COORDENAÇÃO-GERAL DE SISTEMAS E TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO – COSIS

COORDENAÇÃO-GERAL DE NORMAS E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA - CONED

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE - CCONT

COORDENAÇÃO-GERAL DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - CODIN

COORDENAÇÃO-GERAL DE SISTEMAS E TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO – COSIS

1. Apresentação

Esse relatório tem por objetivo dar cumprimento às exigências legais consubstanciadas nos termos da Instrução Normativa n.º 47, de 27 de outubro de 2004, complementada pela Decisão Normativa n.º 85, de 19/09/2007, ambas originárias do Tribunal de Contas da União, e pela Norma de Execução nº 3 da CGU/PR, de 28 de dezembro de 2006, descrevendo, de modo sucinto, as principais atividades desenvolvidas pela Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS durante o ano de 2007, relacionando-as com as metas definidas no Plano de Trabalho e nas Portarias STN nº 850, de 31/10/2006, nº 318, de 29/05/2007 e nº 771, de 5/12/2007.

2. Atribuições Regimentais

A Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS tem como atribuição planejar, coordenar, executar e supervisionar as atividades relativas à tecnologia da informação no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional, onde se destaca a gestão do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

3. Gestão de programas e ações

Programa: 0773 - Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União

3.1 Ação 2081 - Sistemas Informatizados da Secretaria do Tesouro Nacional

3.1.1 Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter os Sistemas Informatizados da Secretaria do Tesouro Nacional desenvolvidos com o propósito de conferir eficiência e produtividade à Secretaria no desempenho de suas diversas atribuições finalísticas
Descrição	Manutenção e desenvolvimento de sistemas diversos, utilizados no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional, que dão suporte às diversas atividades finalísticas da Instituição, dentre as quais poderíamos destacar a gestão dos haveres da União, o controle da dívida pública, do endividamento dos Estados e Municípios, a programação financeira da União e a contabilidade governamental.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS (170800)
Unidade executora	Coordenação de Desenvolvimento Institucional - CODIN (170007)
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS (170800) e Coordenação de Desenvolvimento Institucional - CODIN (170007)
Coordenador nacional da ação	Maria Betânia Gonçalves Xavier

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	COSIS/CODIN
Beneficiários	Todos os servidores da Secretaria do Tesouro Nacional e gestores que necessitam de informações oriundas da STN

3.1.2 Resultados

Essa ação refere-se aos principais Sistemas Informatizados da STN, desenvolvidos com o propósito de conferir eficiência e produtividade no desempenho das diversas atribuições finalísticas, dentre as quais destacam-se a gestão dos haveres e obrigações, o controle da dívida pública, e o endividamento dos estados e municípios. Consiste basicamente na contratação de empresas para manter e desenvolver os serviços de Tecnologia da Informação e Sistemas Informatizados da Secretaria do Tesouro Nacional no que se refere a: manutenção e desenvolvimento de produtos de software; consultoria técnica; transferência de conhecimento; atendimento especializado; produção; infra-estrutura; serviços técnicos complementares.

Contrato/Serviços	Executado em 2007	% do Total
Produção dos Sistemas e Outros Serviços Contratados ao SERPRO	R\$ 2.570.186,95	57,88%
Locações de Equipamentos	R\$ 1.352.745,53	30,46%
Aquisições em TI	R\$ 295.223,69	6,65%
Demais Serviços	R\$ 222.659,64	5,01%
Total	R\$ 4.440.815,81	100,00%

Em 2007, o montante executado para essa ação foi de R\$ 4.440.815,81 (quatro milhões, quatrocentos e quarenta mil, oitocentos e quinze reais e oitenta e um centavos). Tais valores foram destinados a cobrir despesas com a produção e desenvolvimento dos Sistemas Internos, a locação de equipamentos, aquisição de softwares e, ainda, outros serviços de tecnologia da informação.

Balço Orçamentário	
Dotação Orçamentária Inicial (LOA)	R\$ 13.431.155,00
Remanejamentos	R\$ (4.000.000,00)
Dotação Final	R\$ 9.431.155,00
Executado	R\$ 4.440.815,81
Dotação Disponível	R\$ 4.990.339,19
Percentual de Execução (Ação SI)	47,09%

Como se pode observar, a execução financeira relativa à ação Sistemas Informatizados foi de 47,09 (%) da dotação final concedida. Havia inicialmente uma

expectativa de dispender maior recursos financeiros nessa ação, notadamente na contratação do ambiente de homologação preliminar do Sistema de Operação do Tesouro Nacional – SOTN, porém alguns produtos relativos à arquitetura do sistema apresentados pelo SERPRO, por não satisfazer as necessidades da área de negócio, não foram aceitos pela STN, o que frustrou em parte uma maior execução financeira dessa ação orçamentária.

3.1.3 Principais atividades realizadas ao longo do ano de 2007

Serviços de Desenvolvimento de Software

Desenvolvimento de novas funcionalidades nos sistemas internos; adequação de funcionalidades existentes; manutenções corretivas; apoio técnico ao serviço de produção.

Projetos

a) Nome do Projeto: Aparelhamento do Centro de Dados da STN

Status: Em andamento

Descrição: Projeto destinado à composição de infra-estrutura de equipamentos de modo a prover os serviços de tecnologia prestados pela Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS/STN.

Informações Gerais: O Centro de Dados hospeda atualmente uma série de equipamentos que oferecem os seguintes serviços à STN: 1) Conectividade em rede, 2) Serviços de Rede Local (servidor de arquivos, de impressão e de autenticação); 3) Serviços Aplicativos; 4) Ambientes de Desenvolvimento, Homologação e Produção de Sistemas; 5) Serviços Associados, como Monitoramento e outros. Para melhorar a confiabilidade e disponibilidade destes serviços são necessários investimentos de modo a aumentar a robustez e capacidade dos equipamentos. Em 2007, foram aplicados R\$ 20.000,00/mensais na locação de 9 (nove) servidores avançados para a produção do sistema SID – Sistema Integrado da Dívida, ao custo de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). Estão em andamento os processos de aquisição de mais outros 10 (dez) servidores e sistema de armazenamento óptico, com previsão de entrega no exercício de 2008. Estas aquisições complementarão ou substituirão os atuais ambientes, bem como servirão às novas soluções a serem implantadas, como a Intranet da STN e seus sistemas internos web, repositórios versionados de documentos, servidor colaborativo de projetos, servidor de software de desenho de processos entre outros.

Próximas Etapas: Aquisição de equipamentos de backup automatizado e elementos de segurança de rede.

Previsão de Conclusão: Dezembro de 2008

b) Nome do Projeto: Implantação de Redes Sem Fio na STN

Status: Em andamento

Descrição: Projeto visando viabilizar a conexão de dispositivos computacionais móveis à rede local da Secretaria do Tesouro Nacional, de maneira transparente e segura.

Informações Gerais: Projeto iniciado em Janeiro de 2007, através da contratação da empresa SERPRO contemplando quatro principais produtos: 1) Modelo de Serviço - Consultoria, 2) Modelo Tecnológico, 3) Projeto Básico e 4) Minuta de Norma de Segurança. O custo total do projeto é de R\$55.892,00, já tendo sido executado o produto 3. Os demais produtos estão em estado avançado par conclusão;

Próximas Etapas: Aprovação dos demais produtos, aquisição de equipamentos para a execução do projeto.

Previsão de Conclusão: Dezembro de 2008

c) Nome do Projeto : Substituição do Sistema Operacional da Rede Local

Status: Concluído

Informações Gerais: Detectada necessidade de mudança do sistema operacional de rede devido aos vários problemas encontrados no ambiente até então em uso e que não eram atendidos em tempo hábil. Contratação do SERPRO para mudança do sistema Operacional de Rede com a migração de todas as pastas e arquivos do servidor antigo para a nova infra-estrutura. Dentre as atividades do projeto, podem ser destacadas: levantamento de todos os serviços disponibilizados à época; montagem de laboratório para execução de testes necessários à migração; desenho de todo o modelo tecnológico necessário: padrão de nomes, infra-estrutura de sistema de diretório, sistema de arquivos, impressão, políticas de segurança do sistema operacional - SO, política de backup; execução de piloto de migração com coordenação escolhida; desenho de estratégia de migração de objetos e dados de usuários com articulação com todas as unidades da STN; homologação dos usuários; desativação de todos os serviços referentes ao SO antigo. O projeto de migração foi concluído.

Próximas Etapas: Dando continuidade às atividades, no ano de 2008 serão instalados os serviços de Distribuição de Software, Auditoria e Inventário referentes às estações de trabalho.

Previsão de Conclusão: Dezembro de 2008

d) Nome do Projeto: Modernização do Parque Computacional do TN

Status: concluído primeira etapa

Informações Gerais: As máquinas utilizadas pelos usuários do Tesouro Nacional já não atendiam a demanda de processamento necessária. Foram pesquisados registros de preço cujo objeto fosse a locação de estações de trabalho e ao final de 2006 foi assinado contrato para locação de 500 (quinhentas) máquinas. Em articulação com as demais unidades do Tesouro Nacional, e dado que o número de estações locadas não atendia a toda a demanda dos usuários, negociou-se a troca de 70% das estações de trabalho mais antigas em cada coordenação-geral. Como houve mudança no sistema operacional e no pacote de escritórios, foram testados todos os sistemas utilizados pelos usuários, além de se montar um cronograma de trocas que impactasse o mínimo possível o dia-a-dia da coordenação. O projeto foi

concluído e o contrato foi aditivado em 25%, conforme autorização legal, para troca de mais 125 (cento e vinte e cinco) estações remanescentes.

Próximas Etapas: substituir as estações remanescentes

Previsão de Conclusão: Abril de 2008

e) Nome do Projeto: Migração dos Sistemas Internos (GERIR, DPI, ELABORA, HAVERES, AGRÍCOLA, AP e HABILITA)

Histórico: No início de novembro efetivou-se a migração dos Sistemas Internos para o novo ambiente de produção.

Status: Processos de ajuste serão realizados esporadicamente.

Próximas Etapas: Aguardando homologação dos usuários

Previsão de Conclusão: Abril de 2008

f) Nome do Projeto : Produção do Sistema Integrado da Dívida - SID

Histórico: Durante todo o ano, esta COSIS foi responsável pela produção do SID.

Houve diversas paradas tais como: correção de bugs do sistema, migração dos servidores para o novo CPD, instalação de novos servidores, substituição do rack, manutenção no sistema de climatização do CPD, interrupção no fornecimento de energia, etc. Mas todas as paradas foram realizadas sem impactos para os usuários.

Foi realizado ainda o curso Administration Workshop II – Oracle 10g.

Status: Há um problema pendente junto à CIMCORP, referente a falhas nas interfaces de vídeo, teclado e mouse do servidor de banco de dados de produção (V40z).

Além disso, há previsão de atividades para os 3 primeiros meses de 2008, visando à preparação do ambiente para entrada em produção de mais um módulo do sistema (GI-2 (Parte 1)):

- Ajustes na arquitetura do SID, para permitir o acesso externo ao sistema;
- Implementação de interfaces com os Sistemas Internos (DPI) e SIAFI;
- Implantação de processos para carga automática de dados;
- Implantação de processos para monitoramento dos servidores.

Por fim, há a previsão de realizar em 2008 o curso Database Performance Tuning – Oracle 10g e cursos de JAVA e Linux no âmbito do Projeto SID.

Próximas Etapas: Aguardando prosseguimento dos cursos e ajustes nas configurações do equipamentos instalados no CPD do TN

Previsão de Conclusão: Abril de 2008

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PARA 2007				
Mês	Previstas		Realizadas	
	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Janeiro	100	231.189,00	100	-
Fevereiro	100	236.576,00	100	101.275,00
Março	100	575.069,00	100	413.908,94
Abril	100	575.069,00	100	443.211,53
Maiο	100	575.069,00	100	136.275,02
Junho	100	575.069,00	100	525.311,03
Julho	100	575.069,00	100	362.614,77
Agosto	100	575.069,00	100	595.622,11
Setembro	100	575.069,00	100	184.062,30
Outubro	100	575.069,00	100	299.606,14
Novembro	100	575.069,00	100	317.529,58
Dezembro	100	575.069,00	100	1.061.399,39
Total no Ano	100	6.218.455,00	100	4.440.815,81
(*1) Valores estimados para o exercício de 2007, conforme proposta registrada no SIGPLAN.				
(*2) Valores realizados extraídos do SISTEMA SIGPLAN.				

3.1.4 Desempenho Operacional

INDICADORES DE DESEMPENHO							
Denominação	Descrição (o que mede)	Fórmula de Cálculo Medição	Meta	Responsável pela Medição	Mecanismo Registro		
Sistema mantido (*1)	Sistema mantido	Não há.	1	COSIS	SIGPLAN		
DA = Disponibilidade de acesso mensal	Relação entre a disponibilidade efetiva do sistema durante o mês e a disponibilidade prevista nos instrumentos contratuais	DA = DE / DP, onde: DE = disponibilidade efetiva no mês (em horas) e DP = disponibilidade pré-vista no mês (em horas)	Varia	SERPRO	SLA (*2)		
(*1) Indicador disponível para uso no PPA e mantido até o presente momento. Formalizado pedido de modificação no SIGPLAN cujo atendimento ainda não foi acatado.							
(*2) SLA – Acordo de Nível de Serviço – estabelecido nos contratos da STN e monitorados mensalmente.							
VALORES APURADOS							
Indicador Mensal/ Mês	Sistema Mantido	AGRÍCOLA	DPI	ELABORA	FLUXOS	GERIR	HAVERES
Janeiro	1	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Fevereiro	1	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Março	1	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Abril	1	98%	98%	98%	98%	98%	98%
Maiο	1	98%	98%	98%	98%	98%	98%
Junho	1	98%	98%	98%	98%	98%	98%
Julho	1	98%	98%	98%	98%	98%	98%
Agosto	1	98%	98%	98%	98%	98%	98%
Setembro	1	98%	98%	98%	98%	98%	98%
Outubro	1	98%	98%	98%	98%	98%	98%
Novembro	1	98%	98%	98%	98%	98%	98%
Dezembro	1	98%	98%	98%	98%	98%	98%
Total no Ano	1	99%	99%	99%	99%	99%	99%

3.1.5 Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados

Não identificada.

3.1.6 Responsáveis pela implementação das medidas STN/COSIS

3.1.7 Análise da execução físico-financeira

A execução financeira desta ação no exercício de 2007 totalizou R\$ 4.460.447,64 (quatro milhões, quatrocentos e sessenta mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), representando 47,29% do orçamento total de R\$ 9.431.155,00 (nove milhões, quatrocentos e trinta e um mil, cento e cinquenta e cinco reais) aprovado para a ação, levando à realização de 100% da execução física prevista para essa ação, já que a meta de execução física encontra-se vinculada aos sistemas atualmente em uso. Portanto, a não conclusão do projeto SOTN acabou por não afetá-la, uma vez que o citado sistema não se encontra ainda em produção.

3.1.8 Principais atividades Física e Financeira ocorridas no Exercício

O Contrato nº 39091, assinado em maio de 2006 e que sofreu um primeiro aditamento ainda em dezembro daquele ano, recebeu mais três ajustes ao longo de 2007. O primeiro deles, assinado em 13/02, indicou as notas de empenho e a dotação orçamentária por conta das quais ocorreriam as despesas contratuais no exercício. Em seguida, na data de 30/04, foi assinado um novo aditivo com o objetivo de prorrogar a vigência contratual por mais 12 meses, até 2/05/2008. Por fim, em 30/10, foi firmado o último ajuste do ano, que alterou a descrição de alguns serviços, bem como elevou o valor global do contrato em cerca de R\$ 7 milhões, a fim de manter seu equilíbrio econômico-financeiro, uma vez que a quantidade de transações efetuadas no SIAFI, principal elemento faturável do contrato, apresenta um crescimento vegetativo da ordem de 10% ao ano. Cabe citar que os pagamentos dos serviços prestados, no que tange aos créditos orçamentários, ocorreram após a aprovação da LOA (Lei nº 11.451), em 7/02/07.

3.2 Ação 2086 – Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI

3.2.1. Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), garantindo a sua produção e manutenções corretivas e evolutivas.
Descrição	Manutenção e desenvolvimento do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que é um importante instrumento de administração orçamentária e financeira da União e que oferece suporte aos órgãos centrais, setoriais e executores da gestão pública, tornando segura a contabilidade da União e viabilizando a gestão orçamentária e financeira a cargo das diversas unidades de administração da União. Ligados ao sistema encontram-se todos os órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS (170800)
Unidades executoras	Coordenação de Desenvolvimento Institucional - CODIN (170007)
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS (170800) e Coordenação de Desenvolvimento Institucional - CODIN (170007)

Coordenador nacional da ação	Maria Betânia Gonçalves Xavier
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	COSIS/CODIN
Objetivos	Manter o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), garantindo a sua produção e manutenções corretivas e evolutivas.
Beneficiários	Órgãos e Entidades vinculadas à Administração Pública Federal e todos os 50.000 usuários do SIAFI.

3.2.2 Resultados

A ação consiste basicamente na gestão dos Sistemas que compõem o Complexo SIAFI no que se refere a: manutenção e desenvolvimento de produtos de software; consultoria técnica; transferência de conhecimento; atendimento especializado; produção; infra-estrutura; serviços técnicos complementares.

Os créditos dessa ação são destinados exclusivamente a cobrir despesas com o contrato firmado com o SERPRO, não havendo, portanto, despesas com outro fornecedor. Em 2007, o total consumido nessa ação foi de R\$ 118.842.480,75 (cento e dezoito milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e oitenta reais e setenta e cinco centavos), detalhado a seguir:

Item	Realizado (R\$)	% do Total de Despesas
1. Produção do SIAFI - Operacional e Educacional	98.339.333,52	82,82%
2. Produção SIAFI Gerencial, CTVS, Apoio, Atendimento	7.122.476,23	6,00%
3. Produção Serviços WEB, Rede de Acesso	6.546.022,64	5,51%
4. Desenvolvimento de Software	4.856.892,31	4,09%
5. Demais Serviços (Tomada de Contas, BGU, outros)	1.880.432,85	1,58%
Total	118.745.157,55	100,00%

A previsão estabelecida para o ano baseou-se nas seguintes premissas:

- Crescimento no volume de transações de 12% em relação a 2006;
- Percentual de 80% de gasto com a produção do SIAFI em relação ao total gasto em toda a Ação SIAFI, para os meses de fevereiro a novembro;
- Percentual de 90% de gasto com a produção do SIAFI em relação ao total gasto em toda a Ação SIAFI, para os meses de janeiro e dezembro, quando o volume de transações são maiores em comparação aos outros meses.

Com o fim do exercício, foram apurados os seguintes valores:

- a) Crescimento de volume de transações de 8,6% em relação a 2006;
- b) Percentual de 79,51% de gasto com a produção do SIAFI em relação ao total gasto em toda a Ação Siafi, para os meses de fevereiro a novembro;
- c) Percentual de 82,82% de gasto com a produção do SIAFI em relação ao total gasto em toda a Ação Siafi, para os meses de janeiro e dezembro, quando o volume de transações são maiores em comparação aos outros meses.

A tabela a seguir demonstra as metas físicas e financeiras em 2007, que tem por referência as informações constantes do SIGPLAN. A sua execução corresponde ao sistema mantido (SIAFI) e representam os desembolsos mensais que impactam a Ação Siafi, quais sejam os relacionados à produção e desenvolvimentos no complexo Siafi, manutenção da rede local, gestão do correio eletrônico, entre outros.

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PARA 2007				
Mês	Previstas		Realizadas	
	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Janeiro	100	15.832.098,81	100	-
Fevereiro	100	6.842.602,54	100	-
Março	100	7.533.440,07	100	15.909.672,34
Abril	100	3.502.087,73	100	9.774.902,04
Mai	100	7.916.049,41	100	6.780.096,07
Junho	100	8.738.166,73	100	13.920.459,57
Julho	100	8.905.555,58	100	9.549.481,03
Agosto	100	9.945.400,96	100	8.684.596,88
Setembro	100	9.965.694,71	100	9.744.025,32
Outubro	100	9.620.961,43	100	9.358.147,74
Novembro	100	10.229.684,42	100	9.371.176,25
Dezembro	100	20.641.661,19	100	25.749.923,51
Total no Ano	100	119.673.403,59	100	118.842.480,75
(*1) Valores estimados para o exercício de 2007, conforme proposta registrada no SIGPLAN.				
(*2) Valores realizados extraídos do SISTEMA SIGPLAN.				

Dentre as atividades realizadas no contexto da ação em 2007, destacam-se o desenvolvimento de novas funcionalidades no sistema, a adequação de funcionalidades existentes, a realização de manutenções corretivas, o apoio técnico ao serviço de produção e a realização de apurações especiais, a capacitação a distância de usuários por meio do Centro de treinamento Virtual do SIAFI, o atendimento especializado aos usuários, a produção dos ambientes operacional, gerencial e educacional do SIAFI.

No ano, foram pagos nessa ação o montante de R\$ 4.856.892,31 (quatro milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e noventa e dois reais e trinta e um

centavos) para conclusão dos 783 solicitações de serviço (SIGOP). É importante registrar que do total de SIGOP concluídos estão contemplados aqueles emitidos anteriores a 2007, cujo encerramento efetivamente ocorrera neste exercício.

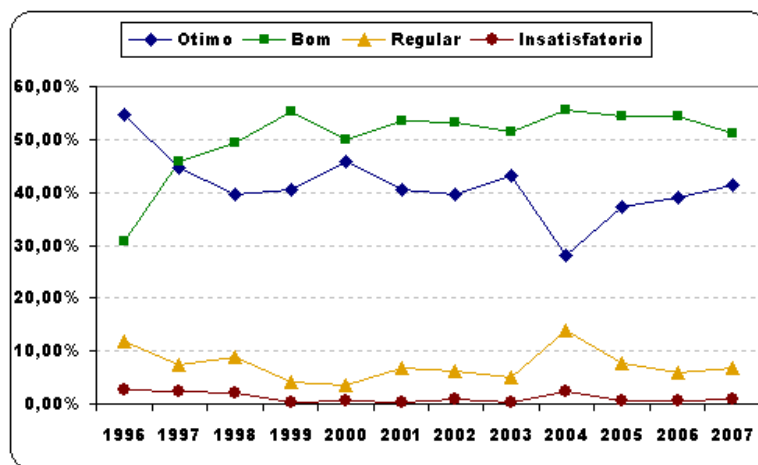
MÊS CONCLUSÃO	SIGOP	PONTO DE FUNÇÃO	VALOR
Janeiro 2007	133	1619	R\$ 657.824,79
Fevereiro 2007	49	267	R\$ 102.932,41
Março 2007	61	1230	R\$ 396.899,91
Abril 2007	73	1218	R\$ 435.597,42
Mai 2007	71	1521	R\$ 694.550,51
Junho 2007	47	1403	R\$ 385.305,53
Julho 2007	53	672	R\$ 126.730,02
Agosto 2007	55	989	R\$ 583.910,12
Setembro 2007	71	460	R\$ 176.221,27
Outubro 2007	84	1602	R\$ 456.690,51
Novembro 2007	62	1601	R\$ 695.880,23
Dezembro 2007	24	361	R\$ 143.369,22
TOTAL	783	12.943	R\$ 4.856.892,31

Os resultados obtidos na pesquisa de satisfação dos usuários SIAFI (2007) indicam que somente 0,74% dos usuários consideram o SIAFI insatisfatório, 6,72% consideram-no regular e o restante dos usuários, ou seja, 92,54%, aprovam-no, e dentre estes se encontram 41,47% os que o consideram ótimo.

Demonstrativo 1 - Nível de Satisfação dos Usuários SIAFI: 2007



Demonstrativo 2 - Nível de Satisfação dos Usuários SIAFI: 1996 a 2007



3.2.3 Desempenho Operacional

INDICADORES DE DESEMPENHO					
Denominação	Descrição (o que mede)	Fórmula de Cálculo Medição	Meta	Responsável pela Medição	Mecanismo Registro
Sistema mantido (*1)	Sistema Mantido	Não há	1	COSIS	SIGPLAN
DA=Disponibilidade de acesso mensal	Relação entre a disponibilidade efetiva do sistema durante o mês e a disponibilidade prevista nos instrumentos contratuais	$DA = DE / DP$, onde DE = disponibilidade efetiva (em horas) DP = disponibilidade prevista (em horas)	100%	SERPRO	SLA (*2)
US= Pico mensal de usuários simultâneos	Quantidade máxima de usuários que acessaram simultaneamente o sistema no mês. (*3)	US = quantidade máxima de acessos simultâneos ao sistema no mês.	3000 a 5000	SERPRO	SLA(*2)
TS=Total mensal de transações	Quantidade total de transações realizadas pelos usuários do sistema no mês. (*3)	TS= volume de transações realizadas no mês	40 milhões a 100 milhões	SERPRO	SLA(*2)
PF=Quantidade de Pontos de Função	Indica a dimensão das modificações realizadas nos sistemas de informação que integram o Complexo SIAFI	Para cada solicitação de desenvolvimento/manutenção nos sistemas, calcula-se a quantidade de pontos de função, conforme orientações constantes do "Function Point Counting Practices Manual 4.1.1 (IFPUG, 2000)". Para fins estatísticos, ao final do ano, somam-se todos os pontos de função realizados e pagos no decorrer do período.	Varia	SERPRO	SLA(*2)

GS=Grau de Satisfação do Usuário SIAFI (*4)	Percepção do usuário quanto a usabilidade e disponibilidade do sistema	$GS = (RA / RQ) * 100$, onde RA= Total de respostas para determinada alternativa RQ= Total de respostas para questão Obs.: São considerados apenas os questionários dos usuários que atendem a amostra.	Varia	COSIS	PESQUISA
<p>(*1) Indicador disponível para uso no PPA e mantido até o presente momento. Formalizado pedido de modificação no SIGPLAN cujo atendimento ainda não pôde ser acatado.</p> <p>(*2) SLA – Acordo de Nível de Serviço – estabelecido nos contratos da STN e monitorado mensalmente.</p> <p>(*3) Embora seja um número absoluto este indicador permite acompanhar a utilização efetiva do sistema pelos usuários de modo a permitir a adequação do ambiente às reais necessidades.</p> <p>(*4) Metodologia e demais resultados disponíveis no endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_pesquisa_satisfacao.asp</p>					

Indicador Anual	Valores Observados
PF	Ao longo do ano foram contratados 12.943 Pontos de Função.
GS	Índice de aprovação de 92,54% com relação ao uso do SIAFI sendo que 41,47% o consideram ótimo.

Indicador Mensal / Mês	Sistema mantido	Disponibilidade de acesso	Pico de usuários simultâneos	Total de Transações
Janeiro	1	100%	1.936	72.270.120
Fevereiro	1	100%	2.078	63.020.661
Março	1	100%	2.870	79.950.895
Abril	1	100%	2.553	70.635.412
Mai	1	100%	2.923	87.590.025
Junho	1	100%	2.769	77.961.535
Julho	1	100%	2.755	77.716.994
Agosto	1	100%	3.000	85.728.082
Setembro	1	100%	2.952	76.578.747
Outubro	1	100%	2.989	89.160.391
Novembro	1	100%	3.063	90.464.337
Dezembro	1	100%	4.554	124.292.443
Total no Ano	1	100%	4.554	935.310.699

3.2.4 Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados

- a) Orçamento inicialmente aprovado de R\$102,1 milhões, ou seja, cerca de 73% do solicitado pela COSIS/STN (R\$139,3 milhões).

- b) Por força da não aprovação integral dos créditos solicitados inicialmente, as atividades vinculadas à ação foram replanejadas.

3.2.5 Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso

- a) Foram feitos pedidos de suplementação orçamentária através dos Memorandos nº 1531, 3014 e 5344, de março, maio e setembro de 2007, respectivamente, no valor de R\$ 24,7 milhões. Em novembro, foram aprovados apenas R\$ 7 milhões em créditos suplementares em favor da Ação Siafi, resultantes de remanejamentos provenientes da Ação Sistemas Internos (R\$ 4 milhões) e da Ação Siafi XXI (R\$ 3 milhões). Diante da carência de recursos, também em novembro foi expedida a Nota nº 2090 com o objetivo de enfatizar a situação de esgotamento da dotação orçamentária. Por fim, em 18/12, foram liberados mais R\$ 10 milhões em créditos extraordinários para essa ação.
- b) Foram necessários reestimar os volumes de serviços originalmente previstos, restringindo aos estritamente necessários à manutenção dos sistemas.

3.2.6 Responsáveis pela implementação das medidas

STN/COSIS

3.2.7 Análise da execução físico-financeira

A execução financeira desta ação, no exercício de 2007, totalizou R\$ 118.842.480,75 (cento e dezoito milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e oitenta reais e setenta e cinco centavos), representando 99,77% do orçamento total de R\$ 119.118.040,00 (cento e dezenove milhões, cento e dezoito mil e quarenta reais) aprovado para a ação, levando à realização de 100% da execução física da ação.

Tendo em vista a insuficiência de créditos orçamentários aprovados na LOA, a STN expediu várias solicitações de crédito suplementar por intermédio dos Memorandos STN/COSIS nº 1531, de 27 de março de 2007, nº 3014, de 24 de maio de 2007, e nº 5344, de 11 de setembro de 2007, sendo que o mais recente desses memorandos apontou a necessidade de suplementação de R\$ 24.700.000,00 (vinte e quatro milhões e setecentos mil reais) para viabilizar a manutenção, operacionalização e modernização do SIAFI, com segurança, durante todo o ano de 2007. O atendimento do pleito orçamentário ocorreu, parcialmente, em novembro de 2007, com o remanejamento de apenas R\$ 7 milhões, provenientes das Ações Sistemas Informatizados e Siafi XXI, conforme Decreto de 1/11/2007 e Lei nº 11.560, de 20/11/2007. Em 18/12/2007, por intermédio da MP nº 405, foram liberados mais R\$ 10 milhões para essa Ação a título de crédito extraordinário.

Ressalte-se que embora o SIAFI seja o principal instrumento do Governo Federal para o controle e acompanhamento do gasto público, o atraso na aprovação integral dos créditos adicionais solicitados, e, ainda, a contenção de despesas com a produção do sistema, trouxeram as seguintes consequências:

- a) atraso na adequação do SIAFI para a implementação de funcionalidade requeridas por diversos órgãos que visam manutenção evolutiva do sistema;

- b) interrupção da execução de apurações especiais; e
- c) redução nos níveis de serviços contratados.

3.2.8. Principais atividades Física e Financeira ocorridas no Exercício

O Contrato nº 39091, assinado em maio de 2006 e que sofreu um primeiro aditamento ainda em dezembro daquele ano, recebeu mais três ajustes ao longo de 2007. O primeiro deles, assinado em 13/02, indicou as notas de empenho e a dotação orçamentária por conta das quais ocorreriam as despesas contratuais no exercício. Em seguida, na data de 30/04, foi assinado um novo aditivo com o objetivo de prorrogar a vigência contratual por mais 12 meses, até 2/05/2008. Por fim, em 30/10, foi firmado o último ajuste do ano, que alterou a descrição de alguns serviços, bem como elevou o valor global do contrato em cerca de R\$ 7 milhões, a fim de manter seu equilíbrio econômico-financeiro do contrato, uma vez que a quantidade de transações efetuadas no SIAFI, principal elemento faturável do contrato, apresenta um crescimento vegetativo da ordem de 10% ao ano. Cabe citar que os pagamentos dos serviços prestados, no que tange aos créditos orçamentários, ocorreram após a aprovação da LOA (Lei nº 11.451), em 7/02/07.

3.3 Ação 3599 – Implantação do Sistema SIAFI em Plataforma Gráfica

3.3.1. Dados gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	O projeto visa atender com flexibilidade e eficiência às exigências da administração orçamentária e financeira do Governo Federal, bem como exercer controle dos ativos e passivos do Tesouro Nacional, contribuindo cada vez mais para a transparência dos gastos públicos.
Descrição	Planejamento, elaboração e implantação do projeto do novo sistema "SIAFI em Plataforma Gráfica - SIAFI Século XXI" que venha a imprimir modernidade ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS (170800)
Unidades executoras	Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública e Desenvolvimento Institucional - CODIN (170007)
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS (170800) e Coordenação de Desenvolvimento Institucional - CODIN (170007)
Coordenador nacional da ação	Maria Betânia Gonçalves Xavier
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	COSIS/CODIN
Beneficiários	Órgãos e Entidades vinculadas à Administração Pública Federal e todos os 50.0000 usuários do SIAFI.

3.3.2 Resultados

Entre 2004 e 2005 ocorreu o replanejamento do projeto, que culminou na elaboração do novo plano global para as atividades relacionadas especificamente ao desenvolvimento de sistemas, por meio do qual se dividiu o projeto em duas grandes etapas:

- Etapa 1 – Planejamento e Modelagem: consiste no replanejamento geral do projeto, definição do escopo do sistema, da tecnologia e do processo de software a ser utilizado e comprovação da viabilidade do projeto.
- Etapa 2 – Construção da solução: É a construção propriamente dita, com especificação de requisitos, análise, projeto, codificação, teste, homologação e implantação dos diversos módulos do sistema

A fim de melhor caracterizar essa nova abordagem, foi solicitada em 2007 a atualização do nome, da descrição e do objetivo da dessa ação orçamentária.

No decorrer deste exercício predominaram atividades internas que visaram à definição do escopo e da arquitetura do sistema, evoluindo nas fases que o RUP denomina como 'concepção' e 'elaboração'. Entre essas atividades, se destacam:

- validação da estrutura hierárquica do novo sistema junto às áreas de negócio da STN;
- validação das funcionalidades contempladas no novo sistema junto às áreas de negócio da STN;
- definição do processo de desenvolvimento a ser utilizado na construção do novo sistema;
- identificação das ferramentas a serem utilizadas na construção do novo sistema;
- elaboração da proposta de arquitetura do novo sistema;
- definição do processo de validação tecnológica e arquitetural do novo sistema.

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PARA 2007				
Mês	Previstas		Realizadas	
	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Janeiro	0,40%	-	0,00%	-
Fevereiro	0,51%	-	0,48%	-
Março	0,67%	-	0,70%	-
Abril	0,37%	-	0,84%	-
Mai	0,37%	-	0,15%	-
Junho	0,92%	-	0,00%	-
Julho	0,00%	-	0,92%	-
Agosto	0,02%	-	0,00%	-
Setembro	0,40%	-	0,02%	-
Outubro	0,00%	-	0,26%	-

Novembro	0,02%	-	0,11%	-
Dezembro	0,07%	-	0,11%	-
Total no Ano	3,75%	-	3,59%	-
Total do Projeto (Acumulado até 2007)	52,42%	-	52,26%	-
(*) O projeto está estimado em R\$ 58.467.046,00				

3.3.3 Desempenho Operacional

INDICADORES DE DESEMPENHO					
Denominação	Descrição (o que mede)	Fórmula de Cálculo Medição	META	Responsável pela Medição	Mecanismo Registro
EFP (% de execução física do projeto)	Percentual dos produtos efetivamente concluídos (gerados e aprova-dos) durante a execução das etapas 1 e 2 do projeto SIAFI XXI, a partir de seu replaneja-mento em 2005.	$EFP = (A / T)$, onde : A = somatório do peso relativo dos produtos gerados e aprovados, e T = somatório do peso relativo do conjunto de todos os produtos previstos para o projeto	% estimado a cada ano	COSIS	SIGPLAN

3.3.4. Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados

Havia previsão de equiparar o andamento físico do projeto à sua execução financeira, meta atingida com a assunção pela equipe da COSIS/STN de parte da Etapa 1. Para a conclusão dessa Etapa resta a validação da tecnologia a ser adotada na construção do sistema. Tal tarefa encontra-se à cargo do Serpro.

3.3.5 Medidas Implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso

Tratamento adequado para a mitigação dos riscos associados à definição da tecnologia e da arquitetura do novo sistema, exigindo mais tempo nas etapas preparatórias da definição tecnológica propriamente dita.

3.3.6 Responsáveis pela implementação das medidas

STN/COSIS

3.3.7. Análise da execução físico-financeira

Algumas etapas deste projeto foram realizadas internamente, objetivando modelar o negócio e especificar os requisitos do software a ser desenvolvido, bem como definir a estratégia a ser utilizada para: contratação, construção e implantação do Sistema.

3.4 Outras Ações - Sistema Integrado da Dívida Pública – SID

3.4.1. Dados gerais

Programa	BRA/01/07 - Proger – Programa de Fortalecimento do Gerenciamento Fiscal e Financeiro
Tipo	Desenvolvimento do Sistema Integrado da Dívida Pública - SID
Finalidade	Automatizar, apoiar e controlar as atividades, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, relacionadas à gestão da Dívida Pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Unidades executoras	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação - COSIS Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública - CODIV
Descrição	Planejamento, contratação e desenvolvimento do Sistema Integrado da Dívida Pública – SID. O projeto visa construir um sistema de informação unificado, que contenha ferramentas integradas de software especialmente desenhadas para atender as crescentes e complexas necessidades da gestão da dívida pública. O projeto foi dividido em quatro serviços, executados de forma paralela no tempo, a saber: Serviço I. Desenvolvimento do Sistema Serviço II. Treinamento e Capacitação Serviço III. Administração Técnica Serviço IV. Gerência de Projeto
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública - CODIV (170601) Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS (170800)
Coordenador nacional da ação	Paulo Fontoura Valle – Coordenador do PROGER Otávio Ladeira de Medeiros – Coordenador do PROGER – Substituto
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	CODIV/COSIS
Beneficiários	Áreas gestoras da Dívida Pública no âmbito da STN.

3.4.2 Resultados

O ano de 2007 foi marcado pela continuidade no desenvolvimento dos submódulos mais importantes do sistema SID, Dívida Mobiliária e Dívida Contratual, iniciados no mês de novembro de 2006. Além dos submódulos de administração de contratos e títulos, também foram objeto do trabalho os submódulos de Cenários e Indexadores.

Os submodulos de Dívida Contratual e Dívida Mobilária foram subdivididos em pacotes de implantação menores, de forma a minimizar riscos de projeto e reduzir o esforço de implantação, inicialmente concentrado em um único momento. Cabe ressaltar que estas implantações tem como premissa agregar ao negócio o sistema como ferramenta da rotina operacional das áreas.

Nesse sentido, compõem o primeiro pacote de implantação, previsto para o primeiro semestre de 2008, os submodulos: Indexadores, Cenários e Dívida Mobilária – Cadastro de Títulos.

Esta implantação permitirá a disponibilização de cenários aos usuários das diversas coordenações-gerais da STN, a administração centralizada do cadastro de indexadores, o cadastro de títulos e o cálculo dos valores unitários destes.

Sob o ponto de vista de gestão, o foco está concentrado na otimização de processos do Consórcio contratado, com a eleição de pontos de controle, na fase de especificação, e na auditoria do processo de construção, medidas preventivas à não recusa dos produtos entregues à STN.

3.4.3 Desempenho Operacional

Os indicadores de desempenho da execução física deste projeto baseiam-se não nas atividades realizadas mas nos produtos efetivamente entregues e aprovados conforme as regras do contrato, como demonstra a tabela a seguir:

Serviço	Executado em 2006 (%)	Executado em 2007 (%)	Total / Fase I (%)
Serviço I (Especificação, Construção e Implantação)	18,54%	5,17%	23,71%
Serviço II (Capacitação)			
<i>Básica</i>	12,36%	6,18%	18,54%
<i>Avançada</i>	14,64%	5,63%	20,27%
Serviço III (Administração Técnica)	18,54%	5,17%	23,71%
Serviço IV (Gestão)	18,54%	5,17%	23,71%
Média de Execução	16,53%	5,47%	21,99%

* Como somente foram contratados os serviços para a Fase I, que representa 49,51% do projeto total, conclui-se que 44,42% da Fase I foi realizada.

Vale ressaltar que em média já foram executados 21,99% do Projeto SID e, efetivamente, houve a conclusão de 23,71% do Sistema (Serviço I). Nota-se que por regra contratual, e para a boa gestão tecnológica, os produtos relativos aos serviços II, III e IV só poderão ser aprovados após o aceite dos produtos relativos ao Serviço I.

3.4.4 Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados

Não identificada.

3.4.5 Medidas Implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso

Não identificada.

3.4.6 Responsáveis pela implementação das medidas

STN/COSIS. Informações adicionais sobre este projeto poderão ser obtidas com a STN/CODIV.

4. Recomendações de órgãos de controle

a) Tribunal de Contas da União

Acórdão TCU 2.351/2006 – Plenário - Ofício 521 TCU/SEMAG-Gabinete proferido nos autos do Processo TC 014.264/2005-1.

Encaminhado Memorando nº 58 STN/COSIS, de 04/01/2007, apresentando cronograma atualizado de implantação do projeto SIAFI XXI, incluindo as etapas posteriores ao planejamento e Modelagem.

Encaminhado Memorando nº 1069 STN/COSIS, de 05/03/2007 contendo ações realizadas no Complexo SIAFI, visando a melhoria do SIAFI Operacional e Gerencial. Informações acerca da Obtenção do Balanço Geral da União de 2005.

Encaminhado Memorando-Circular nº 81, de 25/10/2007, informando atualização do cronograma de implantação do projeto SIAFI XXI, bem como novas ações realizadas visando a melhoria do SIAFI Operacional e Gerencial.

Decisão Normativa TCU 81/2006 acerca da existência de instauração de Tomada de Contas Especial

Encaminhado Memorando nº 440 STN/COSIS, de 26/01/2007, comunicando a existência da Sindicância 17944.001744/2006-98 para apurar os fatos relatados nos processos MF nº 17944.000613/2006-93 e 17944.001968/2005 cujo julgamento concluiu pelo arquivamento do processo.

Ofício nº 1066/2007-TCU/SECEX-2-Diligência (DOCSTN E SIAFI XXI)

Encaminhado Memorando nº 1910, de 12/04/2007, contendo as informações solicitadas pelo Tribunal de Contas da União à respeito do sistema DocsTN e Projeto SIAFI XXI.

Ofício nº 138/2007 TCU/SEMAG-Gabinete (Acórdão nº 286/2007)

Encaminhado Memorando nº 1547 STN/COSIS, de 28/03/2007, informando as metas contempladas para o períodos Abril a Outubro de 2007 em atendimento ao Acórdão nº 286/2007 – TCU-Plenário, proferida nos Autos do Processo nº 012.743/2006-8.

Em atendimento às recomendações do Tribunal de Contas da União quanto à sistemática de registro de conformidades no sistema SIAFI, constantes do Acórdão 286/2007 deste Tribunal, a Secretaria do Tesouro Nacional expediu a Instrução Normativa STN nº 6, de 31 de outubro de 2007, disciplinando os procedimentos relativos ao registro das Conformidades Contábil e de Registro de Gestão. Em adição, o sistema SIAFI foi adequado para atendimento ao disposto nesta Instrução Normativa, através de Meta Institucional da STN encerrada em outubro de 2007, e estas adequações foram disponibilizadas no sistema em 01 de janeiro de 2008.

Acórdão nº 1503/2006 - Plenário

Informamos que as integrações entre os sistemas SIAFI e SIASG/SICONV para permitir o registro de convênios do tipo "Acordo de Cooperação Técnica" que envolvam recursos de Organismos Internacionais foram solicitadas através do SIGOP 2006/683 e estão concluídas no sistema. Desta forma, os órgãos competentes estão aptos a realizar estes registros.

Acórdão nº 435/2007-TCU-Plenário – Questionário sobre Governança de TI

Encaminhado Ofício nº 6678 STN/COSIS, de 08/08/2007, indicando a servidora Maria Betânia Gonçalves Xavier com responsável por responder o levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União sobre informações acerca dos processos de aquisição de bens e serviços de TI, de segurança da informação, de gestão de recursos humanos de TI, e das principais bases de dados e sistemas da Administração Pública Federal.

TCU – Secretaria de Fiscalização de TI e 2ª Secretaria de Controle Externo do TCU - Avaliação da Terceirização no Setor de Informática do Ministério da Fazenda (Ofício nº 238/2007-SECEX-2)

Encaminhado Memorando nº 5900 STN/COSIS, de 11/10/2007, prestando esclarecimentos sobre o Planejamento de TI, Organização do setor de TI, Processo Orçamentário de TI, Gestão de recursos humanos de TI, Avaliação de Riscos, processos de terceirização de TI, Segurança de Informação, entre outros assuntos.

Acórdão TCU 2697/2007-TCU-Plenário

Encaminhado Memorando-Circular nº 78, de 17/10/2007, informando à STN/CCONT, STN/COFIN e STN/CODIN a respeito do Acórdão TCU 2697/2007-TCU-Plenário onde o egrégio Tribunal solicita que sejam tomadas providências para que no prazo de 120 dias sejam apresentados cronograma e Plano de Ação com vistas ao aprimoramento técnico do SIAFI do registro da conta contábil 2.1.4.1.1.01.00 e na classificação de receitas.

b) Sistema de Controle Interno

Relatório de Auditoria de Avaliação de Gestão 2005 nº 174443 – Recomendações CGU – Plano de Providências

Encaminhado Memorando nº 637 STN/COSIS, de 07/02/2007, concordando com a recomendação de que, quando de contingenciamentos e cortes orçamentários, seja preservado crédito mínimo para manter e operar o SIAFI e os sistemas que gerem a dívida pública e os haveres da União.

Encaminhado Nota Conjunta STN/COSIS/CODIN nº 03, de 14/02/2007, à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MF recomendando a respeito da disponibilidade orçamentária para cobertura das despesas de manutenção do SIAFI e demais sistemas estruturantes da Administração Pública Federal.

Ofício nº 1616/2007/DEFAZ/DE/SFC/CGU-PR solicitando fornecimento do contrato de prestação de Serviços de TI

Encaminhado Ofício nº 09 STN/COSIS, de 13/02/2007, anexando cópia do contrato nº 39091 e seu termo aditivo firmado entre a Secretaria do Tesouro Nacional e SEPRO na prestação de serviços de TI.

Avaliação de Gestão do Tesouro Nacional - Auditoria CGU – S.A. nº O.S./190231

Encaminhado Memorando nº 1484 STN/COSIS, de 26/03/2007, informando ações tomadas pela COSIS referente ao Acórdão nº 1503/2006 solicitando integração do Complexo SIAFI com o SIASG/SICOV. Além disso, informa também, que as demais ações solicitadas pelos Órgãos de Controle encontram-se relatadas no Relatório de Gestão 2006.

Encaminhado Memorando nº 1479 STN/COSIS, de 26/03/2007, anexando os processos nº 17944.001487/2005-11, 17944.001888/2005-63 e 17944.000684/2006-96 referentes aos contratos realizados entre o Tesouro Nacional e o SERPRO com dispensa de licitação.

OS/190231 – Solicitação de Auditoria 008/2007 – Encaminhado Memorando nº 2186 STN/COSIS, de 24/04/2007, anexando cópia do contrato RG 37279/2005, firmado entre a STN e o SERPRO e cópias dos relatórios de prestação de serviço do SERPRO, referente às faturas e notas fiscais de serviço, fulcro do Processo nº 17944.000613/2006-93. Além disso, presta esclarecimentos acerca do Contrato 39091 e informa as ações tomadas para redução do grau de dependência tecnológica da STN em relação ao SERPRO.

OS/190231 – Solicitação de Auditoria 014/2007 – Encaminhado Memorando nº 2365 STN/COSIS, de 30/04/2007, contendo as informações solicitadas relativas ao SIGOP 2006/0776 (processo de pagamento nº 17944.000339/2007-33).

OS/190231 – Solicitação de Auditoria 004/2007 e 013/2007 – Encaminhado Memorando nº 2375 STN/COSIS, de 30/04/2007, encaminhando cópias dos Termos de Aceite das Especificações dos submódulos A1 a A5, B2 e B3; cópias dos Termos de Aceite das Construções dos submódulos A1 a A5, B2 e B3; cópias das descrições mínimas dos submódulos A1 a A5, B2 e B3; e, cópias de documentações atestadas, em 05/06/2006, quanto emitido o Temo de Aceite da Especificação do submódulo A4 – Interação com os usuários.

OS/190231 – Solicitação de Auditoria 022/2007 – Encaminhado Memorando nº 2508 STN/COSIS, de 03/05/2007, dando esclarecimentos a respeito do valor constante da OB nº 2007OB900107.

OS/190231 – Solicitação de Auditoria 011/2007 – Encaminhado Memorando nº 2760 STN/COSIS, de 14/05/2007, prestando esclarecimentos sobre o rol de responsáveis das UG's 170800, 170802 e 170803.

Encaminhado Memorando nº 2981 STN/COSIS, de 23/05/2007, encaminhando o formulário de rol de responsáveis com as informações solicitadas pela equipe de auditoria.

OS/190231 – Solicitação de Auditoria 030/2007 – Encaminhado Memorando nº 3843 STN/COSIS, de 29/06/2007, prestando esclarecimentos e manifestações sobre os itens 3.2.3.1 e 4.1.1.3 solicitados no Relatório Prévio de Auditoria.

OS/190231 – Relatório de Auditoria – Encaminhado Memorando nº 4485 STN/COSIS, de 31/07/2007, contendo o “Plano de Providências” com as recomendações que não estavam relatadas no Relatório de Auditoria. Informando, também, não haver dados sigilosos a respeito da COSIS no Relatório de Auditoria que seria publicado na internet.

Ofício nº 24.164/2007/SE/CGU-PR - Integração entre os Sistemas SIAFI e SIASG a fim de impedir empenhos ou pagamentos a fornecedores inadimplentes ou inidôneos

Encaminhado Memorando nº 4669 STN/COSIS, de 07/08/2007, informando que já haviam sido iniciados os trabalhos entre o Tesouro Nacional e a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI com o propósito de discutir a integração dos sistemas. Foram encaminhados expedientes para o Ministério do Planejamento e Secretaria Federal de Controle dando início aos trabalhos.

COORDENAÇÃO-GERAL DE NORMAS E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA - CONED

1. Apresentação

A Coordenação-Geral de Normas e Avaliação da Execução da Despesa – CONED, em atendimento ao estabelecido na Meta nº 8 do Anexo nº XIV da Portaria nº 771, de 5 de dezembro de 2007, apresenta o seu Relatório de Gestão referente ao exercício de 2007.

Pretende-se, com este documento, sintetizar as atividades e projetos executados pela CONED em 2007, identificando a produção da Unidade ao longo do ano vencido, correlacionando-a com as missões delineadas pela equipe da Coordenação-Geral, consoante o que estabelece o art. 57 do Regimento Interno da STN, aprovado pela Portaria MF nº 403, de 2 de dezembro de 2005.

Nesse sentido, vale ressaltar que a CONED conseguiu cumprir as metas e objetivos definidos para 2007 nas Portarias de metas institucionais (nºs 850, de 31 de outubro de 2006, 318, de 29 de maio de 2007, e 771, de 5 de dezembro de 2007).

Oportuno ressaltar, desde logo, que a CONED não é executora de programas de trabalho, ou seja, não está classificada como Unidade Orçamentária na estrutura da STN. Desta feita, os projetos/atividades desta coordenação não foram diretamente contemplados no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, estando apenas relacionadas ao Programa Gestão da Política da Administração Financeira da União.

Registre-se, por fim, manter-se a CONED pronta a incorporar novos sistemas e rotinas no ano que se inicia, visando a contribuir para a consecução da missão institucional da Secretaria do Tesouro Nacional.

2. Projetos e Atividades

A CONED tem suas ações divididas entre três missões primordiais: acompanhar e analisar o comportamento da despesa pública, em especial, a realizada com pessoal e as transferências voluntárias da União aos Estados e Municípios; elaborar, acompanhar e racionalizar normas afetas à administração orçamentário-financeira; e examinar e opinar sobre atos legais que possam de alguma forma impactar o Tesouro Nacional.

Além dessas missões, em meados de 2007 a CONED recepcionou a atividade de divulgação de informações sobre as Transferências Constitucionais, incluindo a incumbência da geração dos Boletins do FPM/FPE e do FUNDEF/FUNDEB para divulgação e composição do Relatório do Tesouro Nacional.

Ao longo do ano, a CONED deu seguimento ao papel de órgão orientador; nesse sentido, o principal foco de atuação é na regulamentação da área de transferências voluntárias, ação esta consubstanciada através da edição de atualizações da Instrução Normativa (IN) STN nº 01/97, focando o cumprimento, pelos entes federativos, das exigências estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, destacando-se nesta matéria o CAUC – Cadastro Único de Convênio, que reúne num só instrumento todas as exigências principais prevista na LRF. A Coordenação-Geral atende, assim, demandas advindas de gestores espalhados por todo País e conta com o reconhecimento de clientes internos e externos. Restando certo, entretanto, que ainda há muito por avançar nesse processo, até porque a necessidade de aumento da produtividade do setor público tem imposto ao

administrador a busca de novos métodos e processos, o que tem gerado volume crescente de consultas, dado o imperativo de se atuar sob o amparo das leis.

A normatização da matéria, no âmbito desta Secretaria, é feita pelas seguintes INs:

N° da IN	Data da IN	Data de publicação no Diário Oficial da União
7	20/11/2007	21/11/2007
4	17/5/2007	21/5/2007
3	10/5/2007	11/5/2007
2	24/4/2007	25/4/2007
1	18/1/2007	23/1/2007
7	30/10/2006	1/11/2006
4	4/8/2006	7/8/2006
3	4/7/2006	5/7/2006
2	31/5/2006	1/6/2006
2	1/12/2005	2/12/2005
1	17/10/2005	19/10/2005
5	7/10/2004	11/10/2004
1	14/1/2004	16/1/2004
4	4/12/2003	5/12/2003
3	25/9/2003	30/9/2003
2	25/3/2002	28/3/2002
1	28/2/2002	13/3/2002
1	1/2/1999	2/2/1999
1	15/1/1997	31/1/1997

2.1 Principais Projetos

Projeto	Portaria	Descrição do Projeto
4 9	850/06 318/07	Elaboração de relatórios sobre a estrutura atual de gasto de órgãos, unidades de governo ou programas específicos.

Objetivos do Projeto

Elaborar relatório mensal sobre a estrutura atual de gasto de um órgão, unidade de governo ou programa específico, a ser escolhido, abrangendo a composição de suas despesas, fontes de financiamento, áreas de atuação, com identificação de prioridades, eventuais condicionantes constitucionais ou legais e tendência de gasto até o final do exercício e no seguinte.

Alinhamento com os Objetivos Estratégicos do Tesouro Nacional

Aperfeiçoar a programação financeira do Tesouro Nacional, gerenciando a conta única, avaliando os gastos governamentais e estabelecendo normas sobre execução orçamentária, financeira e contábil.

Cronograma de Execução

Produto Gerado	Data de Início
Relatório 3	01/02/2007
Relatório 4	26/02/2007
Relatório 5	13/03/2007
Relatório 6	03/04/2007

Produtos

1 - Relatório de análise da evolução dos investimentos executados de 2003 até 2006 (ênfase nos gastos relativos ao PAC).

2 – Relatório de análise da evolução das despesas na área de integração nacional de 2003 até 2006.

3 – Relatório de análise da evolução das despesas na área de segurança pública de 2001 até 2006.

4 – Análise das despesas globais em 2006 e de março até agosto de 2007.

5 – Análise do impacto, em 2007, dos projetos do Poder Judiciário em tramitação no Congresso Nacional de criação de cargos e aumento de remuneração.

6 – Relatório de análise da evolução das despesas com o seguro social (aposentadorias e reformas) de 2001 até 2006.

7 – Relatório de análise da evolução das transferências voluntárias (de setembro de 2006 até setembro de 2007).

Projeto	Portaria	Descrição do Projeto
5	850/06	Realizar seminários para os gestores públicos sobre as transferências voluntárias, a IN 1/97 e o CAUC.
8	318/07	

Objetivos do Projeto

Realizar 3 Seminários semestrais, para o atendimento de 150 gestores (previsão de cinquenta participantes por turma), sobre as Transferências Voluntárias, Convênios, a Instrução Normativa nº 1, de 1997, e o Cadastro Único de Convênio – CAUC.

Alinhamento com os Objetivos Estratégicos do Tesouro Nacional

Essa atividade visa orientar órgãos gestores acerca das normas orçamentárias e financeiras, bem como em relação ao cumprimento das exigências previstas pela LRF por parte dos Entes Federativos que desejam receber recursos de transferências voluntárias da União.

Produtos

Seminário de 13/3/2007 – participantes: 68

Seminário de 10/4/2007 – participantes: 84

Seminário de 24/4/2007 – participantes: 103

Seminário de 28/8/2007 – participantes: 73

Seminário de 25/9/2007 – participantes: 99

Seminário de 2/10/2007 – participantes: 50

Órgãos participantes: CONAB, Ministério da Saúde, Ministério do Interior, Ministério das Cidades, ANTT, Ministério da Integração Nacional, Ministério do Turismo, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério das Relações Exteriores, UFRRJ, INMETRO, Ministério das Minas e Energia, DPRF, IPHAN, Ministério da Educação, FNDE, Ministério da Cultura, CJF, DNIT, CEF, UnB, EMBRAPA, SEFA, CODEVASF, FUNAI, INCRA, Ministério da Justiça, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, UNIVASF, Ministério da Defesa, MPU, CNPQ, Gov. GO, FINEP, ITA, DNPM, Gov. RR, UFRGS, TCU, Ministério do Trabalho e Emprego, Gov. MA, ANS, ANA, SEDH/PR, Gov. Ministério dos Transportes, UFPR, INEP, CAPES, entre outros.

Projeto	Portaria	Descrição do Projeto
7	850/06	Elaboração de relatório gerencial mensal informando os principais Projetos de Lei analisados na CONED, os riscos fiscais inerentes e o andamento da tramitação no Congresso.

Objetivos do Projeto

Conferir à STN, por meio de relatórios mensais, uma visão sistêmica do material de análise que passa rotineiramente pela CONED, mas que acaba não sendo visível seu produto em termos gerenciais por não se consolidarem os resultados. Os riscos fiscais são elevados e merecem ser melhor acompanhados e mensurados.

Alinhamento com os Objetivos Estratégicos do Tesouro Nacional

Promover medidas de políticas econômico-fiscais adequadas e compatíveis com a sustentabilidade macroeconômica do País - Gestão Financeira e Contábil da União - Inteligência Gasto

Cronograma de Execução

Produto Gerado	Data de Início
Relatório de Riscos Fiscais de Outubro/06	30/04/2007
Relatório de Riscos Fiscais de Janeiro/07	05/02/2007
Relatório de Riscos Fiscais de Fevereiro/07	05/03/2007
Relatório de Riscos Fiscais de Março/07	04/04/2007

Produtos

Período de abrangência dos relatórios	Quantidade de propostas analisadas	Quantidade de propostas rejeitadas e com valor estimado	Valor estimado da economia orçamentária
Outubro/06	53	9	R\$ 1,1 bi
Janeiro/07	59	2	R\$ 36 mi
Fevereiro/07	36	1	R\$ 87,7 mi
Março/07	69	7	R\$ 140,5 mi

Projeto	Portaria	Descrição do Projeto
8	850/06	Avaliação do quantitativo de convênios celebrados com consórcios públicos e sugestão de normativo disciplinando a forma de controle da regularidade fiscal dos entes federativos considerando a presença de consórcios públicos na sua composição.

Objetivos do Projeto

Foi constatado em 2007 um aumento no volume financeiro de convênios com entidades privadas, inclusive consórcios públicos como forma de contornar as limitações da LRF. O mapeamento desse fenômeno e a elaboração de normativo que obrigue que esses consórcios venham a fazer parte do rol de entidades que compõem cada ente federado é fundamental para evitar que a LRF seja corrompida.

Alinhamento com os Objetivos Estratégicos do Tesouro Nacional

Gestão Financeira e Contábil da União - Aperfeiçoamento CAUC

Cronograma de Execução

Produto Gerado	Data de Início
Documento com proposta de normas para os Consórcios Públicos	20/11/2006

Produtos

A Lei nº 11.107/2005 dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcio público, protocolo de intenção, contrato de rateio, gestão associada de serviços públicos e contrato de programa. Mas, sua regulamentação restou pendente. Esta CONED tentou aprimorar a proposta de regulamentação, sugerindo alteração em diversos pontos de sua redação, conforme explicado na Nota nº 1.101/2005/CONED, de 11/7/2005.

Paralelamente a isso, a CONED elaborou alteração do artigo 2º da Instrução Normativa nº 1, de 15 de janeiro de 1997, melhorando a disciplina da celebração de convênios de natureza financeira. Também sugeriu várias alterações na Exposição de Motivos Interministerial nº 0001/2006 - MCIDADES/MF/MJ/MP/ MS/CC/SRI/PR, que veiculou seu Regulamento da Lei dos Consórcios Públicos. O assunto foi submetido à instância superior, para deliberação.

Projeto	Portaria	Descrição do Projeto
10	850/06	Meta conjunta entre a CONED/COPEM, sob a coordenação da primeira. Continuidade dos trabalhos de consolidação e uniformização dos normativos a respeito de transferências voluntários para Estados e Municípios.

Objetivos do Projeto

Aprimorar e tornar mais integrados os controles das exigências para celebração de convênios entre os Entes Federativos.

Alinhamento com os Objetivos Estratégicos do Tesouro Nacional

- Aperfeiçoamento do CAUC
- Aperfeiçoamento controle das transferências recursos federais

Cronograma de Execução

Produto Gerado

Relatório do Projeto e/ou Minuta de Instrução Normativa a respeito de Transferências Voluntárias e/ou Aprimoramentos demandados/efetuados no CAUC

Produtos

Esta CONED enviou (Memorando nº 4.544/2007/STN/CONED, de 1/8/2007) à COPEM, visto tratar-se de questão também afeta a esta área. No entanto, o assunto passou a ser discutido conjuntamente com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como a Controladoria-Geral da União, por ocasião da formação de Grupo de Trabalho com o objetivo de regulamentar o Decreto 6.170/2007, trabalho adiante comentado.

Projeto	Portaria	Descrição do Projeto
11	850/06	Meta conjunta entre as unidades COFIN/CCONT/CESEF/COGEP/ CONED/COFIS/COREF/COAPI/COPEC/COREM/CODIV, sob a coordenação da primeira, e em articulação com a COSIS. Elaborar projeto de revisão e atualização da Lei 4320/64.

Objetivos do Projeto

Apresentar propostas de revisão da nº 4.320/64.

Alinhamento com os Objetivos Estratégicos do Tesouro Nacional

Elaboração de normas na área de finanças públicas

Cronograma de Execução

Produto Gerado

Apresentar propostas de revisão da Lei nº 4.320/64.

Data de Início

01/11/2006

Produtos

Elaborou-se a Nota Conjunta nº 49/COFIN/CCONT, de 30 de abril de 2007, que apresentou proposta que tem por fundamento melhorar as políticas públicas, com a aproximação dos preceitos constitucionais às necessidades normativas atuais, integrando o processo orçamentário de forma descentralizada, inclusive definindo claramente as competências federativas, sem sobreposições, áreas nebulosas e descoordenação das matérias ou regiões comuns.

Projeto	Portaria	Descrição do Projeto
3	318/07	Elaborar manual de celebração de convênios e instrumentos congêneres e de prestação de contas relativos a transferências voluntárias.
2	771/07	Elaborar instrução normativa instituindo manual de celebração de convênios, contratos de repasse e termos de cooperação relativo à realização de transferências voluntárias em decorrência de Portaria Interministerial a esse respeito, a ser editada pelos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda.
4	318/07	Atualizar a IN 1/97, disciplinadora da celebração de convênios.
6	318/07	Elaborar estudos com vistas à implementação das recomendações constantes dos acórdãos do TCU nos normativos relativos a convênios e ao CAUC.

Objetivos dos Projetos

Conforme determinação do artigo 131 da LDO 2007 (Lei nº 11.439/2006), o Poder Executivo deveria, no prazo de seis meses, a contar da publicação da Lei: I - consolidar as normas de direito financeiro que dispõem sobre transferências voluntárias e para o setor privado; e II - elaborar manual de celebração de convênios e instrumentos congêneres e de prestação de Contas relativos a transferências de que trata o inciso I deste artigo, no qual constará, inclusive, a jurisprudência e o entendimento do Tribunal de Contas da União, da Controladoria Geral da União, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, relativos às normas aplicáveis.

Alinhamento com os Objetivos Estratégicos do Tesouro Nacional

- Atualizar manuais e metodologias de elaboração de relatórios fiscais
- Aperfeiçoamento CAUC

Produtos

Com o advento do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, foi instituído Grupo de Trabalho (GT) visando, dentre outras providências, à proposição de normas complementares para sua regulamentação, conforme o disposto na Portaria Interministerial nº 301, de 12 de setembro de 2007.

As discussões em andamento no âmbito do Grupo de Trabalho somente se encerrarão no decorrer do próximo período de avaliação de Metas Institucionais da Secretaria (STN) – em 2008 –, e envolvem, inclusive, a definição acerca do órgão federal que passará a ser responsável pela edição dos normativos de hierarquia inferior relativos a convênios, como a Instrução Normativa no 1, de 15 de janeiro de 1997, disciplinadora da celebração de convênios de natureza financeira, desta Secretaria (STN).

Dessa forma, restou inevitável a interrupção das atividades relacionadas com a presente Meta, haja vista o início dos trabalhos do GT visando a edição de Portaria regulamentadora conjunta.

Também cabe destacar que o citado Decreto, originalmente por conta de sua publicação, passaria a vigor em 1º de janeiro de 2008. Ocorre que, dias antes dessa data, em dezembro de 2007, constatou-se a impossibilidade técnica de operacionalização da norma. Por isso, foi o prazo de vigência prorrogado para 1º de julho de 2008 (*vacatio legis* anual), conforme disposto no Decreto nº 6.329, de 27 de dezembro de 2007. Os trabalhos de regulamentação da matéria ocorrerão, assim, no transcorrer do primeiro semestre de 2008.

Projeto	Portaria	Descrição do Projeto
11	318/07	Meta conjunta entre as unidades CCONT, COFIN e CONED, sob a coordenação da primeira. Promover a IV Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas, nas cidades de Florianópolis (SC) e de Maceió (AL), com a participação do Ministério do Planejamento (SOF, SPI e STLI) e da CGU.

Objetivos do Projeto

Reciclar, aperfeiçoar e gerar conhecimentos relativos aos instrumentos de planejamento, orçamento, administração financeira e compras no âmbito da Administração Pública Federal, por meio de discussão e disseminação dos aspectos mais relevantes aos temas expostos. Propiciar maior capacitação dos servidores e gestores públicos federais, envolvidos com as atividades próprias do ciclo de gestão de recursos públicos.

Alinhamento com os Objetivos Estratégicos do Tesouro Nacional

Promover a consolidação das Contas Públicas das três esferas de governo.

Garantir a transparência do gasto público.

Produtos

As reuniões ocorrem nos períodos e locais abaixo informados:

Região	Região 1	Região 2	Região 3	Região 4
UFs	RJ, ES e SP	MG, PR, SC e RS	MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE e BA	DF, GO, MT, MS, AM, PA, AP, RR, AC, RO e TO
Cidade	Rio de Janeiro/RJ	Florianópolis/SC	Maceió/AL	Brasília/DF
Período de Realização	16 a 21/4	23 a 28/7	17 a 22/9	19 a 24/11
Quantidade de Vagas	300 pessoas	300 pessoas	300 pessoas	300 pessoas

Em Florianópolis, por exemplo, participaram 473 pessoas, foram feitas 44 oficinas e houve 107 turmas, num total de 428 horas-aula. Já em Maceió, o evento contou com a participação de 538 pessoas, 30 professores e 25 colaboradores distribuídos em 45 oficinas, num total de 108 turmas e 432 h/a. Gerente da Coordenação-Geral participou como instrutor nos eventos.

2.2 Principais Atividades

a) Analisar a evolução da Despesa da União, por situação funcional do servidor (Ativo/Inativo, Civil/Militar), por tipo de Administração (Elemento de Despesa), por Órgão e por Poder; e a evolução do Quantitativo Físico do Pessoal, produzindo relatório gerencial e disponibilizando informações na página do Tesouro Nacional na Internet .

O “Demonstrativo das Despesas com Pessoal” (12 relatórios) configura-se em um banco de dados sobre o comportamento desses dispêndios, permitindo, inclusive, a aferição do impacto sobre a despesa governamental agregada, a confecção de cenários e o adequado suporte à tomada de decisão. O Documento, constantemente aperfeiçoado pela CONED e disponibilizado na Internet, é de grande valia como fonte de consulta por vários órgãos da Administração Direta, inclusive, vale dizer, pela Presidência da República, como também por entidades da sociedade civil. Ademais, foram produzidos no período relatórios gerenciais, visando a subsidiar eventual tomada de decisão para redirecionamento ou aprimoramento das políticas de pessoal do serviço público federal.

b) Elaborar relatório mensal das transferências voluntárias para Estados, Distrito Federal e Municípios, consolidadas em nível de unidades da Federação e região geográfica, a ser disponibilizado no site da STN.

A CONED realiza acompanhamento mensal pormenorizado das chamadas “Transferências Voluntárias para Estados e Municípios”, suprimindo os gestores com informações do tipo: montante transferido, alocação e destinação por estados e municípios. Do mesmo modo que os demonstrativos anteriores, e em se tratando de democratizar a informação para conhecimento do público em geral, tais estatísticas são imediatamente disponibilizadas via Internet na página conferida à STN.

c) Elaborar pareceres e notas técnicas sobre propostas de emendas constitucionais e projetos de leis complementares e ordinárias, bem como emendas a medidas provisórias e a projetos de lei de conversão apresentados ao Congresso Nacional, no prazo médio de 8 dias, antecedendo, no mínimo, 24 horas quando envolverem prazo prescricional.

Visando a subsidiar o posicionamento da STN acerca de projetos de lei e regulamentos oriundos do Poder Legislativo, cuja entrada em vigor redunde em impacto sobre as finanças públicas, a CONED emitiu Notas Técnicas sobre emendas à Constituição Federal, emendas a medidas provisórias, projetos de lei complementar, e projetos de lei ordinária das duas Casas do Congresso Nacional. Também subsidiou a Assessoria de Assuntos Parlamentares no posicionamento do Ministério sobre os projetos em fase de sanção presidencial, além de elaborar e coordenar respostas a requerimentos de informações oriundos do Congresso Nacional, governos estaduais, assembléias legislativas e tribunais.

d) Responder às consultas sobre a aplicação das normas de administração orçamentária, financeira e patrimonial formuladas pelas unidades gestoras, elaborando relatório consolidado de consultas e respostas.

As consultas encaminhadas à CONED são respondidas a contento via SIAFI, correio eletrônico ou telefone, bem como são disponibilizadas no GERLEGIS para consultas

de outras partes interessadas nos diversos assuntos tratados. A página referida no GERLEGIS é de fácil consulta, o que proporciona enormes benefícios aos demais gestores. Cabe novamente ressaltar que, ao longo de 2005, a CONED deu seguimento ao papel de órgão orientador, suprimindo lacuna originada da reestruturação da Secretaria Federal de Controle Interno em anos anteriores.

e) Elaborar relatórios sobre a estrutura atual de gasto de órgãos, unidades de governo ou programas específicos.

Esses relatórios procuram analisar a evolução das principais despesas federais da União na área de Saúde, Transportes, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Educação, transferências da União para as Fundações de Apoio, Transferências Voluntárias do Governo Federal e Programa Seguro-Desemprego.

f) Atender, em preliminar, às solicitações de procuradores e advogados da União em ações em que a Secretaria do Tesouro Nacional e, eventualmente, a figura do seu Secretário sejam pólos passivos, no prazo máximo de 3 dias úteis ou de 24 horas antes do seu vencimento, quando houver prazo prescritivo.

Em 2007, a CONED respondeu a 647 solicitações relativas a demandas judiciais, entre as quais se inserem pedidos de:

- a) fornecimento de subsídio para defesa da União,
- b) cancelamento, no CAUC, de registro de inadimplência,
- c) suspensão de inscrição no CADIN e no SIAFI e
- d) informações a respeito de valores repassados a determinadas entidades.

3. Resultado Institucional

Com relação aos resultados institucionais, registre-se que a CONED, em função do empenho e dedicação da sua equipe, atingiu o percentual de 100 %, no que tange às metas estabelecidas por força das Portarias STN n^{os} 850, de 31 de outubro de 2006, e 318, de 29 de maio de 2007.

4. Deliberações dos Órgãos de Controle Externo e Interno

4.1 Pedido de informações pelo TCU

Documento: Ofício de Requisição n° 321/2007-01, de 8/5/2007

Processo: TC 010.107/2007-8

O TCU/DF fez diversas perguntas, abaixo resumidas:

a) estimou-se o impacto financeiro da desoneração tributária havida por meio do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC no orçamento de sua instituição e nos dois seguintes (art. 14 da LRF)?

Resposta resumida da STN (Ofício n° 4.338/2007/CONED/STN, de 4/6/2007): Sim. Estimou-se o impacto financeiro da perda da receita e as medidas de compensação,

quando quantificadas, foram citadas nas Exposições de Motivos, em anexo ao Ofício.

b) a desoneração tributária havida por meio do PAC respeitou as diretrizes orçamentárias? Demonstrou-se que a renúncia fiscal foi considerada quando se estimou as receitas orçamentárias ou que houve medidas compensatórias?

Resposta resumida da STN (Ofício nº 4.338/2007/CONED/STN, de 4/6/2007): Não houve tempo hábil para, depois de aprovado o PAC, retificar-se a LOA para que pudesse se adequar àquele programa (o PAC foi aprovado em fins de janeiro de 2007 e a LOA foi aprovada em 7 de fevereiro, ambos de 2007). Diante disso, o ajuste foi feito no Decreto de programação financeira desta STN (nº 6.046). Depois disso, o Poder Executivo elaborou relatório projetando receitas contemplando os benefícios tributários do PAC e o encaminhou à Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

c) Qual o valor dos projetos realizados e a realizar do PAC que receberam ou que receberão benefícios financeiros ou creditícios?

Resposta resumida da STN (Ofício nº 4.338/2007/CONED/STN, de 4/6/2007): alguns empreendimentos serão parcial ou totalmente financiados com recursos de bancos estatais. O funding de algumas dessas linhas pode configurar concessão de benefícios financeiros ou creditícios, cujo montante é calculável pela diferença entre o custo de oportunidade da captação e a taxa dos financiamentos.

d) Que projetos já foram contratados e quais estão pendentes?

Resposta resumida da STN (Ofício nº 4.338/2007/CONED/STN, de 4/6/2007): resposta a cargo da SAM/Casa Civil.

e) Qual a previsão da renúncia fiscal e dos benefícios creditícios dos projetos do PAC para os próximos 4 anos?

Resposta resumida da STN (Ofício nº 4.338/2007/CONED/STN, de 4/6/2007): os bancos federais e o Governo ainda não definiram as características dos financiamentos (prazo, carência, taxa de juros etc.). Por isso, não se pode estimar os benefícios creditícios de tais financiamentos. Com relação à renúncia fiscal, estima-se que montará a R\$ 8,4 bilhões em 2007 e a R\$ 14,2 bilhões em 2008.

f) Há demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e as despesas causado pelos subsídios financeiros, creditícios e tributários?

Resposta resumida da STN (Ofício nº 4.338/2007/CONED/STN, de 4/6/2007): Não, porque a formulação do PAC é posterior à apresentação da LOA.

g) Há garantia de que as aplicações do FGTS terão remuneração superior à sua captação de recursos (spread positivo)? Qual o impacto na economia se a rentabilidade das aplicações situar-se aquém da rentabilidade de sua captação?

Resposta resumida da STN (Ofício nº 4.338/2007/CONED/STN, de 4/6/2007): Se houver spread negativo, o mesmo será absorvido pela CEF (utilização da reserva financeira de risco). A limitação de recursos por setor e por empreendimento e a coparticipação de outras fontes de recursos tornam esse risco residual, não gerando impactos na economia.

h) Como será monitorado o impacto das desonerações tributárias do PAC sobre cada setor econômico?

Resposta resumida da STN (Ofício nº 4.338/2007/CONED/STN, de 4/6/2007): Será feito pela RFB (declarações fiscais) e por meio de controles específicos incidentes na etapa de habilitação das empresas à fruição dos benefícios daquele Programa.

i) Qual a natureza jurídica do “Instrumento Híbrido de Capital e Dívida” - IHCD, formalizador de crédito da União à CEF no valor de R\$ 5,2 bilhões? Respeitou-se o § 1º do art. 35 da LRF?

Resposta resumida da STN (Ofício nº 4.338/2007/CONED/STN, de 4/6/2007): Porque o patrimônio de referência da CEF era baixo para realizar investimentos, ela teve que tomar emprestado da União. O Instrumento Híbrido de Capital e Dívida entra na base de cálculo do patrimônio de referência e se caracteriza por não ter vencimento e pelo fato do credor não poder exigir a amortização da dívida. Não houve desrespeito aos arts. 35 e 36 da LRF.

j) Haverá controle por parte da gestão do PAC em relação ao retorno dos recursos relativos ao IHCD?

Resposta resumida da STN (Ofício nº 4.338/2007/CONED/STN, de 4/6/2007): resposta a cargo da SAM/Casa Civil.

k) Há previsão de retorno do empréstimo formalizado no IHCD?

Resposta resumida da STN (Ofício nº 4.338/2007/CONED/STN, de 4/6/2007): Sim. Serão realizados pagamentos mensais de juros.

l) Quais os projetos e ações inseridos tanto no PAC quanto no Plano Piloto de Investimento?

Resposta resumida da STN (Ofício nº 4.338/2007/CONED/STN, de 4/6/2007): As ações do PPI e as do PAC foram informadas no Ofício.

4.2 Auditoria da CGU

Documento: Solicitação de Auditoria Final n° 190231/30, de 21/6/2007

A CGU analisou a consistência das metas de algumas Coordenações-Gerais desta STN e monitorou o atendimento a recomendações feitas pelo TCU no Acórdão n° 407/2006, de 30/3/2006. O TCU recomendou que a STN:

- a) aprimore o CAUC,
- b) discipline as ações nas áreas de assistência social, de saúde e de educação (objetivando evitar suspensão nas transferências voluntárias),
- c) elabore normativo de orientação aos usuários do CAUC de que a inobservância do § 3° do art. 25 da LRF ou do art. 26 da Lei n° 10.533/2002 podem suspender as transferências voluntárias,
- d) não suspenda as transferências voluntárias para aplicação de recursos nas áreas de assistência social, de saúde e de educação e
- e) adote providências para automatizar o CAUC com as informações dos demonstrativos contábeis dos entes subnacionais.

A CGU citou que esses pontos continuavam pendentes. No Memorando n° 3.762/STN/CONED, de 27 de junho de 2007, esta STN respondeu que os pontos poderiam ser resolvidos com apenas duas medidas: aprimoramento do CAUC e alteração da IN n° 01/97. E informou que *“a alteração de sistema [CAUC] no âmbito da STN/MF passa por um estudo entre o proponente com a COSIS e em seguida com o SERPRO. Esse processo requer estudos, planejamento técnico e de custo financeiro, cujas fases nem sempre são registradas, mas não significa que não há ações e providências em curso neste sentido. Portanto, esclarecemos que o modelo CAUC precisa de uma macrorrevisão e não alterações pontuais, pois haveria de se agravar ainda mais os problemas atualmente enfrentados pelos usuários do sistema.”*

A alteração da IN n° 01/97 não pode ocorrer contrariando as leis orçamentárias e financeiras em vigor, quais sejam: Decreto-Lei n° 200/1967, Lei n° 4.320/1964, as diretrizes orçamentárias e a LRF. Mas essas leis estavam sendo alteradas para *“(…) viabilizar o PAC e corrigir possíveis divergências entre essas normas.”* Por isso, enquanto não terminada a revisão dessas leis, a alteração da IN supra não poderia ser iniciada.

4.3 Conclusão de tomadas de contas do TCU

Documento: Aviso n° 113 – Seses – TCU – Plenário, de 14/2/2007

Acórdão: n° 168/2007 – TCU - Plenário

Processo: TC 020.926/2006-2

Documento: Ofício n° 359/2007 TCU – SEMAG - Gabinete, 14/6/2007

Acórdão: n° 1.051/2007 – TCU - Plenário

Processo: TC 011.967/2006-6

Esta CONED, por meio do Memorando n° 3738/2007/CONED/STN, de 26/6/2007, encaminhou as cópias dos Acórdãos supra à CODIN, tendo em vista não haver providências a tomar no âmbito da Coordenação-Geral.

4.4 Conclusão de tomadas de contas do TCU

Documento: Aviso n° 558 – GP/TCU, de 25/4/2007

Acórdão: n° 639/2007 – TCU - Plenário

Processo: TC 025.811/2006-7

Esta CONED encaminhou toda a documentação (capeada pela Papeleta de Providências n° 12100.001922/2007.001.000) para a CODIN, em 21/5/2007, tendo em vista não haver providências a tomar no âmbito da Coordenação-Geral.

4.5 Auditoria da CGU

Documento: Solicitação de Auditoria n° 3/2007, de 13/4/2007

Acórdão: n° 170/2006

O TCU determinou que a STN e a SOF estabelecessem metodologia contábil e operacional adequada à operacionalização das restituições de convênios (art. 8° da LRF e art. 2° da Lei n° 9.424/96). Esta CONED respondeu (Memorando n° 2.233/STN/CONED, de 25/4/2007) que o pedido “faz parte da reestruturação da IN n° 01/2001, que está em andamento junto às necessidades de ajustes para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) junto à Casa Civil.”

Acórdão n° 407/2006

O TCU determinou que a STN:

a) item 9.4.1 – normatize, com detalhes, todos os procedimentos de registro e consulta dos itens do CAUC a fim de dirimir dúvidas dos usuários quanto aos prazos e às condições exigidas na legislação de transferências de recursos;

Esta CONED informou (Memorando n° 2.233/STN/CONED, de 25/4/2007) que “faz parte do Grupo de Trabalho (GT) da reestruturação da IN n° 2002/01, que institui o CAUC.”

b) item 9.4.2.1 – proponha, nas diretrizes orçamentárias, dispositivos que estabeleçam a obrigatoriedade de os órgãos transferidos de recursos, além de registrarem no CAUC os documentos legais exigidos na celebração de convênios ou na liberação dos recursos, de consultarem o Cadastro Único quanto à regularidade dos convenientes;

Esta CONED informou (Memorando n° 2.233/STN/CONED, de 25/4/2007) que procedeu à inclusão da norma (artigo 48 das diretrizes orçamentárias para a LOA de 2007).

c) item 9.4.2.2 – discipline o enquadramento das ações de assistência social, de educação e de saúde quando, ao recair na excepcionalização prevista na LRF, terminarem por afastar as hipóteses de suspensão das transferências voluntárias;

Esta CONED informou (Memorando n° 2.233/STN/CONED, de 25/4/2007) que “faz parte do Grupo de Trabalho (GT) da reestruturação da IN n° 2002/01, que institui o CAUC.”

d) itens 9.4.3.1 e 9.4.3.2 – elabore normativo orientando aos usuários do CAUC para que estes não condicionem a liberação dos recursos ao atendimento das exigências legais, visto que a LRF liberou-os desse encargo, relativamente às aplicações em assistência social, em educação, em saúde e no Fundo Nacional de Segurança Pública.

Esta CONED informou (Memorando nº 2.233/STN/CONED, de 25/4/2007) que procedeu à inclusão da norma (§ 2º do artigo 48 das diretrizes orçamentárias para a LOA de 2007). Também informou que a Mensagem SIAFI nº 0537529/2007, de 24/4/2007, está sendo proposta para atender de forma geral na alteração da IN nº 01/97.

e) item 9.4.3.3 – verifique, registre e consulte a regularidade das exigências citadas no item anterior.

Esta CONED informou (Memorando nº 2.233/STN/CONED, de 25/4/2007) que faz parte do Grupo de Trabalho (GT) da reestruturação da IN nº 2002/01, que institui o CAUC.

f) item 9.4.4 – adote providências para promover a automatização de todos os registros do CAUC, utilizando as informações dos demonstrativos contábeis dos entes subnacionais.

Esta CONED informou (Memorando nº 2.233/STN/CONED, de 25/4/2007) que faz parte do Grupo de Trabalho (GT) da reestruturação da IN nº 2002/01, que institui o CAUC.

g) itens 9.4.5 e 9.4.6 – o profissional contábil declare que conhece as normas de transferência de recursos e que está ciente da sua responsabilidade solidária com os atos dolosos do convenente. Além disso, a declaração deverá constar do processo.

Esta CONED informou (Memorando nº 2.233/STN/CONED, de 25/4/2007) que faz parte da reestruturação da IN nº 01/2001, que *“está em andamento junto às necessidades de ajustes para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) junto à Casa Civil.”*

h) item 9.4.7 – deverá constar do processo as informações completas do profissional contábil (endereço, telefones, fax, sítio na internet, registro profissional, CNPJ ou CPF, e-mail etc.).

Esta CONED informou (Memorando nº 2.233/STN/CONED, de 25/4/2007) que faz parte da reestruturação da IN nº 01/2001, que *“está em andamento junto às necessidades de ajustes para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) junto à Casa Civil.”*

i) item 9.4.8 – o ente convenente deverá relatar, tempestivamente, ao concedente as ações de sua responsabilidade (evolução da execução física, licitações, execução financeira e prestação de contas).

Esta CONED informou (Memorando nº 2.233/STN/CONED, de 25/4/2007) que faz parte da reestruturação da IN nº 01/2001, que “está em andamento junto às necessidades de ajustes para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) junto à Casa Civil.”

4.6 Conclusão de tomadas de contas do TCU

Documento: Ofício nº 152/2007 TCU/SEMAG-Gabinete, 20/3/2007

Acórdão: nº 2.066/2006 – TCU - Plenário

Processo: TC 015.568/2005-1

O TCU assim se pronunciou:

“9.4. recomendar à Secretaria do Tesouro Nacional que discipline a obrigatoriedade:

9.4.1. de os órgãos/entidades concedentes estabelecerem critérios objetivamente aferíveis e transparentes para escolha das entidades privadas que receberão recursos por meio de convênios e outros instrumentos jurídicos utilizados para transferir recursos federais, levando-se em consideração a determinação contida no item 9.4 do Acórdão nº 1.777/2005-TCU-Plenário;

9.4.2. de ser formalmente justificada pelo gestor, com indicação dos motivos determinantes e demonstração do interesse público envolvido na parceria, a escolha de determinada entidade privada para a celebração de convênio, acordo, ajuste e outro instrumento jurídico utilizado para transferir recursos públicos federais, especialmente quando tal escolha não se der por meio de concurso de projetos ou de outro critério inteiramente objetivo;

9.4.3. de os órgãos e entidades concedentes consignarem em seus pareceres técnicos, quanto aos aspectos da execução física e atingimento dos objetivos pactuados, quais foram os procedimentos e critérios adotados na realização das respectivas avaliações;

9.4.4. de os registros a serem realizados na escrita contábil das entidades privadas em relação aos recursos transferidos por meio de convênios, termos de parceria, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, observarem as Normas Brasileiras de Contabilidade, especialmente a NBC T 10.4 Fundações e a NBC T 10.19 Entidades sem finalidade de lucros, bem como o Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social expedido pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC;

9.4.5. de declaração do profissional ou organização contábil quanto ao conhecimento das normas que regem a transferência dos recursos, especialmente as relativas à execução financeira, à prestação de contas e à guarda dos documentos e da sua ciência quanto a responder, solidariamente com o conveniente, pelos atos dolosos, especialmente no que diz respeito à idoneidade da documentação fiscal, à fidedignidade dos registros contábeis e da prestação de contas dos recursos transferidos, nos termos do parágrafo único do art. 1.177, de Código Civil;

9.4.6. de a aprovação dos termos de celebração ou renovação de convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos utilizados para transferir recursos federais a entidades privadas estar condicionada à presença, no processo, de

declaração do profissional ou organização contábil quanto ao conhecimento e concordância com responsabilidade prevista no item precedente;

9.4.7. de constar, do documento previsto nos itens 9.4.5 e 9.4.6, a identificação completa e os dados para localização do profissional ou organização contábil, CNPJ ou CPF, nº do registro profissional, endereço, telefone, fax, sítio na rede mundial de computadores, quando houver, e-mail, e a obrigatoriedade – enquanto não decorrido o prazo de guarda obrigatória da documentação relativa à prestação de contas – de comunicar ao órgão ou entidade concedente qualquer alteração nesses dados ou a mudança do profissional ou da organização contábil responsável, que deverá subsumir-se em todas as responsabilidades e obrigações do(a) substituído(a) no instrumento celebrado;

9.4.8 de a entidade beneficiária com os recursos reportar, tempestivamente, ao órgão/entidade responsável pela transferência voluntária, todas as ações a seu cargo no sistema a que se refere o item 9.1, inclusive a evolução da execução física, os processos licitatórios, a execução financeira e a prestação de contas, a partir do momento em que o sistema esteja homologado em cada órgão/entidade concedente.”

Acórdão: nº 2.261/2005 – TCU - Plenário

Processo: TC 003.067/2005-4 / TC 003.132/2005-4

Documento: Ofício nº 48/2006-SECEX/RS, de 30/1/2006

Acórdão: nº 2.261/2005 – TCU – Plenário

Processo: TC 003.067/2005-4, TC 010.640/2005-3, TC 011.892/2005-5, TC 012.472/2005-5, TC 011.155/2005-3 e TC 011.989/2005-5.

O TCU assim se pronunciou:

“9.18. recomendar à Secretaria do Tesouro Nacional que estude a viabilidade e a conveniência de:

9.18.1. em reiteração (cf. Acórdão 1.936/2003-Plenário), incluir disposição taxativa na Instrução Normativa que rege os convênios quanto à obrigatoriedade de o conveniente depositar e executar a contrapartida financeira na conta específica do convênio, de modo a propiciar exato cumprimento do disposto no art. 7º, XIX, c/c o caput do art. 20 e com o art. 2º, § 3º, da IN/STN nº 01/1997, facilitar as ações de controle e dar tratamento isonômico aos recursos do concedente e do conveniente, que afinal são, ambos, recursos do convênio;

9.18.2. visando à racionalidade e à eficiência administrativa, normatizar quais despesas podem ser executadas no âmbito dos convênios, dentro de um limite razoável, adotando-se a sistemática de suprimento de fundos para pagamento de despesas miúdas, que não comportem emissão de cheques nominativos, ressalvando-se que as notas fiscais e/ou recibos referentes a tais despesas também deverão integrar as prestações de contas;

9.18.3. em atendimento ao princípio da eficiência administrativa, estabelecer um limite de tolerância para saldos médios de recursos ociosos nas contas específicas dos convênios, acima do qual será calculado, para efeito de ressarcimento ao erário, os rendimentos que seriam obtidos caso os recursos

excedentes a este limite tivessem sido aplicados conforme as determinações previstas no § 1º do art. 20 da IN/STN nº 01/1997;

9.18.4. com o objetivo de propiciar o adequado alcance do disposto nos arts. 22 e 23, c/c o § 1º do art. 31 da IN/STN nº 01/1997 e de facilitar as ações de controle, estudar a inclusão de inciso no art. 28 da referida Instrução, para contemplar a obrigatoriedade de apresentação, na prestação de contas, de elementos de comprovação suficientes à formação de convicção quanto à execução dos objetos conveniados e ao atingimento dos objetivos previstos nos convênios, tais como listas de participantes em eventos, entre outros pertinentes ao objeto executado, de modo a subsidiar as análises e avaliações previstas no § 1º do art. 31;

9.18.5. visando dar pleno atendimento do disposto no art. 106 da Lei nº 10.934/2005 e de disposições no mesmo sentido constantes nas Leis de Diretrizes Orçamentárias aprovadas para cada exercício, c/c o art. 31, § 1º, inciso I, da IN/STN nº 01/1997, consignar, no parecer técnico previsto neste último dispositivo, os procedimentos adotados para avaliação da execução física e cumprimento das metas e objetivos, quantificando os resultados alcançados com as mesmas unidades, produtos e indicadores fixados para avaliação das ações e programas orçamentários aos quais o convênio se vincula;

9.18.6. estudar a alteração da redação do § 1º do art. 30 da IN/STN nº 01/1997, para explicitar que a faculdade ali prevista de manter a documentação comprobatória das despesas realizadas no âmbito dos convênios executados, sob a guarda da entidade conveniente, não suprime a obrigatoriedade de exame da referida documentação, ou de cópia da mesma, no processo de análise da prestação de contas;”

Esta CONED informou (Ofício nº 2553/CONED/STN/MF, de 3/4/2007) que as recomendações não foram incorporadas ao texto da IN nº 1/1997, mas que constará do “(...) próximo período de avaliação da consecução dos objetivos estratégicos desta Secretaria (...) meta institucional específica relativa à atualização e aprimoramento do texto da referida Instrução Normativa STN nº 1/1997, quando serão consideradas todas as recomendações originárias dessa Corte de Contas.”

4.7 Determinação do TCU veiculada pela CGU

Documento: Solicitação de Auditoria nº 190231, de 13/4/2007

Acórdão: nº 2.269/2006 – TCU – Segundo Câmara

Processo: TC 014.458/2006-3

O TCU recomendou que a STN oriente os Municípios a notificar a Câmara Municipal do recebimento de recursos federais repassados aos seus convenientes, em até dois dias úteis da data de seu recebimento.

Esta CONED informou (Ofício nº 2.839/CONED/STN, de 17/5/2007) que divulgou mensagem pelo SIAFI, recomendando a notificação prescrita.

4.8 Determinação do TCU

Documento: Ofício nº 1.154/2007-TCU/SECEX-2, de 3/5/2007

Acórdão: nº 1.002/2007 – TCU – Primeira Câmara

Processo: TC 027.926/2006-4

O TCU recomendou que a STN crie “(...) mecanismos que vinculem os processos de contratação de operação de crédito com garantia da União – enviados à PGFN – aos demais documentos produzidos depois de concluída a contratação.”

Esta CONED enviou o Ofício nº 1.154/2007 à COPEM, com cópia para a COREF (Memorando nº 2.741/2007/CONED/STN, de 14/5/2007), visto tratar-se de matéria de sua alçada.

4.9 Determinação do TCU

Documento: Memorando-Circular nº 5/2007/CODIN/STN, de 25/1/2007

A CODIN pediu a informação sobre processos disciplinares instaurados em cada Coordenação-Geral, para cumprimento do Anexo II da Decisão Normativa 81/2006 do TCU.

Esta CONED informou não existirem tais processos, relativamente ao exercício de 2006 (Memorando nº 582/2007/STN/CONED, de 5/2/2007).

4.10 Conhecimento de determinação do TCU

Documento: Aviso nº 750-SGS-TCU-Plenário

Acórdão: nº 722/2006 – TCU – Plenário

Processo: TC 013.631/2001-5

O TCU cientificou aos órgãos envolvidos na fiscalização orçamentário-financeira da União que o Ministério Público da União é um órgão e que, por isso, seu limite com despesas com pessoal deve estar limitado ao somatório do percentual definido na alínea ‘d’ do inciso I do art. 20 da LRF com o percentual definido pelo inciso II do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13/9/2001.

Esta CONED decidiu arquivar o Aviso.

4.11 Determinação do TCU

Documento: Ofício nº 1.059/2005-TCU-SECEX-2, de 13/12/2005

Acórdão: nº 3.058/2005 – TCU – 1ª Câmara

Processo: TC 008.968/2004-5

O TCU determinou que a STN implemente mecanismos que impossibilitem a concessão de suprimentos de fundos a servidor em gozo de férias, instaure sindicância para a reparação dos danos ao erário federal de bens extraviados nos exercícios de 1999, de 2000 e de 2002, cumpra as determinações constantes nos itens 1.1.1.3 e 1.1.1.4 do Acórdão TCU nº 775/2003, inclua no relatório de gestão indicadores de aferimento da eficiência e da economia da ação administrativa e o demonstrativo do fluxo financeiro de programas financiados com recursos externos ou por meio das transferências, verifique a possibilitasse de aproveitamento do pessoal da STN na realização de serviços técnicos especializados e evidencie, com minúcias, os pagamentos realizados

pelo SERPRO em 2001 e em 2002 relativamente ao Contrato de Implantação do SIAFI/Século XXI.

Esta CONED decidiu arquivar o Ofício n° 1.059/2005, visto não haver providências a seu cargo.

4.12 Determinação do TCU

Documento: Ofício n° 870/2007-TCU/SECEX-4/AS, de 4/12/2007

Acórdão: n° 2.075/2007 – TCU – Plenário

Processo: TC 012.718/2004-9

O TCU determinou que a STN verifique a conveniência de alterar a IN n° 1/97, a fim de condicionar a liberação de cada parcela do convênio à verificação da adimplência do conveniente.

Esta CONED informou (Ofício n° 10.323/CONED/STN/MF, de 20/12/2007) que foi instituído Grupo de Trabalho visando, entre outras coisas, resolver o problema citado.

4.13 Informação do TCU

Documento: Ofício n° 590/2007/TCU/SEAG-3DT, de 12/11/2007

Acórdão: n° 2.297/2007 – TCU – Plenário

Processo: TC 022.987/2007-5

O TCU informou as condições sob as quais pedirá, doravante, informações protegidas pelo sigilo fiscal às Fazendas Públicas.

Esta CONED (Memorando n° 7.005/2007/CONED/STN, de 10/12/2007) enviou o Ofício n° 590/2007 ao Chefe de Gabinete da STN, visto tratar-se de questão afeta a sua área.

4.14 Determinação do TCU

Documento: Memorando n° 897/MF, de 28/11/2007

Acórdão: n° 3.424/2007 – TCU – Primeira Câmara

Processo: TC 004.817/2006-9

O TCU determinou que a STN, o BACEN e a SOF normatizem os critérios de apuração do resultado fiscal conhecido como “abaixo da linha”.

Esta CONED (Memorando n° 6.970/2007/CONED/STN, de 7/12/2007) enviou o Memorando n° 897/MF à CESEF, visto tratar-se de questão afeta a sua área.

4.15 Determinação do TCU

Documento: Ofício n° 31.354/2007/DEFAZ/DE//SFC/CGU-PR, de 25/9/2007

Acórdão: n° 639/2007 – TCU – Plenário

Processo: TC 025.811/2006-7

O TCU determinou que a STN acompanhe os lançamentos contábeis referentes a bens imóveis da União que gerem variações financeiras maiores do que 100% do valor inicialmente considerado, oriente as setoriais contábeis a informar e acompanhar as UGs de sua responsabilidade e corrija, nas Notas Explicativas dos Balanços-Gerais da União, as informações relativas aos critérios de avaliação de seus bens imóveis.

Esta CONED (Memorando n° 5.748/2007/CONED/STN, de 4/10/2007) enviou o Ofício n° 31.354/2007 à CCONT, visto tratar-se de questão afeta a sua área.

4.16 Determinação do TCU

Documento: Ofício n° 489/2007/TCU/SEMAG-1DT, de 19/9/2007

Acórdão: n° 2.351/2006 – TCU – Plenário

Processo: TC 014.264/2005-1

O TCU determinou que a STN adote providências para regularização de diversos pontos de contabilização do patrimônio da União.

Esta CONED enviou (Memorando n° 5.596/2007/CONED/STN, de 26/9/2007) à COSIS e à CCONT, visto tratar-se de questão afeta às suas áreas.

4.17 Informação do TCU

Documento: Ofício n° 435/2007/TCU/SEMAG-Gabinete, 27/8/2007

Acórdão: n° 1.690/2007 - TCU – Plenário

Processo: TC 010.107-2007-8

O TCU informou à STN que pediu diversas informações ao Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento sobre suas atividades.

Esta CONED (Memorando n° 5.647/2007/STN/CONED, de 18/9/2007) enviou o Ofício n° 435/2007 à COAPI, visto tratar-se de questão afeta a sua área.

4.18 Determinação do TCU

Documento: Ofício n° 055/2007/TCU/SECOB, 14/9/2007

Acórdão: n° 745/2006 – TCU – 1ª Câmara

Processo: TC 003.919/2005-7

O TCU solicitou que a STN apresente Relatório propondo alterações no plano de contas da União, com vistas à sua padronização, clareza e sistematização.

Esta CONED (Memorando n° 5.463/2007/CONED/STN, de 18/9/2007) enviou o Ofício n° 055/2007 à CCONT, visto tratar-se de questão afeta a sua área.

4.19 Informação do TCU

Documento: Aviso n° 1334 – Seses – TCU – Plenário

Acórdão: n° 1.827/2007 – TCU – Plenário

Processo: TC 015.711/2007-6

O TCU considerou atendidas as exigências da LRF sobre a publicação e o encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal citados em seu art. 20, relativamente ao 1° quadrimestre de 2007.

Esta CONED deliberou pelo arquivamento do Aviso, em 17/9/2007.

4.20 – Determinação do TCU

Documento: Ofício n° 1.806/2007-TCU/SECEX-SP, de 7/8/2007

Acórdão: n° 2.161/2007 – TCU – 1ª Câmara

Processo: TC 010.190/2000-7

O TCU determinou que a STN avalie a possibilidade de pagamento direto a pessoal vinculado a convenente, normatize o impedimento de concedente pactuar planos de trabalho com metas genéricas, sem a definição de produtos acabados ou de serviços mensuráveis, bem como celebrar mais de um acordo, na mesma época e com o mesmo convenente, com objetos semelhantes. Pediu a informação sobre as diretrizes acima relativamente ao exercício de 2007.

Esta CONED assim despachou, em 29/8/2007: “arquive-se. O assunto já está sendo tratado na minuta de nova IN.”

4.21 Determinação do TCU

Documento: Ofício n° 293/07 – GAB/RO/PRDF/MPF, de 4/6/2007

Acórdão: 641/2007 – TCU – Plenário

Processo: TC 015.671/2005-5

O TCU recomendou que a STN implemente, ao lado do BB e da CEF, sistemática de identificação do CNPJ e do CPF dos recebedores de transferências voluntárias e normatizem a obrigatoriedade dos concedentes estabelecerem critérios aferíveis e transparentes de escolha dos municípios que receberão recursos federais.

Esta CONED informou (Ofícios n° 6.728/CONED/STN/MF e 7.222/CONED/STN/MF, ambos de 9/8/2007) ao TCU que as providências solicitadas estavam em implementação, a teor do Memorando n° 4.692/COSIS/STN, unidade responsável pelo tratamento do problema.

4.22 Determinação do TCU

Documento: Memorando-Circular n° 57/2007/CODIN/STN, de 27/7/2007

O TCU determinou que o Relatório de Auditoria da STN seja divulgado na internet. Além disso, a CGU solicitou a identificação de dados sigilosos daquele Relatório, para que seja impedida a sua publicação.

Esta CONED encaminhou (Memorando n° 4.849/2007/CONED/STN, de 16/8/2007) à CODIN os dados solicitados.

4.23 Determinação do TCU

Documento: Ofício n° 1.067/2007 – TCU/SECOB, 26/6/2007

Acórdão: 1.188/2007 – TCU – Plenário

Processo: TC 012.667/2006-4

O TCU determinou que a STN altere a IN n° 1/97, a fim de “(...) estabelecer a sistemática a ser utilizada pelos órgãos repassadores para o acompanhamento das obras realizadas por transferências de recursos, mediante a implantação de metodologia padronizada e a utilização obrigatória do sistema de que trata o subitem 9.1.1 do mencionado Acórdão;” e de “(...) exigir que os objetos de convênios ou instrumentos congêneres relativos a obras refiram-se ao empreendimento como um todo ou às suas fases, garantindo assim o alcance da funcionalidade e o atendimento ao interesse público, definindo, para tanto, o conceito dos termos relativos a obra, quais sejam: empreendimento, etapa e fase, tal como se encontram estabelecidos no Manual de Apresentação de Estudos de Pré-Viabilidade de Projetos de Grande Vulto do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.”

Esta CONED informou (Ofício n° 6.729/CONED/STN/MF, de 9/8/2007) que “(...) estão em curso estudos visando à atualização da Instrução Normativa n° 1, de 15 de janeiro de 1997, desta Secretaria (STN), disciplinadora da celebração e execução de convênios de natureza financeira, consideradas, dentre outras, as referidas.”

4.24 Solicitação do TCU

Documento: Ofício n° 394/2007 – TCU/SEMAG-2DT, 25/7/2007

Norma: inciso III do art. 87 da Lei n° 8.443/92

Processo: TC 010.107/2007-8

O TCU perguntou as características financeiras dos empréstimos do PAC (taxas de juros, *fundings*, bancos operadores, volume de empréstimos, equalização de taxas etc).

Esta CONED informou (Ofício n° 6.642/2007/CONED/STN, de 6/8/2007) que:

- a) o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH prevê a concessão de subsídios federais para complementar a capacidade de pagamento dos mutuários de financiamentos habitacionais, mas que “nas últimas ofertas públicas, realizadas em novembro de 2006 (antes do PAC), as instituições financeiras vencedoras do leilão não exigiram tal subsídio.”;
- b) o subsídio depende do resultado do leilão e serve tanto para cobrir despesas diversas, quanto para equalizar as taxas de juros exigidas pelas instituições (pois só poderão ser exigidos dos mutuários juros à taxa anual de 6%);
- c) os recursos provêm do Orçamento Geral da União;
- d) prevê-se gastar R\$ 450 milhões em 2007 na execução total do programa e

e) o controle dos subsídios é feito pela STN/COFIS e pelo Ministério das Cidades.

4.25 Determinação do TCU

Documento: Ofício n° 450/2007 – TCU/SECEX-4, 30/7/2007

Acórdão: n° 814/2006 – TCU - Plenário

Processo: TC 019.897/2007-4

O TCU determinou que a STN crie mecanismos de bloqueio e de desbloqueio das transferências constitucionais aos entes subnacionais quando estes não comprovarem o atendimento aos limites de gastos com saúde estabelecidos na Constituição Federal.

Esta CONED enviou (Memorando n° 4.544/2007/STN/CONED, de 1/8/2007) à COPEM, visto tratar-se de questão afeta a esta a sua área.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Coordenação-Geral de Normas e Avaliação da Execução da Despesa – CONED, visando a contribuir com o contínuo e necessário processo de aperfeiçoamento da Secretaria do Tesouro Nacional, envidou ao longo do ano de 2007 seus melhores esforços no sentido de conferir a suas rotinas maior racionalização, eficácia e efetividade.

É razão de satisfação para a Unidade ter podido cumprir, de forma plena, as metas e projetos que lhe foram atribuídos, seja via normativos, seja pela produção de notas técnicas, comunicados, respostas ou relatórios para atendimento de demandas pontuais.

Dessa forma, é de se registrar estarem todos que integram a CONED cômnicos dos muitos objetivos que, permanentemente, haverão de ser atingidos. O País necessita da Secretaria do Tesouro Nacional apta a vencer os desafios crescentes impostos pelo processo de globalização da economia mundial. É imperativo manter exame crítico sobre nosso trabalho, postura que nos garantirá sempre acréscimos de produtividade. Nesse sentido, a CONED espera ser ainda melhor em 2008, oferecendo sua parcela de apoio e contribuição à gestão do caixa da Nação.

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE - CCONT

1. Introdução

Durante o período de janeiro a dezembro de 2007 a Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT, trabalhou, de maneira atuante, pela valorização de novas implementações no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, bem como na melhoria dos atributos já existentes. Para tanto, foi estabelecido expressivo número de metas evolutivas no exercício além das inúmeras atividades que consumiram grande parte dos escassos recursos humanos e operacionais da força de trabalho da equipe.

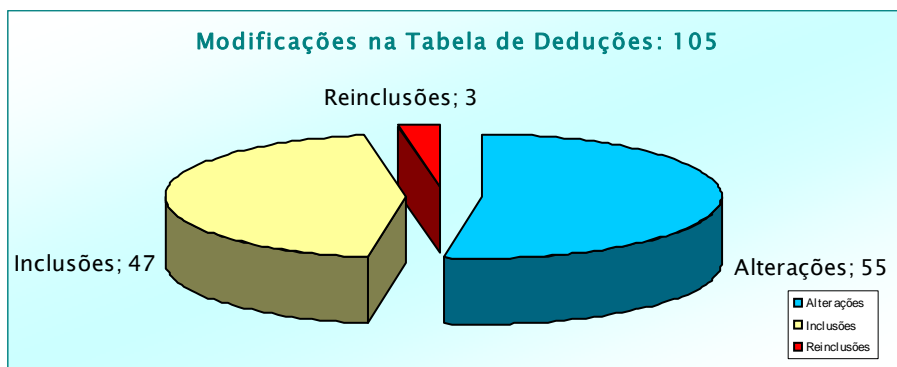
Eventos também foram realizados para a divulgação institucional da Contabilidade Aplicada à Administração Financeira, Orçamentária e Patrimonial e, por conseguinte, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, dando prosseguimento ao projeto de consolidação da função de Órgão Central de Contabilidade na Federação.

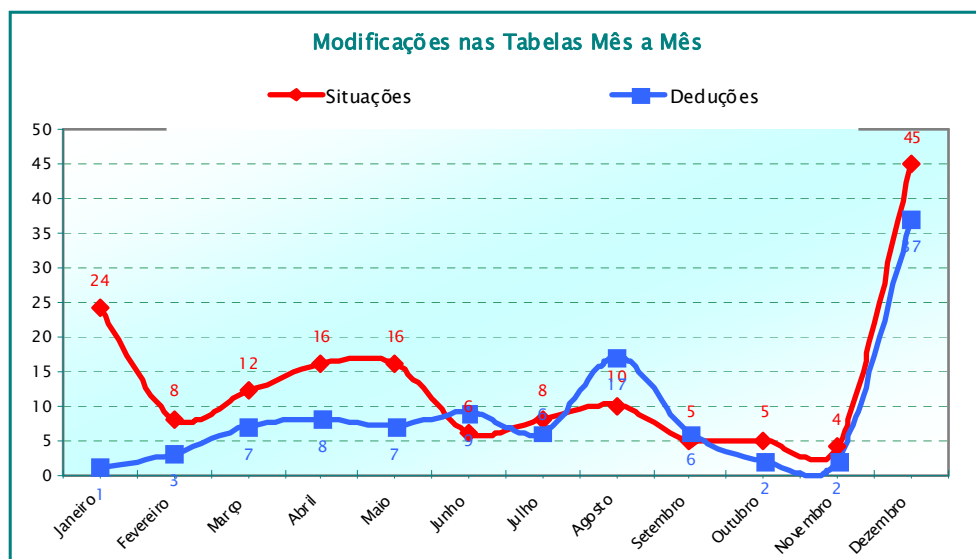
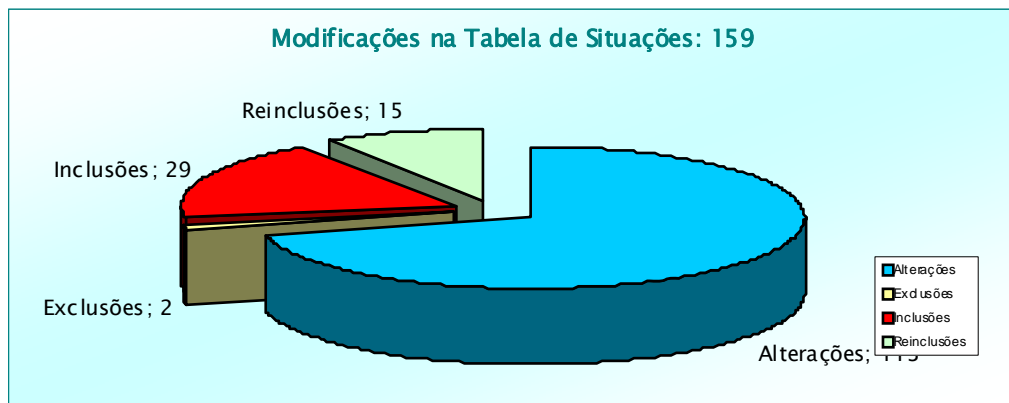
O ano de 2007 compreendeu a conclusão dos períodos de metas novembro/2006 a abril/2007 e maio a outubro/2007. Todas as metas atribuídas à CCONT nesses períodos foram integralmente cumpridas, bem como, desenvolvimento de diversas ações, visando à otimização do SIAFI, que estão a seguir comentadas:

2. Subsistema de Contas a Pagar a a Receber – CPR

Entre as atividades relacionadas ao acompanhamento do CPR, destacam-se:

- Implementação de novas situações e deduções para atender a demandas das Unidades Gestoras.
- Correções e melhorias efetuadas em situações e deduções.





Desenvolvimento, em conjunto com a Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação - COSIS, de melhorias diversas no CPR e no SIAFI, a saber:

- Implantação da Rotina de Restituição de Receitas Arrecadadas por intermédio da Guia de Recolhimento da União - GRU no CPR.
- Alteração da rotina de contabilização da previsão e da arrecadação de receitas Fonte Tesouro (gera cota) e, conseqüentemente, a adequação dos demonstrativos.

3. Documento Folha de Pagamento no SIAFI

Implementados 32 (trinta e dois) Casos de Uso, entre novos e evolução de outros com funcionalidades já parcialmente implementadas, priorizando as tabelas de Dedução /Encargo e Outros Lançamentos e consulta e manutenção de Pré-Docs (GPS, GSE, DARF, GRU, GEFIP, PF e OB), relativos ao documento Folha de Pagamento no SIAFI.

Implementada, em articulação com a COSIS, as rotinas de contabilização do novo documento de pagamento da folha de pessoal.

Realizado treinamento de 1.204 servidores e/ou gestores públicos para divulgação do novo documento de execução orçamentária de despesas referentes à folha de pagamento de pessoal no âmbito da União.

Criado e divulgado, por meios eletrônicos, material didático para consulta dos gestores e/ou servidores envolvidos no processo de folha de pagamento.

Nova transação implantada, no SIAFI 2008, com diversas novas funcionalidades, sendo ainda efetuada a atualização das tabelas de situações e de deduções para inclusão das que se relacionam ao novo documento folha de pagamento.

Transações implantadas: >ATUFOLHA e >CONFOLHA.

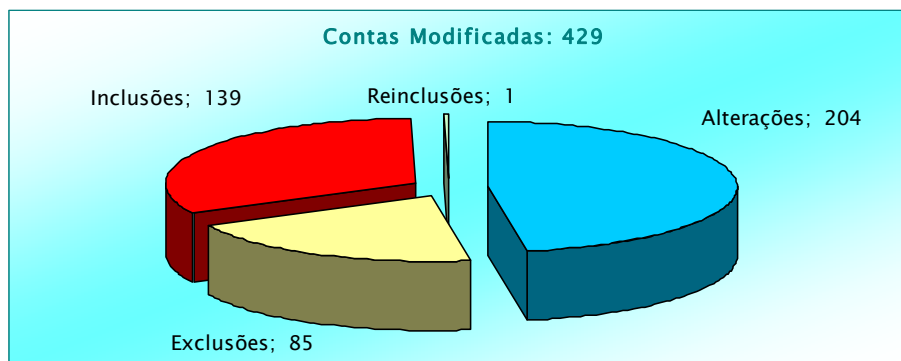
Esta nova funcionalidade do SIAFI permitirá a padronização dos procedimentos contábeis relativas às despesas com pessoal e encargos sociais da União, bem como a harmonização com os princípios fundamentais de contabilidade. Possibilitará, ainda, que seja automatizado e/ou centralizado o pagamento da folha de pessoal.

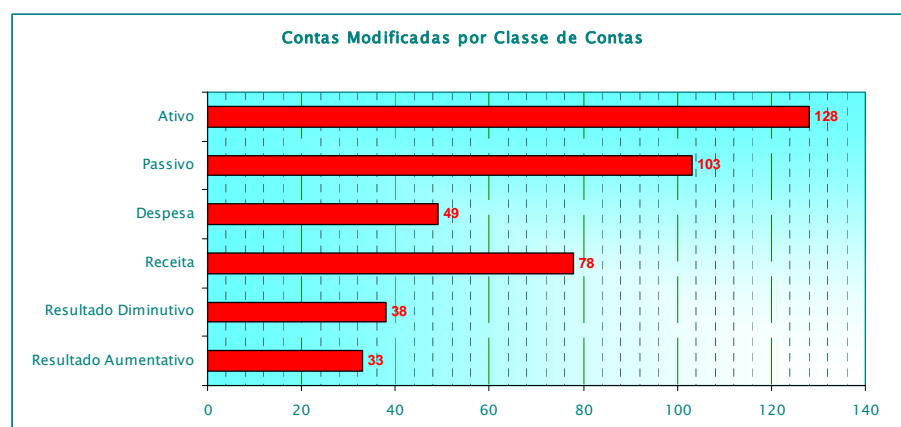
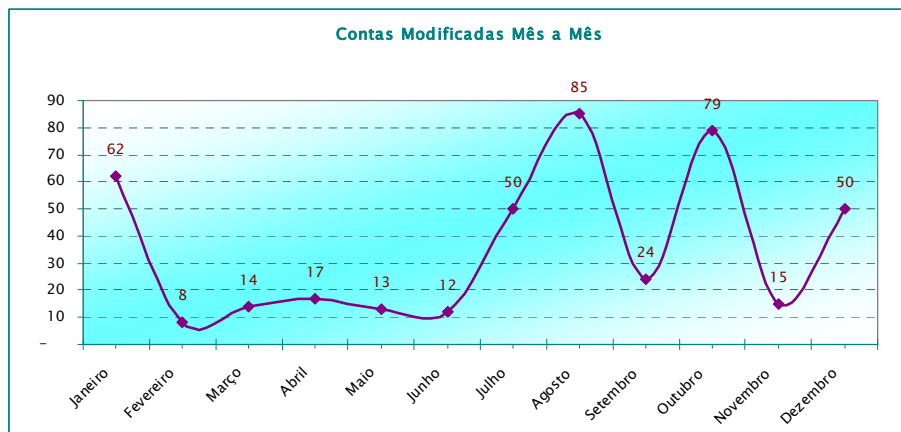
4. Atualização do Plano de Contas e da Tabela de Eventos

As atividades de atualização do Plano de Contas da União envolvem a criação, alteração e extinção de contas contábeis e eventos integrantes da Tabela de Eventos no âmbito de um contínuo aperfeiçoamento do processo de registro dos fenômenos econômicos de responsabilidade das unidades da Administração Pública Federal.

Há que se destacar, nesse processo, o crescente diálogo mantido entre esta CCONT e entidades como a Secretaria de Orçamento Federal, a Secretaria do Patrimônio da União, o Ministério da Previdência Social e o Tribunal de Contas da União - TCU, com o intuito de harmonizar ao máximo o Plano de Contas da Administração Pública às regras e tabelas administradas por tais entidades no âmbito de suas respectivas competências.

Os gráficos seguintes ilustram, em números, as modificações realizadas no Plano de Contas e na Tabela de Eventos. É importante ter em mente que os dados utilizados referem-se na verdade à última modificação realizada em determinada conta ou evento. Assim, os dados indicam a quantidade de eventos ou contas modificados, e qual a última modificação efetuada em cada. Assim, por exemplo, se um evento foi modificado todos os meses, este aparecerá somente uma vez na estatística, e a data de sua alteração corresponderá à última modificação.





5. Manual SIAFI

A planilha abaixo demonstra as modificações realizadas no Manual SIAFI (por código do manual) no exercício de 2007, seja por motivo de alteração, inclusão ou exclusão de códigos do manual.

As informações a respeito dessas modificações foram consolidadas pela Gerência de Acompanhamento e Avaliação Contábil – GEAAC/CCONT e encaminhadas ao Gabinete para apreciação do Coordenador-Geral, bem como às demais Gerências da CCONT.

PLANILHA COM AS ALTERAÇÕES EFETUADAS NO MANUAL SIAFI / 2007

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CÓDIGOS - ATUALIZADOS / INCLUÍDOS / EXCLUÍDOS											
02.03.11	02.03.05	02.10.03	02.03.05	02.03.06	02.03.10	02.03.17	02.11.07	02.03.0	02.03.18	02.03.02	02.03.10
02.03.18	02.03.06	02.10.03	02.03.13	02.03.11	02.03.10	02.10.03	02.11.21	02.11.0	02.11.35	04.01.00	02.03.10
02.03.18	02.03.11	02.11.27	02.03.29	02.11.22			02.12.06	02.11.21	02.11.2	02.11.37	04.27.03
02.11.11	02.11.35	23.03.02	02.11.21	04.01.00					02.11.2	02.12.06	04.27.04
02.11.12	02.11.36		02.11.33	04.27.01					02.11.2		04.27.06
02.11.13	02.11.37		18.03.07	04.27.01					02.11.3		14.04.34
02.11.14	02.11.38		18.03.11	04.27.02							
02.11.15	02.11.39		25.11.03	10.03.01							
02.11.16	02.11.40			10.03.01							
02.11.17	10.03.10			18.03.07							
02.11.18	14.03.10										
02.11.19	14.04.21										
02.11.20	14.04.30										
02.11.22											
02.11.23											
02.11.24											
02.11.25											
02.11.26											
02.11.27											
02.11.29											
02.11.30											
02.11.31											
02.11.32											
02.11.33											
02.11.34											
21.05.01											

Incluído



Excluído



Alterado



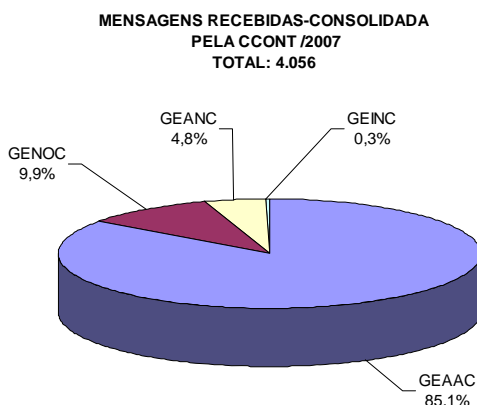
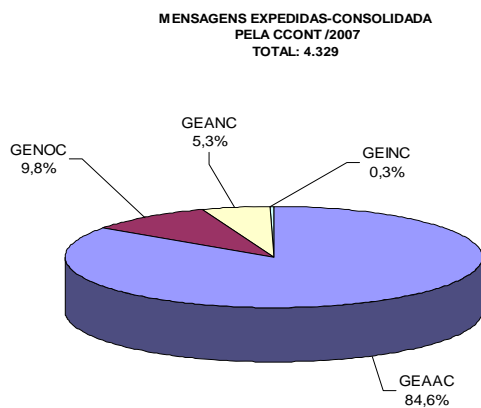
6. Acompanhamento, Controle e Consolidação da Execução

6.1 Orientação Técnico-Contábil

Foram atualizados os manuais de elaboração do Anexo de Riscos Fiscais e Relatório de Gestão Fiscal e do Anexo de Metas Fiscais e Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Essa atualização engloba a revisão de toda a legislação na qual se baseia a orientação dos manuais além da incorporação de sugestões de diversos órgãos e entidades usuárias e de recomendações do Grupo Técnico de Padronização de Relatórios, visando suprir seus usuários de uma fonte de consulta confiável para a elaboração de seus demonstrativos contábeis.

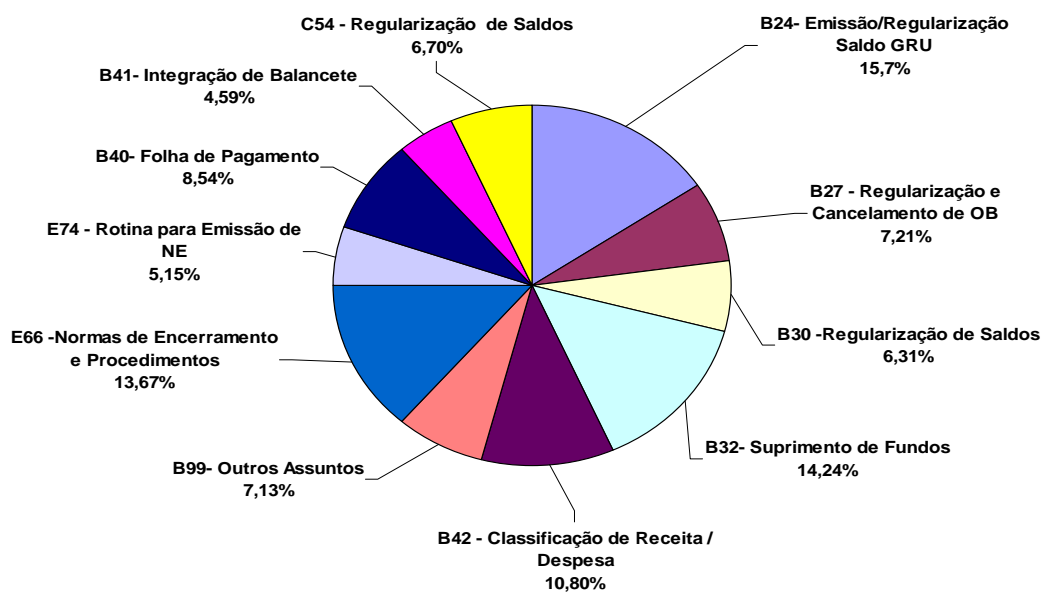
Com o objetivo de manter e aprimorar o atendimento e a orientação técnico-contábil aos diversos usuários do SIAFI foram desenvolvidas em 2007 ações de acompanhamento, controle e consolidação da execução contábil, orçamentária e financeira do Governo Federal. Tal atividade foi realizada por meio de 4.329 (quatro mil, trezentos e vinte nove) mensagens expedidas via COMUNICA-SIAFI pelas gerências desta Coordenação, dentre as quais, 4.056 (quatro mil e cinqüenta e seis) referiam-se a respostas de situações específicas encaminhadas via mensagem a essa CCONT.

A representação gráfica das mensagens expedidas e recebidas por gerência encontra-se exposta a seguir:



No transcorrer do ano de 2007, foram prestadas via telefone, por esta Coordenação, 6.103 (seis mil cento e três) orientações técnicas aos usuários do SIAFI, principalmente sobre os procedimentos e as rotinas contábeis relacionados à execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal. Tal procedimento teve como objetivo a orientação dos usuários quanto aos meios adequados – incluindo a indicação de contas e eventos – a serem utilizados no registro dos fenômenos contábeis relacionados à administração da coisa pública. Visualiza-se no gráfico a seguir, a porcentagem desses atendimentos por grupo de assunto (objeto do atendimento).

Relatório Anual/2007
Atendimento por Grupo de Assunto



Como se pode observar, a maior parte dos questionamentos atendidos por esta Coordenação referia-se à emissão/regularização de saldo (GRU); suprimento de fundos; Normas de Encerramento e Procedimentos; e Classificação de Receita/Despesa.

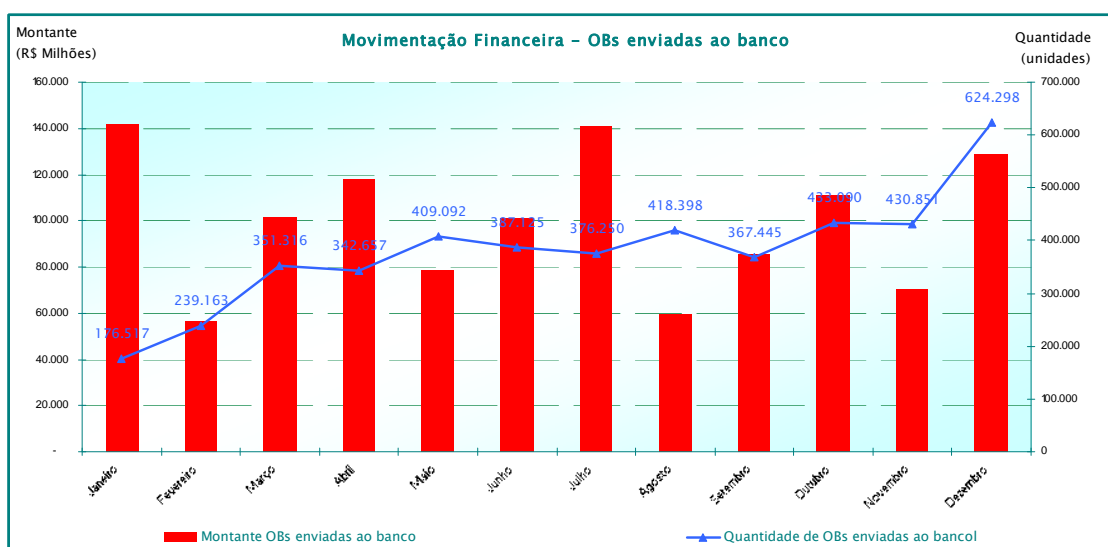
6.2 Conciliação Automática da Conta Única (Estatística)

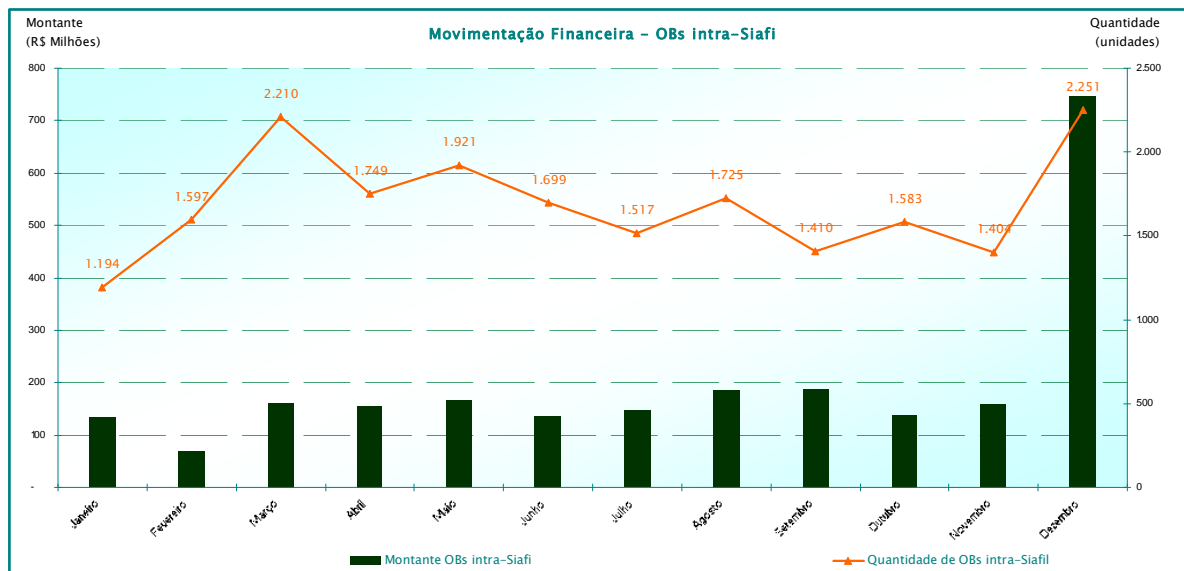
Durante o exercício de 2007 a Conta Única registrou 4.576 milhões de OB's emitidas no SIAFI que movimentaram o equivalente a R\$ 1.197 bilhões, conforme quadro a seguir. Dessas 20 mil foram referentes a pagamentos intra-siafi.

Movimento da Conta Única - Emissão de OB
Consolidado – Jan a Dez/2007

Mês	OB's enviadas ao banco		OB's Intra-SIAFI		TOTAL	
	em milhares de R\$	Quantidade	em milhares de R\$	Quantidade	em milhares de R\$	Quantidade
JAN	141.999.612	176.517	134.575	1.194	142.134.186	177.711
FEV	56.547.916	239.163	69.520	1.597	56.617.437	240.760
MAR	101.824.955	351.316	160.842	2.210	101.985.798	353.526
ABR	118.070.435	342.657	156.279	1.749	118.226.714	344.406
MAI	78.328.680	409.092	165.933	1.921	78.494.614	411.013
JUN	101.007.258	387.125	136.264	1.699	101.143.522	388.824
JUL	141.148.678	376.250	145.916	1.517	141.294.594	377.767
AGO	59.185.438	418.398	184.690	1.725	59.370.127	420.123
SET	85.369.097	367.445	188.442	1.410	85.557.540	368.855
OUT	111.462.366	433.090	137.725	1.583	111.600.090	434.673
NOV	70.705.513	430.851	159.788	1.404	70.865.301	432.255
DEZ	128.911.153	624.298	746.978	2.251	129.658.132	626.549
Total	1.194.561.101	4.556.202	2.386.952	20.260	1.196.948.055	4.576.462

FONTE: SIAFI/2007





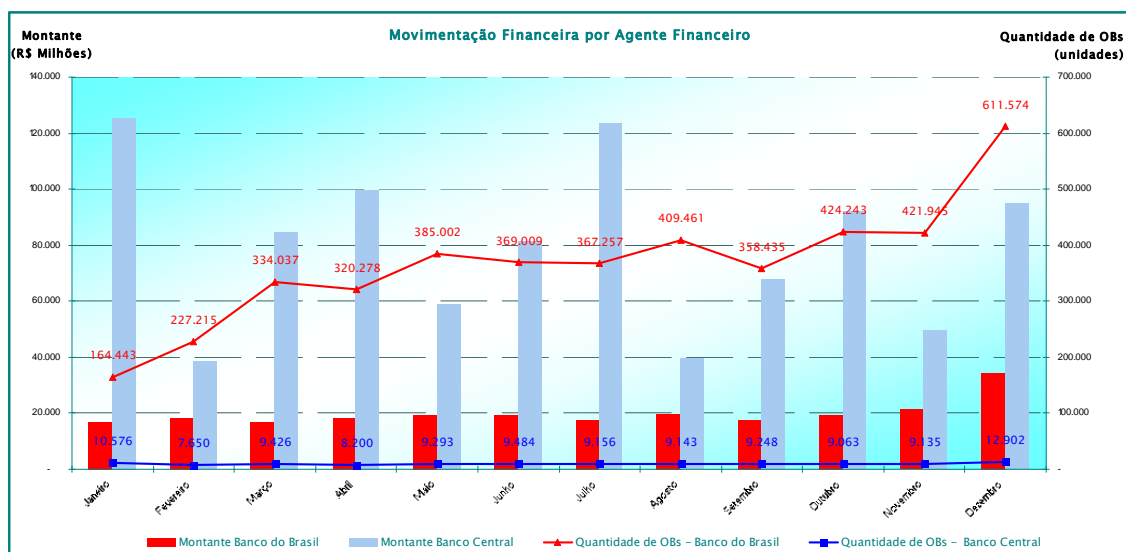
Movimento da Conta Única - Emissão de OB

Saque no Dia e no Dia Seguinte

Consolidado: Jan a Dez - 2007

Mês	OB Enviadas ao Banco - Mesmo Dia -		OB Enviadas ao Banco - Dia Seguinte -		TOTAL	
	em milhares de R\$	Quantidade	em milhares de R\$	Quantidade	em milhares de R\$	Quantidade
JAN	99.145.517	17.220	42.854.096	159.297	141.999.612	176.517
FEV	25.535.053	24.127	31.012.863	215.036	56.547.916	239.163
MAR	66.568.207	34.857	35.256.749	316.479	101.824.955	351.336
ABR	89.521.904	33.347	28.548.531	309.310	118.070.435	342.657
MAI	45.060.947	39.073	33.263.825	370.518	78.324.772	409.591
JUN	59.541.672	38.119	41.465.586	349.006	101.007.258	387.125
JUL	106.801.348	35.753	34.347.331	340.497	141.148.678	376.250
AGO	23.392.414	38.493	35.793.024	379.905	59.185.438	418.398
SET	46.447.705	33.513	38.921.392	333.932	85.369.097	367.445
OUT	76.841.791	39.373	34.620.575	393.717	111.462.366	433.090
NOV	30.373.399	36.974	40.332.114	393.877	70.705.513	430.851
DEZ	80.231.081	45.087	48.680.072	579.211	128.911.153	624.298
Total	749.461.038	415.936	445.096.157	4.140.785	1.194.557.193	4.556.721

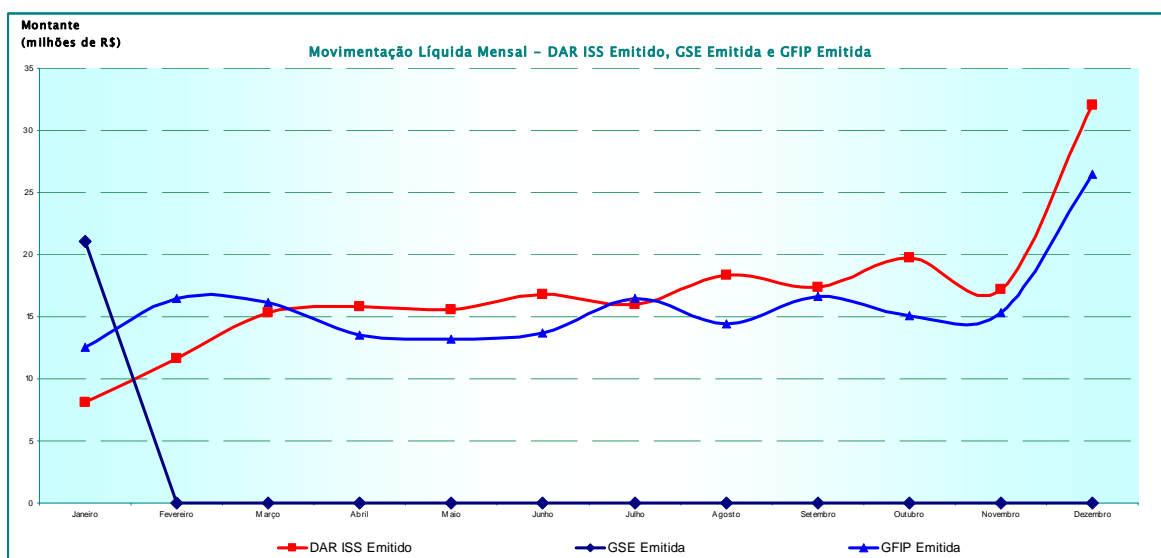
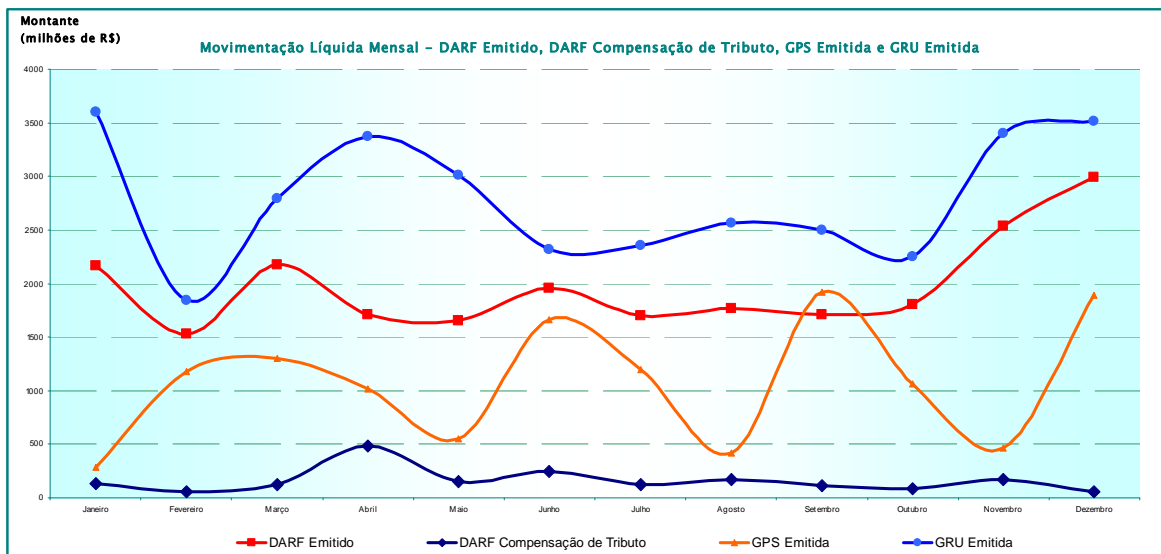
FONTE: SIAFI/2007



6.2.1 Quadro com a Movimentação Líquida Mensal de DARF, GPS, DAR, GSE, GFIP e GRU (Estatística)

Durante o exercício de 2007 a movimentação de líquida mensal dos documentos supracitados ficou demonstrada conforme quando a seguir:

Meses	DARF Emitido	Darf Compensação de Tributo	GPS Emitida	DAR ISS SUBST EMITIDO	Guia Salário Educação Emitido	GFIP Emitida	GRU Emitida
JANEIRO	2.162.141.753,55	136.225.521,17	281.240.861,88	8.148.320,74	21.079.474,45	12.566.784,13	3.605.659.822,10
FEVEREIRO	1.528.483.317,80	56.084.872,17	1.178.608.708,12	11.667.933,59		16.510.340,46	1.845.259.324,33
MARÇO	2.175.821.032,56	122.130.159,75	1.297.779.907,78	15.317.573,22		16.118.407,35	2.794.656.128,00
ABRIL	1.712.675.266,15	481.185.797,02	1.019.874.485,01	15.791.188,42		13.551.505,51	3.372.915.855,29
MAIO	1.652.815.892,69	148.323.888,56	552.691.415,92	15.542.422,00		13.176.554,95	3.009.697.242,10
JUNHO	1.957.654.130,97	249.011.288,78	1.659.586.690,32	16.803.212,21		13.708.735,95	2.321.451.943,36
JULHO	1.699.166.605,84	125.369.402,52	1.196.087.017,96	16.000.556,38		16.478.049,87	2.353.638.717,40
AGOSTO	1.770.074.374,24	170.021.611,64	413.761.113,35	18.339.444,85		14.395.825,20	2.562.110.693,23
SETEMBRO	1.713.079.375,48	112.877.557,10	1.918.828.697,04	17.341.081,79		16.618.115,51	2.495.877.438,24
OUTUBRO	1.806.180.930,68	88.837.497,59	1.060.375.900,19	19.787.577,35		15.063.399,32	2.250.580.896,00
NOVEMBRO	2.532.958.898,01	168.918.345,99	467.422.631,03	17.210.693,96		15.315.312,07	3.401.867.186,51
DEZEMBRO	2.993.731.345,82	60.026.261,95	1.889.283.892,86	32.081.600,76		26.469.763,41	3.514.649.223,29
Total:	23.704.782.923,79	1.919.012.204,24	12.935.541.321,46	204.031.605,27	21.079.474,45	189.972.793,73	33.528.364.469,85



6.3 Acompanhamento da Execução Orçamentária da União

A CCONT acompanhou, diariamente, a compatibilização entre as autorizações orçamentárias emanadas em Leis, Medidas Provisórias, Decretos, Atos Normativos, Resoluções e Portarias, e os respectivos registros contabilizados no SIAFI. O acompanhamento abrange os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social em suas diversas aberturas por Unidade Orçamentária, Órgão, por Tipo de Crédito, com destaque para autorizações publicadas no último quadrimestre do exercício, relativas a créditos especiais e extraordinários, passíveis de reabertura, no limite de seus saldos, no exercício seguinte, na forma da lei.

7. Balanço Geral da União – BGU

Em 2007, a CCONT elaborou e disponibilizou os Volumes II, III e V do Balanço Geral da União, referente ao exercício de 2006, juntamente com o Relatório de Análise Contábil - Orçamentária dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, a análise dos Balanços da Administração Indireta e dos Fundos e as Notas Explicativas que constituíram parte do Volume I – Relatório. Esse Volume agregado aos Volumes II, III, IV e V compuseram a Prestação de Contas do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, elaborada e coordenada pela Secretaria Federal de Controle Interno, nos termos do inciso VIII do artigo 11 do Decreto nº 3.591, de 06/09/2000.

Em complemento a essas ações, a CCONT participou, também, da produção dos Volumes II, III e V em mídia CD-ROM, conforme quadro a seguir:

BALANÇO GERAL DA UNIÃO - BGU					
Volume I	Relatório do Poder Executivo	Parte I	Execução Orçamentária e Demonstrações Contábeis		CCONT
		Parte II	Política Econômico-Financeira		CESEF
		Parte III	Relatório das Ações do Poder Executivo		CGU
Volume II	Execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	Parte I	Demonstrações Contábeis Consolidadas		
		Parte II	Demonstrativos de Contas		
		Parte III	Realização da Receita		CCONT
		Parte IV	Dotação da Despesa		
		Parte V	Execução da Despesa		
Volume III	Execução Orçamentária da Administração Indireta	Parte I	Demonstrações Contábeis Consolidadas		
		Parte II	Autarquias e Fundações - Balanços Consolidados por Órgão		
		Parte III	Empresas Públicas - Balanços Consolidados e dos Órgãos		CCONT
		Parte IV	Sociedades de Economia Mista - Balanços Consolidados e dos Órgãos		

Volume IV	Execução do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	Parte I	Orçamento de Investimento - Comentários Gerais	DEST/ MPOG
		Parte II	Detalhamento dos Investimentos	
		Parte III	Execução Física e Financeira de Programas e Ações do Orçamento de Investimento	
Volume V	Balanços dos Fundos	Parte I	Demonstrações Contábeis Consolidadas	CCONT
		Parte II	Fundos da Administração Direta - Balanços Consolidados por Órgão	
		Parte III	Fundos da Administração Indireta - Balanços Consolidados por Órgão	
Volume VI	Balanços Orçamentários da Administração Indireta por Órgão (apenas eletrônico)	Parte I	Balanços consolidados por tipo de administração	CCONT
		Parte II	Balanços consolidados por órgão superior detalhado por órgãos subordinados	
		Parte III	Balanços consolidados dos Fundos por órgão superior e detalhado por órgãos subordinados	

Vale ressaltar o papel desenvolvido por esta Coordenação-Geral de Contabilidade no que se refere à compatibilização, monitoramento e validação da base de dados orçamentários e contábeis do conjunto de informações que compuseram a Prestação de Contas referenciada. Juntamente com o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, responsável pelo Volume IV do BGU, a CCONT, sob a coordenação da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, atuou na edição completa do Balanço Geral da União do exercício 2006, no formato impresso e em CD-ROM, com a disponibilização aos usuários do SIAFI e aos demais interessados.

Também foi disponibilizado o BGU na Internet, em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO e a Secretaria Federal de Controle - SFC. Esse processo foi estruturado em etapas definidas de conferências e adequações dos arquivos, ocorridas em várias versões, sendo que sua disponibilização, em forma consistente, ocorreu no mês de maio de 2007.

Foram promovidos levantamentos e adequações nas transações do SIAFI, com vistas a atender às recomendações e sugestões constantes do Relatório Prévio das Contas do Governo Federal relativo ao exercício de 2006, elaborado pelo Tribunal de Contas da União.

Em 2007, foram também disponibilizadas as planilhas, em formatos Excel e Adobe relativas aos balanços e demais demonstrativos dos Volumes II, III e V do BGU 2006, inclusive ao Tribunal de Contas da União com vistas a permitir maior agilidade na análise das informações.

Em conjunto com o SERPRO, iniciou-se um trabalho de implantação e homologação de novo método informatizado para a elaboração do BGU, baseado em banco de dados "Datawarehouse" (DW), com o objetivo de permitir mais agilidade e flexibilidade na emissão do BGU, além de agregar ferramentas poderosas de compilação, apresentação e análise de dados. Com o intuito de homologar o DW, foram comparadas e analisadas as prévias dos Balanços e demais Relatórios que compõem o Balanço Geral da União referentes aos meses de setembro a dezembro de 2007, com base nas informações extraídas do SIAFI Gerencial e Operacional.

Com objetivo à adequação ao Projeto do BGU 2007, especialmente quanto aos Balanços Orçamentários dos Órgãos, que compõem o Volume VI, e os Balanços da Administração Indireta, que representam o Volume III, segregado em informações dos órgãos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e dos órgãos que não pertencem aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mas que compõem o BGU, foram implementadas melhorias e implantação de novas transações e rotinas no SIAFI, como segue:

Balancete Contábil - BALANCETE

Balanço Sintético por Órgão - BALANSINT

Consulta Balanço da UG - CONBALANUG

Consulta Balanço Orçamentário – BALANORC

Consulta Mutações do Patrimônio Líquido – CONDMPL

Consulta Orçamentária Completa – CONOR

Consulta Orçamentária – CONORC

Consulta Execução Orçamentária - CONSULTORC

Regras de Consolidação – CONCONSOL e ATUCONSOL (novas transações)

Transações para transferência, incorporação e extinção de saldos - NSSALDO e NSSALDOBT

Implantação de nova rotina de variação cambial

- Transação BALANSINT - Balanço Sintético por Órgão

A principal inovação relativa ao Balanço Sintético no SIAFI diz respeito à inclusão do Balanço Orçamentário na transação BALANSINT, tendo em vista que sua consulta era efetuada por meio da transação BALANORC.

Antes da implantação da mudança, a fórmula do Balanço Orçamentário era administrada pelo SERPRO e, a partir do exercício de 2007, a referida fórmula foi incluída na transação CONGERAREL, passando a ser gerenciada pelo Órgão Central de Contabilidade.

Dessa forma, a seguintes alterações foram implantadas no Balanço Orçamentário:

- Apresentação no formato de oito colunas em virtude do desdobramento da previsão de receitas em inicial e atualizada, assim como da dotação (fixação) de despesas em inicial e atualizada.
- As colunas de diferença entre previsão/fixação e execução passam a ser denominadas “EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADAÇÃO”, do lado das receitas, e “ECONOMIA NA REALIZAÇÃO DE DESPESAS”, do lado das despesas.
- Criação da linha de “SUPERÁVIT DO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR” para registro dos créditos orçamentários abertos por essa origem de recursos.
- Criação da linha de “EXCESSO DE ARRECADAÇÃO” para registro dos créditos orçamentários abertos por essa origem de recursos.
- Gerenciamento da fórmula do demonstrativo pelo Órgão Central de Contabilidade, na transação CONGERAREL.

A estrutura do Balanço Orçamentário passou a ser demonstrada da seguinte forma:

RECEITAS			
Títulos	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Realização
Receitas Correntes			
Receitas Capital			
Superávit em Balanço Patrimonial do exercício anterior			
Excesso de Arrecadação			
Déficit Orçamentário			
TOTAL			

DESPESAS				
Títulos	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Dotação Atualizada	Economia na execução da despesa
Créditos inicial e suplementar				
Despesas Correntes				
Despesas de Capital				
Créditos Especiais				
Despesas Correntes				
Despesas de Capital				
Créditos Extraordinários				
Despesas Correntes				
Despesas de Capital				
Superávit Orçamentário				
TOTAL				

Além disso, duas funcionalidades foram inseridas na BALANSINT: a tecla PF9 para permitir o envio das informações por e-mail e a opção de consolidação das demonstrações contábeis para visualização das informações com exclusões de itens de balanço.

- Consulta Consolidação – CONCONSOL

A transação CONCONSOL foi criada com intuito de permitir ao Órgão Central de Contabilidade o gerenciamento das exclusões de itens de balanço no processo de consolidação das demonstrações contábeis.

As regras de consolidação possibilitam a exclusão de itens que representem transações internas por tipo de administração ou órgão, bem como a eliminação de item, detalhado por modalidade de aplicação, elemento de despesa e/ou conta contábil.

- NSSALDO

Com o objetivo de eliminar as inconsistências causadas pelas extinções ou transferências de saldo entre unidades gestoras na Demonstração das Disponibilidades por Fonte de Recursos, foi promovida alteração na rotina de transferência, extinção e incorporação de saldos – NSSALDO – das contas de ativo e passivo financeiro, exigindo o acompanhamento pela conta de disponibilidade por fonte de recursos.

Também foi implantada a opção de estorno para possibilitar que NSSALDO anterior seja desfeita.

8. Ações da CCONT no Cumprimento da Atribuição de Órgão Central de Contabilidade da União

8.1 Portarias Publicadas

- Portaria nº 574, de 30/08/2007, da STN, que instituiu a 7ª edição do Manual de Elaboração do Anexo de Riscos Fiscais e Relatório de Gestão Fiscal, estabelecendo as regras de padronização a serem observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios na elaboração desse relatório para o exercício de 2008 e definindo orientações metodológicas consoante os parâmetros estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa Portaria revogou a Portaria nº 632, de 30/08/2006, da STN, que instituiu a 6ª edição do referido manual, o qual orientou a elaboração do relatório no exercício de 2007.
- Portarias nº 575, de 30/08/2007, da STN, que instituiu a 7ª edição do Manual de Elaboração do Anexo de Metas Fiscais e Relatório Resumido da Execução Orçamentária, estabelecendo as regras de padronização a serem observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios na elaboração desse relatório para o exercício de 2008 e definindo orientações metodológicas consoante os parâmetros estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa Portaria revogou a Portaria nº 633, de 30/08/2006, da STN, que instituiu a 6ª edição do referido manual, o qual orientou a elaboração do relatório no exercício de 2007.
- Portaria nº 559, de 21/08/2007, da STN, que alterou a forma de elaboração do Anexo X – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, integrante da 6ª edição do Manual de Elaboração do Anexo de Metas Fiscais e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
- Portaria nº 312, de 24/05/2007, da STN, que dispôs sobre procedimentos temporários em relação à elaboração do Anexo X – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, integrante da 6ª edição do Manual de Elaboração do Anexo de Metas Fiscais e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
- Portaria nº 135, de 06/03/2007, da STN, que criou o Grupo Técnico de Padronização de Relatórios, responsável pela análise e elaboração de diagnósticos e estudos visando à padronização de relatórios e demonstrativos no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- Portaria nº 136, de 06/03/2007, da STN, que o Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis, responsável pela análise e elaboração de diagnósticos e estudos visando à padronização mínima de conceitos e práticas contábeis, plano de contas e classificação orçamentária de receitas e despesas públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

8.2 Assessoria Técnica a Estados e Municípios

Em atendimento ao artigo 64 da LRF, esta Coordenação-Geral vem prestando assistência técnica aos governos estaduais e municipais relativa aos procedimentos e registros contábeis, com ênfase quanto à aplicação das portarias publicadas e, especialmente, quanto às dúvidas na elaboração e preenchimento dos demonstrativos definidos pelas Portarias nº 632 e 633, de 30/08/2006, e nº 574 e 575, de 30/08/2007, da STN, referentes ao RGF e RREO.

A assessoria técnica foi prestada por meio de 303 (trezentas e três) mensagens enviadas pela GENOP, por meio de correio eletrônico, até dezembro de 2007, sendo que 128 (cento e vinte e oito) dessas mensagens foram respondidas via ouvidoria.

8.3 Participação em Grupos Técnicos

Os Grupos Técnicos de Padronização de Relatórios e de Padronização de Procedimentos Contábeis, criados, respectivamente, pelas Portarias nº 135 e 136, possuem caráter consultivo, manifestam-se através de Recomendações, e norteiam-se pelo diálogo permanente, tendendo a reduzir divergências e duplicidades, em benefício da transparência da gestão fiscal, da racionalização de custos nos entes da Federação e do controle social. São representados de forma eclética, englobando vários segmentos técnicos e formadores de opinião, na área contábil, divididos em subgrupos, por assuntos. Durante o exercício de 2007, tivemos 17 reuniões de subgrupos e 12 reuniões gerais dos grupos técnicos, organizadas e coordenadas pela GENOP.

Participaram das reuniões do Grupo Técnico de Padronização de Relatórios: CCONT/STN, COREM/STN, CESEF/STN, COFIN/STN, COPEM/STN, TCDF, MPS, MEC, SOF, TCU, MS/SIOPS, TCM/BA, COFF/CÂMARA, TC/AM, RFB, SENADO, CNM, PGFN, CGOF/MS, ATRICON, TCE/SC, TCE/RS, TCM/SP, ASSEC/MP, MS/FUNDEB, MS/FNDE E CGU.

Participaram das reuniões do Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis: CCONT/STN, CESEF/STN, COPEM/STN, COREM/STN, COAPI/STN, ATRICON, TCE/RJ, ABM, TCU/SEMAG, TCM/SP, SOF, TC/MG, CFC, MPS, TCDF, MEC, ABRASF, TEC/SP, CD/DEFIN, CG/PB, IBAM, GEFIN/RJ, TCE/PE, Instituto Rui Barbosa, CNM, PGFN, MS, CNNTCE-TO, ABOP, TCE/SC e TCE/RS.

- Durante o exercício de 2007, foram realizadas as seguintes reuniões:
- 16/17/18 de maio e 19/20/21 de novembro - Reunião Geral do Grupo Técnico de Padronização de Relatórios;
- 18/19/20 de junho e 8/9/10 de dezembro - Reunião Geral do Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis;
- 19 de julho e 13 de agosto - Reunião do Subgrupo 1 do Grupo Técnico de Padronização de Relatórios, que discutiu sobre Receita Corrente Líquida;
- 26 de julho e 29 de agosto - Reunião do Subgrupo 2 do Grupo Técnico de Padronização de Relatórios, que discutiu sobre renúncia de receita;
- 2 de agosto e 6 de setembro - Reunião do Subgrupo 3 do Grupo Técnico de Padronização de Relatórios, que discutiu sobre despesa de pessoal;

- 16 de agosto, 17 de outubro e 11 de dezembro - Reunião do Subgrupo 7 do Grupo Técnico de Padronização de Relatórios, que discutiu sobre Operações de Crédito;
- 24 de setembro - Reunião do Subgrupo 4 do Grupo Técnico de Padronização de Relatórios, que discutiu sobre Previdência;
- 23/24 de agosto e 9 de novembro - Reunião do Subgrupo 1 do Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis, que discutiu sobre o Plano de contas;
- 16 de outubro - Reunião do Subgrupo 2 do Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis, que discutiu sobre Dívida Ativa;
- 17 de outubro e 11 de dezembro - Reunião do Subgrupo 3 do Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis, que discutiu sobre Operações de Crédito;
- 8 de novembro - Reunião do Subgrupo 4 do Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis, que discutiu sobre o Manual da Despesa;

9. Capacitação Institucional

A STN como Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal vem realizando, em conjunto com os demais entes e as entidades técnicas representativas da sociedade, a harmonização dos conceitos, definições, regras e procedimentos contábeis a serem observados por todas as esferas de governo.

Dessa forma, a Coordenação-Geral de Contabilidade capacitou servidores de outros entes e também da Administração Pública Federal, nos seguintes eventos:

- Reunião FEBRABAM – Federação Brasileira de Bancos Sobre o processo de Licitação da Folha de Pagamento do INSS em São Paulo - SP no dia 16/01/2007;
- III Congresso Catarinense de Secretária de Finanças, Contadores e Controladores Internos Municipais Sobre tema Destinação de Recursos Alterações Orçamentárias, Planos de Contas da União e Conta Única, nos dias 12 e 13/03/2007;
- Seminário 7º ano da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) Avanços e Desafios Sobre tema Buscando uma Gestão Fiscal Responsável em Fortaleza - CE no dia 04/05/2007;
- IV Fórum do PROMOEX realizado em Florianópolis – SC, nos dias 28 e 29 de junho de 2007, sobre “Harmonização de Conceitos dos Pontos de Controle da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF”, dentre estes a RCL e a Despesa com Pessoal;
- Participação como palestrante no VI Encontro Técnico de Contadores Municipais da Região Sul de Minas, nos dias 3 e 4/08/2007;
- 20ª convenção dos Contabilistas do estado de São Paulo - SP, nos dias 15 a 17/08/2007;

- I Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contabilidade Pública dos Estados e Municípios realizada em Palmas – TO, no período de 10 a 14 de setembro de 2007;
- XVI reunião do GEFIN, nos dias 26 e 27/09/2007 na cidade de Florianópolis – SC;
- Semana Orçamentária e Financeira para o INSS, realizada em Brasília - DF, no período de 29/10/2007 a 02/11/2007;
- XXVII FONAI/MEC Sobre tema SIAFI Gerencial – Curso prático em Curitiba - PR no dia 07/11/2007;
- Reunião sobre Posicionamento das Demandas do SISTN na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL na cidade de São Paulo/SP nos dias 14/11/2007;
- Treinamento do novo documento de Execução Orçamentária e Financeira da Folha de Pagamento de pessoal – 1204 treinandos, no período de setembro a novembro de 2007;
- Reunião do CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária Sobre Grupo de estudos destinado à elaboração das Normas Brasileiras de Contabilidade no dia 11/12/2007 em Fortaleza – CE;
- I Seminário Internacional de Contabilidade, realizado em Brasília – DF, no período de 26 a 28/11/2007;
- Fórum Nacional dos diretores de Contabilidade e Finanças das Universidades Federais, realizado na cidade de Porto Alegre – RS, em novembro de 2007;
- IV Semana de Administração Orçamentária, Financeira & de Contratações Públicas
 - Rio de Janeiro - RJ, de 16 a 21/04/2007;
 - Florianópolis-SC, de 23 a 28/07/2007;
 - Maceió-AL, de 17 a 22/09/2007;
 - Brasília-DF, de 19 a 24/11/2007.

10. Informações Gerenciais

Em 2007 foram elaborados, divulgados e publicados o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – da União, com periodicidade mensal, o Relatório de Gestão Fiscal – RGF – do Governo Federal, com periodicidade quadrimestral, e o RGF consolidado da União em fevereiro de 2007. O RREO, previsto no artigo 165 da Constituição Federal, é publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado na página institucional do Tesouro na Internet. Além dessas informações orçamentárias, foram produzidos e divulgados na internet relatórios complementares de interesse específico, tais como Demonstrativos de Execução de Receitas Tributária, Contribuições e Patrimonial e Demonstrativos das Despesas com Irrigação, Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE.

Destacam-se, também, os inúmeros levantamentos efetuados por esta Coordenação por solicitação de usuários de outras instituições, com objetivo de atender demandas dos gabinetes de parlamentares, pesquisadores, jornalistas, estudantes, representantes do IPEA e técnicos do TCU e IBGE.

Em atendimento ao art. 51 da LRF, foram elaborados e divulgados no mês de junho de 2007 os dados Consolidados das Contas Públicas Nacionais, abrangendo balanços e demonstrativos orçamentários da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Algumas dessas informações e outros demonstrativos de interesse do público interno foram disponibilizados na página institucional do Tesouro na Internet.

Além disso, esta Coordenação-Geral desenvolveu atividades de manutenção do Siafi Gerencial e atendimento de dúvidas e solicitações de usuários desse sistema.

11. Demandas do TCU e CGU

Informamos, a seguir, as solicitações e providências adotadas para dar cumprimento às demandas do Tribunal de Contas da União – TCU e da Controladoria Geral da União - CGU no exercício de 2007. Por determinação, as respostas são encaminhadas à Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional – CODIN/STN.

Assunto: Ofício nº 486 TCU/SEMAG-2DT, de 22/11/2006, Relatório e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República - Exercício 2005 (Dívida Ativa)

Providências: Em 2007 foram realizadas várias reuniões com a PGFN e o SERPRO visando à automatização dos registros contábeis da dívida ativa, no SIAFI, pelo processo de envio de arquivo BATCH. A partir de 2008 estes registros já serão desta forma.

Assunto: Ofício nº 521 TCU/SEMAG-Gabinete, de 21/12/2006, Acórdão 2351/2006 - TCU - PLENÁRIO. Auditoria Operacional no Sistema de Contabilidade Federal. Recomendações. Ofício nº 489/2007, de 19/09/2007, o qual solicita andamento das providências tomadas para atendimento das determinações relativas ao Acórdão nº 2351 – Plenário.

Providências: A CCONT elaborou a Nota Técnica nº 568 – GABIN/CCONT/STN, de 13 de abril de 2007, cujo assunto é a Proposta de Estrutura do Sistema de Contabilidade Federal – Resposta ao Acórdão 2351/2006 e enviou ao Coordenador-Geral da Coordenação Geral de Desenvolvimento Institucional – CODIN/STN.

Assunto: Ofício nº 20/2007 TCU/SEMAG-3DT, 02 de fevereiro de 2007, que trata dos valores concernentes aos restos a pagar divulgados no Relatório de Gestão Fiscal consolidado - Jan/2005, que não conferem com os valores apresentados no Relatório Resumido da Execução Orçamentária/2006.

Providências: Ofício nº 1031/2007/CCONT/STN, de 12 de fevereiro de 2007, que manifesta a disposição desta Coordenação em efetuar estudos, visando compatibilização dos valores de restos a pagar divulgados nos referidos relatórios.

Assunto: Ofício nº 129/2007 TCU/ SEMAG-Gabinete de 16 de março de 2007, referente ao Acórdão nº 287/2007, que determina a STN, que observe os dispositivos reiteradamente constantes das Leis de Diretrizes Orçamentárias - LDO inclusive da Lei nº 11.439/2006 (LDO2007). Determinar ainda que a STN inclua na prestação de Contas Anual do Presidente da República as informações que detalhem para as agências de fomento, os valores concedidos e os valores

aplicados por região, por setor de atividade e por tipo de fonte de financiamento do Orçamento fiscal e seguridade social, acompanhados dos saldos anteriores e atuais, encargos apropriados, valores devidos e recebidos e inadimplência e a avaliação circunstanciada do impacto fiscal das atividades executadas no exercício pelas agências financeiras oficiais de fomento, em especial o risco para o Tesouro Nacional de tais operações.

Providências: Memorando nº 3341/2007/CCONT/STN, de 06 de junho de 2007, informando que o Relatório Resumido da Execução Orçamentário – RREO, publicado pela STN refere-se exclusivamente ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e que a CGU é o órgão responsável pela coordenação da Prestação de Contas Anual do Presidente da República, sendo de sua competência solicitar e receber diretamente as informações das agências financeiras oficiais de fomento.

Assunto: Ofício nº 138/2007 TCU/SEMAG-Gabinete, de 19 de março de 2007, referente ao Acórdão nº 286/2007 TCU-Plenário, proferido nos autos do Processo nº TC 012.743/2006-8, em que a corte de contas faz algumas recomendações sobre efetividade da atual sistemática de registro de conformidade no SIAFI.

Providências: Memorando nº 3329/2007/CCONT/STN, de 06 de junho de 2007. A Coordenação-Geral de Contabilidade informou que o assunto sobre a avaliação da efetividade da atual sistemática de registro de conformidade no SIAFI é objeto da meta nº 19 da Portaria nº 318 de 29 de maio de 2007, publicada no DOU de 05/06/2007. Meta Conjunta entre as unidades CCONT e COSIS sob coordenação da primeira, atender ao Acórdão 286/2007 – TCU.

Assunto: Ofícios n.º 140, 143 e 145/2007/TCU/SEMAG-Gabinete, de 19 de março de 2007, referentes aos Acórdãos nº 317/2007, 316/2007 e 315/2007, solicita a STN que se pronuncie sobre a necessidade da constituição de provisão para registro do risco de crédito dos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo para com a União, relativo ao refinanciamento de dívidas celebradas ao amparo da Lei nº 9496/97.

Providências: Resposta por meio do Ofício nº 5125 STN/GAB, de 26 de junho de 2007, que encaminhou Nota Conjunta nº 80 STN/COAFI/CESEF/COGEP/CCONT, respondendo todas as solicitações.

Assunto: Auditoria CGU – S.A nº O.S./190231, de 19 de março de 2007, que trata da existência de determinações/diligências/recomendações oriundas do TCU durante o exercício de 2006.

Providências: Resposta por meio do Memorando nº 1403/CCONT, de 21 de março de 2007, onde informamos os cumprimentos às demandas do Tribunal de Contas da União – TCU e da Controladoria Geral da União – CGU no exercício de 2006.

Assunto: Ofício n.º 1099/2007 TCU/SECEX-AM, de 10 de abril de 2007, solicita esclarecimentos e informações para cumprimento do despacho exarado no processo de representação TC 007.345/2007-8, sobre balanço financeiro e restos extra-orçamentários.

Providências: Ofício n.º 3111/2007/CCONT-STN de 30 de abril de 2007, que esclarece inconsistências no Balanço Financeiro 2004 do Instituto de Pesquisa da Amazônia INPA.

Assunto: Solicitação de Auditoria n.º 190231-002 CGU, de 13 de abril de 2007, que trata da comprovação ou o encaminhamento de determinações do TCU.

Providências: Memorando n.º 2165/CCONT, de 24 de abril de 2007, que trata das providências adotadas com vistas ao atendimento às determinações do TCU referente ao Acórdão 1039/2006.

Assunto: Solicitação de Auditoria n.º 190231-003 CGU 13 de abril de 2007, que trata da existência de determinações/diligências/recomendações oriundas do TCU durante o exercício de 2006.

Providências: Resposta por meio do Memorando n.º 2131/CCONT, de 23 de abril de 2007, onde informamos os cumprimentos à recomendação contida no item 9.4.3.1 do Acórdão 1573/2006. Encaminhamos cópia do Memorando n.º 6488/CCONT, de 27/12/2006, elaborada por esta Coordenação-Geral.

Assunto: Ofício n.º 11169/2007/SFC/CGU/PR, de 17 de abril de 2007, referente ao Acórdão n.º 286/2007 TCU-Plenário onde faz recomendações a STN e SFC no que se refere à avaliação de efetividade da atual sistemática de registro de conformidades no SIAFI.

Providências: Memorando n.º 2727/CCONT-STN, de 11 de maio de 2007, que informa que o assunto sobre avaliação da efetividade da atual sistemática de registro de conformidade no sistema SIAFI será objeto de meta.

Obs: Em 31 de outubro de 2007 foi publicada a Instrução Normativa Conjunta n.º 01, de 31 de outubro de 2007, que disciplina os procedimentos relativos ao registro das Conformidades Contábil e de Registro de Gestão. Publicada no Diário Oficial de 12 de novembro de 2007.

Assunto: Ofício 258/2007 TCU/SEMAG-1DT, de 17 de abril de 2007, que solicita identificar e indicar a unidade gestora e a conta contábil em que estão registrados os ativos constantes do quadro demonstrativo da dívida consolidada líquida, para fins de acompanhamento das recomendações referentes ao Processo n.º TC 018.988/2005-0.

Providências: Memorando n.º 2230/2007 CCONT, de 25 de abril de 2007.

Assunto: Ofício n.º 294/2007 TCU/SEMAG-Gabinete, de 23 de abril de 2007, que solicita providências às determinações/recomendações do TCU no que se refere ao Acórdão n.º 639/2007 – Plenário.

Providências: Memorando n.º 5694/2007/CCONT/STN, de 2 de outubro de 2007, que responde aos itens 9.1, 9.1.1, 9.1.2, 9.3.1, 9.3.2 e 9.5.

Assunto: Solicitação de Auditoria nº 010/2007 CGU, de 23 de abril de 2007, que solicita o fornecimento dos anexos à Nota Técnica n.º 1035/2006 GENOC/CCONT-STN, de 29 de maio de 2006.

Providências: Memorando n.º 2246/CCONT, de 25 de abril de 2007, que trata das determinações/recomendações do TCU. Foi enviada cópia da Nota Técnica solicitada.

Assunto: Solicitação de Auditoria n.º 011/2007, de 24 de abril de 2007, solicita atendimento das informações referentes aos itens n.º 1 e n.º 3.

Providências: Memorando n.º 2276/CCONT, de 26 de abril de 2007, que comunica as informações dos agentes responsáveis e seus substitutos que atuaram ao longo do exercício de 2006 nesta Coordenação-Geral de Contabilidade, já estavam atualizados no SIAFI.

Assunto: Aviso nº 558-GP/TCU, de 25 de abril de 2007, para conhecimento e adoção de providências – Acórdão 639/2007.

Providências: Memorando nº 5701/2007/CCONT/STN, de 2 de outubro de 2007.

Assunto: Solicitação da CGU nº 190231-019, de 30 de abril de 2007 que trata de evidências ao atendimento ou andamento das determinações 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, referentes ao Acórdão 2016/2006.

Providências: Memorando nº 2536/CCONT, de 04 de maio de 2007, que trata das providências adotadas com vistas ao atendimento às determinações no Tribunal de Contas da União.

Assunto: Ofício nº 22116/GSCON/SFC/CGU-PR, de 11 de julho de 2007, sobre recomendações do TCU - contas do Poder Executivo, exercício 2006.

Ofício nº 27840/2007/DEFAZ/DE/SFC/CGU-PR, de 24 de agosto de 2007, trata do Acórdão nº 1285/2007 e Relatório e Parecer prévio sobre as contas do Poder Executivo – exercício 2006.

Aviso nº 711/2007, de 23 de julho de 2007, que solicita atendimento às recomendações do TCU constantes do Relatório e Pareceres prévios sobre as contas do governo da República relativas ao Balanço Geral da União/2007, exercício 2006.

Providências: Nota nº 1876/2007/GABIN/CCONT-STN, de 18 de outubro de 2007, que trata da apreciação e resposta às recomendações constantes do Relatório e Pareceres Prévios sobre as contas do governo da República – exercício 2006. Encaminhamos respostas aos assuntos afetos às competências da Coordenação-Geral de Contabilidade - CCONT, aquelas constantes da parte do Relatório que trata das recomendações referentes às demonstrações e Normas Contábeis ou outros assuntos relacionados.

Assunto: Ofício n.º 220 TCU/SEMAG-3DT, de 13 de julho de 2006, que trata do Acórdão 1039/2006, solicita apreciar o processo de acompanhamento aos limites de

movimentação financeira e empenho estabelecido pelo Poder Executivo, referente ao 3º bimestre de 2005 (TC 007.465/2005-0).

Providências: Ofício n.º 886/2007/CCONT-STN, de 06 de fevereiro de 2007, que apresenta o posicionamento da Coordenação-Geral de Contabilidade, quanto ao item 9.2, que determina a STN que adote as providências cabíveis para eliminar as divergências existentes entre os números divulgados a título de restos a pagar no âmbito dos demonstrativos “Relatório de Gestão Fiscal Consolidado” e “Relatório Resumido”.

Assunto: Ofício nº 1128/2007-TCU/SECOB, de 14 de setembro de 2007, solicita providências adotados em cumprimento aos subitens 9.1, 9.3 e 9.5, do Acórdão 639/2007, processo TC 020.831/2006-5.

Providências: Memorando nº 5666/2007/CCONT/STN de 1º de outubro de 2007, que atende as recomendações, referentes aos itens 9.1, 9.3 e 9.5, do Acórdão 639/2007-TCU-Plenário.

Assunto: Ofício nº 31354/2007/DEFAZ/DE/SFC/CGU-PR, de 25 de setembro de 2007, que pede a adoção de providências necessárias ao Acórdão nº 639/2007-TCU-Plenário (Processo nº TC 020.831/2007-5, itens 9.1, 9.3 e 9.5).

Providências: Memorando nº 5752/2007/CCONT/STN de 04 de outubro de 2007, que responde a solicitação acima citada.

Assunto: Ofícios nº 484/2007 TCU/SEMAG-Gabinete, de 18 de setembro de 2007 e Aviso nº 1536-GP/TCU, de 24 de setembro de 2007, que trata da necessidade de aprimoramento da rotina e classificação no SIAFI das receitas arrecadadas, por meio de DARF.

Providências: Foram feitos estudos por esta Coordenação-Geral, COFIN, RFB e SERPRO com vistas à elaboração de projeto para atender essa demanda.

Assunto: Ofício n.º 596/2007 TCU/SEMAG-Gabinete, de 14 de novembro de 2007, que trata de determinações a STN, sobre o Acórdão 2315/2007-TCU-Plenário, proferido nos autos do Processo n.º TC 021.480/2007-2.

Providências: Ofício n.º 334/CCONT/STN, de 15 de janeiro de 2008, que determina a elaboração e posterior encaminhamento ao TCU, no prazo de 60 dias, de um roteiro para Conciliação Contábil detalhada da disponibilidade por Fonte de Recursos; e que presta vários esclarecimentos.

12. Processo de Encerramento do Exercício

12.1 Divulgação da Norma de Encerramento - Exercício de 2007.

Na primeira quinzena do mês de novembro foi realizado no mini-auditório da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, localizado na ala B, sala 004, térreo, anexo do Ministério da Fazenda, Seminário cuja finalidade foi a divulgação da Norma de Encerramento do Exercício de 2007. Dentre os assuntos debatidos constaram a programação financeira e a nova rotina de conformidade do registro de gestão em substituição às conformidades documental e diária.

Estiveram presentes servidores integrantes do quadro de pessoal de entidades da Administração Direta e Indireta (representando pelas Setoriais Contábeis, Setoriais Orçamentária e Financeiras).

DIA	PARTICIPANTES
5/11/2007	46
6/11/2007	52
7/11/2007	44
8/11/2007	44
9/11/2007	36
TOTAL	222

12.2 Resultado Parcial da Avaliação das Metas das Setoriais Contábeis e Coordenações Orçamentárias e Financeiras - 2007

Conforme as Portarias nº 850, de 31.10.2006 e nº 318, de 24.05.2007, a GEAAC/CCONT é responsável por verificar o cumprimento das metas estabelecidas para as Coordenações Orçamentárias Financeiras - COF e as Setoriais de Contabilidade dos Ministérios.

Após o fechamento de cada mês, a Gerência de Análises Contábeis – GEANC/CCONT realiza a avaliação dos registros efetuados no SIAFI pelas unidades gestoras, atribuindo restrições contábeis em caso de irregularidades nesses registros. Essas restrições contábeis são então comparadas com as restrições contábeis atribuídas pelas setoriais de contabilidade dos órgãos superiores para os mesmos registros. Essa comparação resulta na atribuição de notas às setoriais de contabilidade dos órgãos superiores.

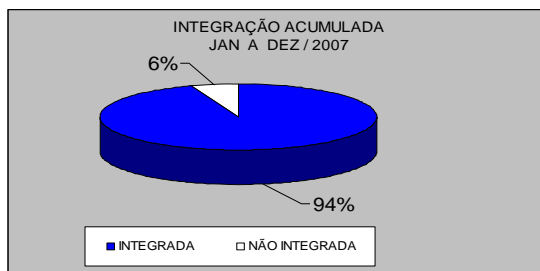
A GEAAC/CCONT registra e consolida as informações obtidas a partir dos procedimentos realizados acima e comunica os resultados (notas atribuídas e/ou restrições encontradas) às Setoriais Contábeis avaliadas.

13. Acompanhamento da Integração de Balancetes

Durante o ano de 2007, por meio da transação >CONPROCBT (Consulta Processamento Batch), fez-se mensalmente o acompanhamento da integração de balancetes das Autarquias e Fundações Públicas que utilizam o SIAFI na modalidade parcial. Tal procedimento tem como objetivo verificar a existência de pendências e falhas do citado processo de Integração.

A planilha e o gráfico contendo a posição das Integrações de Balancetes desses Órgãos foram encaminhados pela Gerência de Acompanhamento e Avaliação Contábil – GEAAC/CCONT ao Gabinete para apreciação do Coordenador-Geral, bem como às demais Gerências da CCONT para conhecimento. A tabela seguinte demonstra o resumo deste acompanhamento durante o ano em referência.

Observa-se que Autarquia 25280/17280 – BACEN (MF) nos meses de abril e maio/2007 não teve seu balancete integrado. Porém o balancete do mês de dezembro foi integrado de forma acumulada para o exercício de 2007.



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE - CCONT
GER. DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO CONTABIL - GEAC

ACOMPANHAMENTO DAS INTEGRAÇÕES DE BALANCETES - DEZEMBRO/2007 - POSIÇÃO:11.01.08

1 - POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO													
ÓRGÃO/GESTÃO / DENOMINAÇÃO	VINC. ORÇ.(*)	MÊS DE REFERÊNCIA - SIAFI											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
AUTARQUIAS													
1 25280/17280 - BACEN (MF)	NÃO												
2 31280/21201 - C.C.C.P/PES(CM M)	NÃO												
FUNDAÇÃO													
1 27201/16201 -FAEX (CM EX)	NÃO												

(*) Vinculação Orçamentária

(NÃO) Não contemplado no Orç. Fiscal e Seg. Social

■ INTEGRADO NO MÊS
□ NÃO INTEGRADO
■ INTEGRADO NA COSINTANT APÓS O MÊS MMM
MMM MÊS REFERÊNCIA DA INFORMAÇÃO

2 - POR SETORIAL CONTÁBIL(SC) OU ÓRGÃO EQUIVALENTE													
RESPONSÁVEL PELA INTEGRAÇÃO	TOT ENTID.	P E R I O D O											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
SC/MINISTÉRIO DA FAZENDA	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1
DIRETORIA DE CONTAB. CM. EXER.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
DIR.FIN.MARINHA-SISTEMA DO PAIS	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
TOTAL	3	3	3	3	2	2	3	3	3	3	3	3	3
A INTEGRAR		0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0

14. Participações em Eventos Externos

A CCONT, representando a STN como órgão central de contabilidade do Governo Federal, participou em diversos encontros, tais como:

- Curso HQ07 Programación y Política Financeiras no Instituto do FMI em Washington, DC nos dias 03/03/2007 a 22/04/2007;
- Conferência Regional CReCER – Conference/Delegate no México em 13 a 15/06/2007.

COORDENAÇÃO-GERAL DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - CODIN

1. Gestão de Programa e Ações

1.1 Programa 0773 – Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União

Objetivo Geral: contribuir para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da União, mediante administração da execução financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social, do endividamento público nacional e da administração dos haveres financeiros e mobiliários da União geridos pelo Tesouro, de modo a propiciar o alcance da meta de superávit primário estabelecida no Anexo das Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Público Alvo: Governo Federal

Principais ações

1.1.1 Ação 2074 – Gestão Financeira e Contábil da União

Descrição

- Megaobjetivo do PPA associado ao Ministério da Fazenda: Crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais;
- Objetivo setorial do Ministério da Fazenda vinculado a esta ação: Implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão;
- Esta ação orçamentária tem vinculação com os seguintes objetivos estratégicos do Tesouro Nacional:
 - Aperfeiçoar a programação financeira do Tesouro Nacional, gerenciando a conta única, avaliando os gastos governamentais e estabelecendo normas sobre a execução orçamentária, financeira e contábil;
 - Promover a consolidação das Contas Públicas das três esferas de governo.

Esta ação orçamentária se destina a orientar os gestores públicos a efetuarem a realização regular dos gastos públicos, considerando as normas de execução orçamentária e financeira da administração pública; a manutenção do equilíbrio financeiro e fiscal do Tesouro Nacional por meio do gerenciamento da Conta Única e da formalização da política de financiamento da despesa pública; a definição de normas e procedimentos para o adequado registro contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Federal; a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis da Administração Pública Federal, com destaque para o Balanço Geral da União (BGU).

Os recursos desta ação são também destinados à viabilização do funcionamento administrativo e operacional do setor do Tesouro que elabora o Resultado do

Tesouro Nacional e os Decretos de Programação Financeira de contingenciamento do orçamento, editados em cumprimento ao caput do artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, com vistas à obtenção da meta de superávit fiscal primário estabelecida no Anexo das Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Dessa forma, todos os produtos desta ação têm como intuito a geração de produtos relativos à política fiscal, elaborados por determinação constitucional ou legal, ou a título de dar transparência à execução da política fiscal.

Objetivos

Regulamentar, coordenar, supervisionar e executar as atividades de administração orçamentária, financeira e de contabilidade pública do Governo Federal, com destaque para a elaboração dos produtos necessários ao cumprimento de determinações constitucionais e legais, conferindo transparência à execução da despesa pública, tais como a prestação de contas anual do Presidente da República ao Congresso Nacional, efetuada por determinação constitucional (Artigo 84, inciso XXIV da Constituição Federal), o Balanço Geral da União (BGU), os Decretos de Programação Financeira, visando o alcance da meta de superávit primário estabelecido no Anexo das Metas Fiscais da LDO, o Resultado do Tesouro Nacional, entre outros produtos.

Beneficiário

Governo Federal.

Indicadores de Desempenho

Não se aplica

Metas físicas e financeiras previstas

As dotações orçamentárias alocadas nesta ação destinaram-se ao custeio de atividades (diárias, passagens, capacitação, serviços etc.) e investimentos relacionados ao processo de gestão financeira e contábil da União.

CATEGORIA ECONÔMICA	LOA APROVADA (A) (R\$)	PROVISÃO RECEBIDA PELA UG 170007 (R\$) (B)	CRÉDITO EXECUTADO UG 170007 (R\$) (C)	CRÉDITO EXECUTADO UGs 170009, 1700013 E 170016 (R\$)	% DE EXECUÇÃO (D = C/B)
I - Despesas Correntes	3.771.944,00	2.301.686,09	686.518,69	1.317.615,84	29,83
II – Investimentos	598.321,00	595.586,58	20.346,78	198.685,59	3,42
TOTAL (I+II)	4.370.265,00	2.897.272,67	706.865,47	1.516.301,43	24,40

Cabe ressaltar que foram executados pela SPOA/COGRL, nesta Ação, o montante de R\$ 1.166.087,33 (Despesas Correntes) e R\$ 198.685,59 (Investimento); pela ESAF, R\$ 133.084,56 (Despesas Correntes) e, pelo Centresaf, R\$ 18.443,95 (Despesas Correntes).

Foram inscritos em restos a pagar, na UG 170007, nesta ação, o valor de R\$ 14.852,94.

* Metas físicas: ver Resultados Alcançados

Resultados alcançados

O produto desta ação orçamentária é o Balanço Geral da União (BGU) que juntamente com o Relatório das Atividades do Governo Federal compõem a Prestação de Contas Anual do Presidente da República, encaminhada ao Congresso Nacional, no prazo constitucional, nos termos do art. 84, inciso XXIV da Constituição Federal.

O BGU é elaborado pela STN e representa um importante instrumento de transparência sobre os gastos e ações do governo, na busca da realização do controle social das Contas Públicas.

Além disso, a presente ação, em 2007, concentrou esforços para: a Implementação do novo Documento de apropriação da Folha de Pessoal da União no SIAFI visando à integração automática com o SIAPE; as ações de Padronização de Procedimentos e Relatórios nas três esferas de Governo (União, Estados/DF e Municípios); e a Reestruturação do Balanço Geral da União – BGU.

Comparação entre a proposta orçamentária e os valores efetivamente aprovados na LOA:

Proposta Orçamentária para 2007 - R\$ 6.441.744,46

Valor consignado na LOA 2007 – R\$ 4.370.265,00

O valor consignado na LOA 2007 foi 32% menor do que o da proposta.

Gastos com diárias (UG 170.007):	
No país: R\$ 51.106,25	No exterior: R\$ 41.696,23
Gastos com passagens (UG 170.007):	
Para o país: R\$119.777,00	Para o exterior: R\$ 90.093,80

Fonte: SIAFI – transação CONOR – Execução da Despesa

A meta física é a mesma na LOA e na proposta, sendo o BGU elaborado.

1.1.2 Ação 2075 – Gestão de Obrigações da União

Descrição

Observações:

- Megaobjetivo do PPA associado ao Ministério da Fazenda: Crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais;

- Objetivo setorial do Ministério da Fazenda vinculado a esta ação: Alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento e distribuição da renda, geração de trabalho e emprego;

- Esta ação orçamentária tem vinculação com o seguinte objetivo estratégico do Tesouro Nacional:

- Aperfeiçoar a Gestão da Dívida Pública Federal de responsabilidade do Tesouro Nacional, desenvolvendo política de gerenciamento de risco e fomentando o mercado secundário de títulos públicos federais, aumentando a base de investidores.

Esta ação orçamentária se destina a prover os recursos necessários ao funcionamento operacional e administrativo das áreas do Tesouro Nacional responsáveis pela realização dos leilões de títulos da dívida pública mobiliária federal (DPMF), pelo controle da dívida pública federal e pelo planejamento estratégico da dívida, tendo como parâmetro a previsão constante do orçamento, de forma a contribuir para assegurar a solvência do setor público.

Objetivos

Cumprir a estratégia de financiamento da dívida pública federal, expressa no Plano Anual de Financiamento da Dívida Pública (PAF), de modo a contribuir para manter o endividamento público nacional em trajetória sustentável, assegurando que a União seja capaz de honrar os compromissos assumidos.

Beneficiários

Governo Federal.

Indicadores de Desempenho

Não se aplica

Metas físicas e financeiras previstas

As dotações orçamentárias alocadas nesta ação destinaram-se ao custeio de atividades (diárias, passagens, capacitação, serviços, etc.) e investimentos relacionados ao processo de gestão de obrigações da União.

CATEGORIA ECONÔMICA	LOA APROVADA (A) R(\$)	PROVISÃO RECEBIDA pela UG 170007 (B) R(\$)	CRÉDITO EXECUTADO pela UG 170007 (C) R(\$)	CRÉDITO EXECUTADO pelas UGs 170009, 170016 e 17017 R(\$)	% DE EXECUÇÃO (D=C/B)
I - Despesas Correntes	1.854.112,00	837.760,44	356.828,83	284.788,48	42,59
II – Investimentos	225.525,00	225.525,00	240,00	-	0,11
TOTAL (I+II)	2.079.637,00	1.063.285,44	357.068,83	284.788,48	33,58

* Cabe ressaltar que foram executados, pela SPOA/COGRL, nesta Ação, o montante de R\$ 284.788,48 (Despesas Correntes).

Fonte: SIAFI - UG 170007 / Gestão 0001 - Consultas em 26/0/08: Transação CONOR [CRED MOV RECEB / DOTAÇÃO INICIAL / EXECUÇÃO DA DESPESA / RESTOS A PAGAR]

* Metas físicas: ver Resultados Alcançados

Resultados alcançados

No orçamento, a meta física prevista para execução desta ação era de 232 leilões de títulos da DPMF. Foram executados 240 leilões (3,3% acima da meta física orçamentária). Esta diferença entre a previsão orçamentária e a execução efetiva da ação justifica-se na medida em que as circunstâncias de mercado favoreceram esse procedimento por parte do Tesouro Nacional.

A dívida líquida do setor público consolidada alcançou 42,6% do PIB em novembro de 2007, enquanto que em dezembro de 2006 era de 44,7% do PIB, segundo dados do Banco Central do Brasil.

Medidas Saneadoras

Não se aplica

Comparação entre a proposta orçamentária e os valores efetivamente aprovados na LOA:

Proposta Orçamentária 2007 – R\$ 3.063.752,28

Valor consignado na LOA 2007 – R\$ 2.079.637,00

Valor consignado na LOA 2007 32% menor do que o da proposta orçamentária.

Gastos com diárias (UG 170.007):	
No país: R\$ 47.000,00	No exterior: R\$ 110.000,00
Gastos com passagens (UG 170.007):	
Para o país: R\$ 87.917,74	Para o exterior: R\$ 154.082,26

Fonte: SIAFI – transação CONOR – Execução da Despesa

A meta física desta ação é a mesma na LOA e na proposta, tendo sido de realizar 232 leilões de títulos da DPMF em 2007.

1.1.3 Ação 2076 – Gestão de Haveres da União

Descrição

Observações:

- Megaobjetivo do PPA associado ao Ministério da Fazenda: Crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais;

- Objetivo setorial do Ministério da Fazenda vinculado a esta ação: Alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento e distribuição da renda, geração de trabalho e emprego;
- Esta ação orçamentária tem vinculação com os seguintes objetivos estratégicos do Tesouro Nacional:
 - Aperfeiçoar a gestão dos haveres mobiliários e financeiros do Tesouro Nacional;
 - Buscar o equilíbrio dinâmico e permanente das receitas e despesas públicas.

Esta ação se destina a fornecer os recursos orçamentários necessários ao funcionamento operacional e administrativo das áreas do Tesouro Nacional responsáveis pelo controle dos haveres mobiliários referentes às participações acionárias em entidades públicas e privadas, bem como dos haveres financeiros concernentes aos dividendos, aqueles decorrentes da renegociação de débitos de Estados e Municípios e de entidades de suas administrações indiretas com o Governo Federal, de refinanciamento de dívidas do crédito rural, da assunção de créditos de empresas públicas extintas por força de Lei, de operações estruturadas e de empresas privatizadas no âmbito do Programa Nacional de Desestatização – PND, da União.

Além disso, há o aspecto da política fiscal relacionado com a execução desta ação – Obtenção do percentual de superávit primário das contas públicas estabelecido no anexo das metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2.006 (Lei nº 11.178 , de 20 de setembro de 2005), de modo a proporcionar a obtenção de uma relação dívida pública/PIB que garanta a solvência do setor público.

Objetivos

Efetuar a administração, o controle e o monitoramento da arrecadação das seguintes receitas: haveres mobiliários de titularidade da União (participações acionárias em empresas estatais); haveres financeiros referentes a dividendos; programas de refinanciamento de dívidas de Estados e Municípios e de entidades de suas administrações indiretas com o Governo Federal; retorno de empréstimos; acordos de reestruturação de dívida externa e aquisições de participações governamentais; alongamento de dívidas do crédito rural; assunção de créditos de empresas públicas extintas por força de Lei; operações estruturadas; e as operações decorrentes de legislação específica.

Beneficiários

Governo Federal.

Indicadores de Desempenho

Não se aplica

Metas físicas e financeiras previstas

As dotações orçamentárias alocadas nesta ação destinaram-se ao custeio de atividades (diárias, passagens, capacitação, serviços, etc..) e investimentos relacionados ao processo de gestão de haveres da União.

CATEGORIA ECONÔMICA	LOA APROVADA (R\$) (A)	PROVISÃO RECEBIDA Pela UG 170007 (R\$) (B)	CRÉDITO EXECUTADO Pela UG 170007 (R\$) (C)	CRÉDITO EXECUTADO Pelas UGs 170009, 170016 e 170017 (R\$)	% DE EXECUÇÃO (D=C/B)
I - Despesas Correntes	2.578.924,00	1.978.231,18	1.448.860,56	332.280,70	73,24
II – Investimentos	166.154,00	166.154,00	35,00	-	0,02
TOTAL (I+II)	2.745.078,00	2.144.385,18	1.448.895,56	332.280,70	67,57

Cabe ressaltar que foram executados pela SPOA/COGRL, nesta Ação, o montante de R\$ 315.752,39 (Despesas Correntes) e, pelo Centresaf, R\$ 16.528,31 (Despesas Correntes).

Foram inscritos em restos a pagar no âmbito desta ação R\$ 1.460,00, na UG 170007.

Fonte: SIAFI - UG 170007 / Gestão 0001 - Consultas em 26/0/08: Transação CONOR [CRED MOV RECEB / DOTAÇÃO INICIAL / EXECUÇÃO DA DESPESA / RESTOS A PAGAR]

* Metas físicas: ver Resultados Alcançados

Resultados alcançados

No orçamento de 2007, a meta física prevista para execução desta ação era de arrecadação de cerca de R\$ 39,126 bilhões. Entretanto, foram efetivamente arrecadados cerca de R\$ 44,102 bilhões. A arrecadação desta ação é de responsabilidade de três Coordenações-Gerais da STN, são elas: COFIS, COAFI e COREF.

A receita dos haveres financeiros, sob responsabilidade da COFIS, foi projetada para o exercício de 2007 no valor de R\$ 6.951.849.389,49. Entretanto, a arrecadação efetiva superou em 6,31% a prevista, atingindo o montante de R\$ 7.390.992.822,29, apesar de os recebimentos realizados referentes às operações de Securitização – Lei nº 9.138/95 (fontes conta própria e O2C) terem sido significativamente inferiores aos valores projetados. Tal incremento teve origem, principalmente, no aumento da arrecadação relativa aos créditos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, à Itaipu Binacional e às outras fontes de Securitização sob a administração do Banco do Brasil.

As receitas sob a responsabilidade da COAFI atingiram o montante de R\$ 29.457 milhões contra a previsão de R\$ 27.271 milhões. A arrecadação a maior no montante de R\$ 2.186 milhões, equivalente a 8,02% do valor orçado, se deu basicamente em função do ingresso de recursos provenientes do crescimento da Receita Líquida Real – RLR, base para cálculo dos valores a serem pagos pelos Estados e Municípios à União, acima dos valores projetados, e da variação entre as taxas de juros e de câmbio projetadas e efetivas. Para informações complementares vide a parte da COAFI no Relatório de Gestão.

O valor de dividendos recolhido à Secretaria do Tesouro Nacional, pelo critério de caixa, em 2007, atingiu o montante de R\$ 6,7 bilhões, inferior à expectativa da STN encaminhada à Secretaria de Orçamento e Finanças, da ordem de R\$11 bilhões. Esta diferença entre a previsão orçamentária e a execução efetiva justifica-se por uma redução do pagamento de dividendos por parte do BNDES, em função principalmente da necessidade de compatibilizar o percentual de distribuição pretendido à disponibilidade de caixa daquele Banco para 2007, impactado pelo significativo crescimento da demanda por desembolsos de recursos para financiamentos de investimentos. Além dos dividendos, foi arrecadado pela COREF o montante de R\$ 7.726 mil com pagamento de debêntures e R\$ 295.077 mil com a adesão à OPA da CTEEP.

Medidas Saneadoras

Não se aplica

Comparação entre a proposta orçamentária e os valores efetivamente aprovados na LOA:

Proposta Orçamentária para 2007 – R\$ 4.091.783,05

Valor consignado na LOA 2007 – R\$ 2.745.078,00

Valor consignado na LOA 2007 33% menor do que o da proposta orçamentária.

Gastos com diárias (UG 170.007):	
No país: R\$ 73.999,00	No exterior: R\$ 21.074,18
Gastos com passagens (UG 170.007):	
Para o país: R\$ 109.000,00	Para o exterior: R\$ 95.000,00

Fonte: SIAFI – transação CONOR – Execução da Despesa

A meta física é a mesma para a proposta e para a LOA e consistiu em R\$ 39.126 milhões de haveres geridos.

1.1.4 AÇÃO 2081 - Sistemas Informatizados da Secretaria do Tesouro Nacional

Dados gerais

Programa	0773 – Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União
Tipo	Atividade
Finalidade	Manter os Sistemas Informatizados da Secretaria do Tesouro Nacional desenvolvidos com o propósito de conferir eficiência e produtividade à Secretaria no desempenho de suas diversas atribuições finalísticas

Descrição	Manutenção e desenvolvimento de sistemas diversos, utilizados no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional, que dão suporte às diversas atividades finalísticas da Instituição, dentre as quais poderíamos destacar a gestão dos haveres da União, o controle da dívida pública, do endividamento dos Estados e Municípios, a programação financeira da União e a contabilidade governamental.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS (170800)
Unidades executoras	Coordenação de Desenvolvimento Institucional - CODIN (170007)
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS (170800) e Coordenação de Desenvolvimento Institucional - CODIN (170007)
Coordenador nacional da ação	Maria Betânia Gonçalves Xavier
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	COSIS/CODIN
Beneficiários	Todos os servidores da Secretaria do Tesouro Nacional e gestores que necessitam de informações oriundas da STN

Resultados

Essa ação refere-se aos principais Sistemas Informatizados da STN, desenvolvidos com o propósito de conferir eficiência e produtividade no desempenho das diversas atribuições finalísticas, dentre as quais destacam-se a gestão dos haveres e obrigações, o controle da dívida pública, e o endividamento dos estados e municípios. Consiste basicamente na contratação de empresas para manter e desenvolver os serviços de Tecnologia da Informação e Sistemas Informatizados da Secretaria do Tesouro Nacional no que se refere a: manutenção e desenvolvimento de produtos de software; consultoria técnica; transferência de conhecimento; atendimento especializado; produção; infra-estrutura; serviços técnicos complementares.

Contrato/Serviços	Executado em 2007	% do Total
Produção dos Sistemas e Outros Serviços Contratados ao SERPRO	R\$ 2.570.186,95	57,88%
Locações de Equipamentos	R\$ 1.352.745,53	30,46%
Aquisições em TI	R\$ 295.223,69	6,65%
Demais Serviços	R\$ 222.659,64	5,01%
Total	R\$ 4.440.815,81	100,00%

Em 2007, o montante executado para essa ação foi de R\$ 4.440.815,81 (quatro milhões, quatrocentos e quarenta mil, oitocentos e quinze reais e oitenta e um centavos). Tais valores foram destinados a cobrir despesas com a produção e desenvolvimento dos Sistemas Internos, a locação de equipamentos, aquisição de softwares e, ainda, outros serviços de tecnologia da informação.

Balço Orçamentário	
Dotação Orçamentária Inicial (LOA)	R\$ 13.431.155,00
Remanejamentos	R\$ (4.000.000,00)
Dotação Final	R\$ 9.431.155,00
Executado	R\$ 4.440.815,81
Dotação Disponível	R\$ 4.990.339,19
Percentual de Execução (Ação SI)	47,09%

Como se pode observar, a execução financeira relativa à ação Sistemas Informatizados foi de 47,09 (%) da dotação final concedida. Havia inicialmente uma expectativa de dispender maior recursos financeiros nessa ação, notadamente na contratação do ambiente de homologação preliminar do Sistema de Operação do Tesouro Nacional – SOTN, porém alguns produtos relativos à arquitetura do sistema apresentados pelo SERPRO, por não satisfazer as necessidades da área de negócio, não foram aceitos pela STN, o que frustrou em parte uma maior execução financeira dessa ação orçamentária.

Principais atividades realizadas ao longo do ano de 2007:

a) Serviços de Desenvolvimento de Software: Desenvolvimento de novas funcionalidades nos sistemas internos; adequação de funcionalidades existentes; manutenções corretivas; apoio técnico ao serviço de produção.

b) Projetos:

Nome do Projeto: Aparelhamento do Centro de Dados da STN

Status: Em andamento

Descrição: Projeto destinado à composição de infra-estrutura de equipamentos de modo a prover os serviços de tecnologia prestados pela Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS/STN.

Informações Gerais: O Centro de Dados hospeda atualmente uma série de equipamentos que oferecem os seguintes serviços à STN: 1) Conectividade em rede, 2) Serviços de Rede Local (servidor de arquivos, de impressão e de autenticação); 3) Serviços Aplicativos; 4) Ambientes de Desenvolvimento, Homologação e Produção de Sistemas; 5) Serviços Associados, como Monitoramento e outros. Para melhorar a confiabilidade e disponibilidade destes serviços são necessários investimentos de modo a aumentar a robustez e capacidade dos equipamentos. Em 2007, foram aplicados R\$ 20.000,00/mensais na locação de 9 (nove) servidores avançados para a produção do sistema SID – Sistema Integrado da Dívida, ao custo de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). Estão em andamento os processos de aquisição de mais outros 10 (dez) servidores e sistema de armazenamento óptico, com previsão de entrega no exercício de 2008. Estas aquisições complementarão ou substituirão os atuais ambientes, bem como servirão às novas soluções a serem implantadas, como a

Intranet da STN e seus sistemas internos web, repositórios versionados de documentos, servidor colaborativo de projetos, servidor de software de desenho de processos entre outros.

Próximas Etapas: Aquisição de equipamentos de backup automatizado e elementos de segurança de rede.

Previsão de Conclusão: Dezembro de 2008

Nome do Projeto: Implantação de Redes Sem Fio na STN

Status: Em andamento

Descrição: Projeto visando viabilizar a conexão de dispositivos computacionais móveis à rede local da Secretaria do Tesouro Nacional, de maneira transparente e segura.

Informações Gerais: Projeto iniciado em Janeiro de 2007, através da contratação da empresa SERPRO contemplando quatro principais produtos: 1) Modelo de Serviço - Consultoria, 2) Modelo Tecnológico, 3) Projeto Básico e 4) Minuta de Norma de Segurança. O custo total do projeto é de R\$55.892,00, já tendo sido executado o produto 3. Os demais produtos estão em estado avançado par conclusão;

Próximas Etapas: Aprovação dos demais produtos, aquisição de equipamentos para a execução do projeto.

Previsão de Conclusão: Dezembro de 2008

Nome do Projeto: Substituição do Sistema Operacional da Rede Local

Status: Concluído

Informações Gerais: Detectada necessidade de mudança do sistema operacional de rede devido aos vários problemas encontrados no ambiente até então em uso e que não eram atendidos em tempo hábil. Contratação do SERPRO para mudança do sistema Operacional de Rede com a migração de todas as pastas e arquivos do servidor antigo para a nova infra-estrutura. Dentre as atividades do projeto, podem ser destacadas: levantamento de todos os serviços disponibilizados à época; montagem de laboratório para execução de testes necessários à migração; desenho de todo o modelo tecnológico necessário: padrão de nomes, infra-estrutura de sistema de diretório, sistema de arquivos, impressão, políticas de segurança do sistema operacional - SO, política de backup; execução de piloto de migração com coordenação escolhida; desenho de estratégia de migração de objetos e dados de usuários com articulação com todas as unidades da STN; homologação dos usuários; desativação de todos os serviços referentes ao SO antigo. O projeto de migração foi concluído.

Próximas Etapas: Dando continuidade às atividades, no ano de 2008 serão instalados os serviços de Distribuição de Software, Auditoria e Inventário referentes às estações de trabalho.

Previsão de Conclusão: Dezembro de 2008

Nome do Projeto: Modernização do Parque Computacional do TN

Status: concluído primeira etapa

Informações Gerais: As máquinas utilizadas pelos usuários do Tesouro Nacional já não atendiam a demanda de processamento necessária. Foram pesquisados registros de preço cujo objeto fosse a locação de estações de trabalho e ao final de 2006 foi assinado contrato para locação de 500 (quinhentas) máquinas. Em articulação com as demais unidades do Tesouro Nacional, e dado que o número de estações locadas não atendia a toda a demanda dos usuários, negociou-se a troca de 70% das estações de trabalho mais antigas em cada coordenação-geral. Como houve mudança no sistema operacional e no pacote de escritórios, foram testados todos os sistemas utilizados pelos usuários, além de se montar um cronograma de trocas que impactasse o mínimo possível o dia-a-dia da coordenação. O projeto foi concluído e o contrato foi aditivado em 25%, conforme autorização legal, para troca de mais 125 (cento e vinte e cinco) estações remanescentes.

Próximas Etapas: substituir as estações remanescentes

Previsão de Conclusão: Abril de 2008

Nome do Projeto: Migração dos Sistemas Internos (GERIR, DPI, ELABORA, HAVERES, AGRÍCOLA, AP e HABILITA)

Histórico: No início de novembro efetivou-se a migração dos Sistemas Internos para o novo ambiente de produção.

Status: Processos de ajuste serão realizados esporadicamente.

Próximas Etapas: Aguardando homologação dos usuários

Previsão de Conclusão: Abril de 2008

Nome do Projeto: Produção do Sistema Integrado da Dívida - SID

Histórico: Durante todo o ano, esta COSIS foi responsável pela produção do SID.

Houve diversas paradas tais como: correção de bugs do sistema, migração dos servidores para o novo CPD, instalação de novos servidores, substituição do rack, manutenção no sistema de climatização do CPD, interrupção no fornecimento de energia, etc. Mas todas as paradas foram realizadas sem impactos para os usuários. Foi realizado ainda o curso Administration Workshop II – Oracle 10g.

Status: Há um problema pendente junto à CIMCORP, referente a falhas nas interfaces de vídeo, teclado e mouse do servidor de banco de dados de produção (V40z).

Além disso, há previsão de atividades para os 3 primeiros meses de 2008, visando à preparação do ambiente para entrada em produção de mais um módulo do sistema (GI-2 (Parte 1)):

- Ajustes na arquitetura do SID, para permitir o acesso externo ao sistema;
- Implementação de interfaces com os Sistemas Internos (DPI) e SIAFI;
- Implantação de processos para carga automática de dados;
- Implantação de processos para monitoramento dos servidores.

Por fim, há a previsão de realizar em 2008 o curso Database Performance Tuning – Oracle 10g e cursos de JAVA e Linux no âmbito do Projeto SID.

Próximas Etapas: Aguardando prosseguimento dos cursos e ajustes nas configurações dos equipamentos instalados no CPD do TN

Previsão de Conclusão: Abril de 2008

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PARA 2007				
Mês	Previstas		Realizadas	
	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Janeiro	100	231.189,00	100	-
Fevereiro	100	236.576,00	100	101.275,00
Março	100	575.069,00	100	413.908,94
Abril	100	575.069,00	100	443.211,53
Mai	100	575.069,00	100	136.275,02
Junho	100	575.069,00	100	525.311,03
Julho	100	575.069,00	100	362.614,77
Agosto	100	575.069,00	100	595.622,11
Setembro	100	575.069,00	100	184.062,30
Outubro	100	575.069,00	100	299.606,14
Novembro	100	575.069,00	100	317.529,58
Dezembro	100	575.069,00	100	1.061.399,39
Total no Ano	100	6.218.455,00	100	4.440.815,81
(*1) Valores estimados para o exercício de 2007, conforme proposta registrada no SIGPLAN.				
(*2) Valores realizados extraídos do SISTEMA SIGPLAN.				

Desempenho Operacional

INDICADORES DE DESEMPENHO					
Denominação	Descrição (o que mede)	Fórmula de Cálculo Medição	Meta	Responsável pela Medição	Mecanismo Registro
Sistema mantido (*1)	Sistema mantido	Não há.	1	COSIS	SIGPLAN
DA = Disponibilidade de acesso mensal	Relação entre a disponibilidade efetiva do sistema durante o mês e a disponibilidade prevista nos instrumentos contratuais	DA = DE / DP, onde: DE = disponibilidade efetiva no mês (em horas) e DP = disponibilidade pré-avista no mês (em horas)	Varia	SERPRO	SLA (*2)
(*1) Indicador disponível para uso no PPA e mantido até o presente momento. Formalizado pedido de modificação no SIGPLAN cujo atendimento ainda não foi acatado.					
(*2) SLA – Acordo de Nível de Serviço – estabelecido nos contratos da STN e monitorados mensalmente.					

VALORES APURADOS							
Indicador Mensal / Mês	Sistema Mantido	AGRÍCOLA	DPI	ELABORA	FLUXOS	GERIR	HAVERES
Janeiro	1	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Fevereiro	1	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Março	1	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Abril	1	98%	98%	98%	98%	98%	98%
Maio	1	98%	98%	98%	98%	98%	98%
Junho	1	98%	98%	98%	98%	98%	98%
Julho	1	98%	98%	98%	98%	98%	98%
Agosto	1	98%	98%	98%	98%	98%	98%
Setembro	1	98%	98%	98%	98%	98%	98%
Outubro	1	98%	98%	98%	98%	98%	98%
Novembro	1	98%	98%	98%	98%	98%	98%
Dezembro	1	98%	98%	98%	98%	98%	98%
Total no Ano	1	99%	99%	99%	99%	99%	99%

Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados

Não identificada.

Responsáveis pela implementação das medidas

STN/COSIS

Análise da execução físico-financeira

A execução financeira desta ação no exercício de 2007 totalizou R\$ 4.460.447,64 (quatro milhões, quatrocentos e sessenta mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), representando 47,29% do orçamento total de R\$ 9.431.155,00 (nove milhões, quatrocentos e trinta e um mil, cento e cinquenta e cinco reais) aprovado para a ação, levando à realização de 100% da execução física prevista para essa ação, já que a meta de execução física encontra-se vinculada aos sistemas atualmente em uso. Portanto, a não conclusão do projeto SOTN acabou por não afetá-la, uma vez que o citado sistema não se encontra ainda em produção.

Principais atividades Física e Financeira ocorridas no Exercício:

O Contrato nº 39091, assinado em maio de 2006 e que sofreu um primeiro aditamento ainda em dezembro daquele ano, recebeu mais três ajustes ao longo de 2007. O primeiro deles, assinado em 13/02, indicou as notas de empenho e a

dotação orçamentária por conta das quais ocorreriam as despesas contratuais no exercício. Em seguida, na data de 30/04, foi assinado um novo aditivo com o objetivo de prorrogar a vigência contratual por mais 12 meses, até 2/05/2008. Por fim, em 30/10, foi firmado o último ajuste do ano, que alterou a descrição de alguns serviços, bem como elevou o valor global do contrato em cerca de R\$ 7 milhões, a fim de manter seu equilíbrio econômico-financeiro, uma vez que a quantidade de transações efetuadas no SIAFI, principal elemento faturável do contrato, apresenta um crescimento vegetativo da ordem de 10% ao ano. Cabe citar que os pagamentos dos serviços prestados, no que tange aos créditos orçamentários, ocorreram após a aprovação da LOA (Lei nº 11.451), em 7/02/07.

1.1.5 AÇÃO 2086 – Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI

Dados gerais

Programa	0773 – Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União
Tipo	Atividade
Finalidade	Manter o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), garantindo a sua produção e manutenções corretivas e evolutivas.
Descrição	Manutenção e desenvolvimento do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que é um importante instrumento de administração orçamentária e financeira da União e que oferece suporte aos órgãos centrais, setoriais e executores da gestão pública, tornando segura a contabilidade da União e viabilizando a gestão orçamentária e financeira a cargo das diversas unidades de administração da União. Ligados ao sistema encontram-se todos os órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS (170800)
Unidades executoras	Coordenação de Desenvolvimento Institucional - CODIN (170007)
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS (170800) e Coordenação de Desenvolvimento Institucional - CODIN (170007)
Coordenador nacional da ação	Maria Betânia Gonçalves Xavier
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	COSIS/CODIN
Objetivos	Manter o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), garantindo a sua produção e manutenções corretivas e evolutivas.
Beneficiários	Órgãos e Entidades vinculadas à Administração Pública Federal e todos os 50.000 usuários do SIAFI.

Resultados

A ação consiste basicamente na gestão dos Sistemas que compõem o Complexo SIAFI no que se refere a: manutenção e desenvolvimento de produtos de software; consultoria técnica; transferência de conhecimento; atendimento especializado; produção; infra-estrutura; serviços técnicos complementares.

Os créditos dessa ação são destinados exclusivamente a cobrir despesas com o contrato firmado com o SERPRO, não havendo, portanto, despesas com outro fornecedor. Em 2007, o total consumido nessa ação foi de R\$ 118.842.480,75 (cento e dezoito milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e oitenta reais e setenta e cinco centavos), detalhado a seguir:

Item	Realizado (R\$)	% do Total de Despesas
1. Produção do SIAFI - Operacional e Educacional	98.339.333,52	82,82%
2. Produção Siafi Gerencial, CTVS, Apoio, Atendimento	7.122.476,23	6,00%
3. Produção Serviços WEB, Rede de Acesso	6.546.022,64	5,51%
4. Desenvolvimento de Software	4.856.892,31	4,09%
5. Demais Serviços (Tomada de Contas, BGU, outros)	1.880.432,85	1,58%
Total	118.745.157,55	100,00%

A previsão estabelecida para o ano baseiou-se nas seguintes premissas:

- a) Crescimento no volume de transações de 12% em relação a 2006;
- b) Percentual de 80% de gasto com a produção do SIAFI em relação ao total gasto em toda a Ação Siafi, para os meses de fevereiro a novembro;
- c) Percentual de 90% de gasto com a produção do SIAFI em relação ao total gasto em toda a Ação Siafi, para os meses de janeiro e dezembro, quando o volume de transações são maiores em comparação aos outros meses.

Com o fim do exercício, foram apurados os seguintes valores:

- a) Crescimento de volume de transações de 8,6% em relação a 2006;
- b) Percentual de 79,51% de gasto com a produção do SIAFI em relação ao total gasto em toda a Ação Siafi, para os meses de fevereiro a novembro;
- c) Percentual de 82,82% de gasto com a produção do SIAFI em relação ao total gasto em toda a Ação Siafi, para os meses de janeiro e dezembro, quando o volume de transações são maiores em comparação aos outros meses.

A tabela a seguir demonstra as metas físicas e financeiras em 2007, que tem por referência as informações constantes do SIGPLAN. A sua execução corresponde ao sistema mantido (SIAFI) e representam os desembolsos mensais que impactam a Ação Siafi, quais sejam os relacionados à produção e desenvolvimentos no complexo Siafi, manutenção da rede local, gestão do correio eletrônico, entre outros.

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PARA 2007

Mês	Previstas		Realizadas	
	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Janeiro	100	15.832.098,81	100	-
Fevereiro	100	6.842.602,54	100	-
Março	100	7.533.440,07	100	15.909.672,34
Abril	100	3.502.087,73	100	9.774.902,04
Maiο	100	7.916.049,41	100	6.780.096,07
Junho	100	8.738.166,73	100	13.920.459,57
Julho	100	8.905.555,58	100	9.549.481,03
Agosto	100	9.945.400,96	100	8.684.596,88
Setembro	100	9.965.694,71	100	9.744.025,32
Outubro	100	9.620.961,43	100	9.358.147,74
Novembro	100	10.229.684,42	100	9.371.176,25
Dezembro	100	20.641.661,19	100	25.749.923,51
Total no Ano	100	119.673.403,59	100	118.842.480,75
(*1) Valores estimados para o exercício de 2007, conforme proposta registrada no SIGPLAN.				
(*2) Valores realizados extraídos do SISTEMA SIGPLAN.				

Dentre as atividades realizadas no contexto da ação em 2007, destacam-se o desenvolvimento de novas funcionalidades no sistema, a adequação de funcionalidades existentes, a realização de manutenções corretivas, o apoio técnico ao serviço de produção e a realização de apurações especiais, a capacitação a distância de usuários por meio do Centro de treinamento Virtual do SIAFI, o atendimento especializado aos usuários, a produção dos ambientes operacional, gerencial e educacional do SIAFI.

No ano, foram pagos nessa ação o montante de R\$ 4.856.892,31 (quatro milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e noventa e dois reais e trinta e um centavos) para conclusão dos 783 solicitações de serviço (SIGOP). É importante registrar que do total de SIGOP concluídos estão contemplados aqueles emitidos anteriores a 2007, cujo encerramento efetivamente ocorreria neste exercício.

MÊS CONCLUSÃO	SIGOP	PONTO DE FUNÇÃO	VALOR
Janeiro 2007	133	1619	R\$ 657.824,79
Fevereiro 2007	49	267	R\$ 102.932,41
Março 2007	61	1230	R\$ 396.899,91
Abril 2007	73	1218	R\$ 435.597,42
Maiο 2007	71	1521	R\$ 694.550,51
Junho 2007	47	1403	R\$ 385.305,53

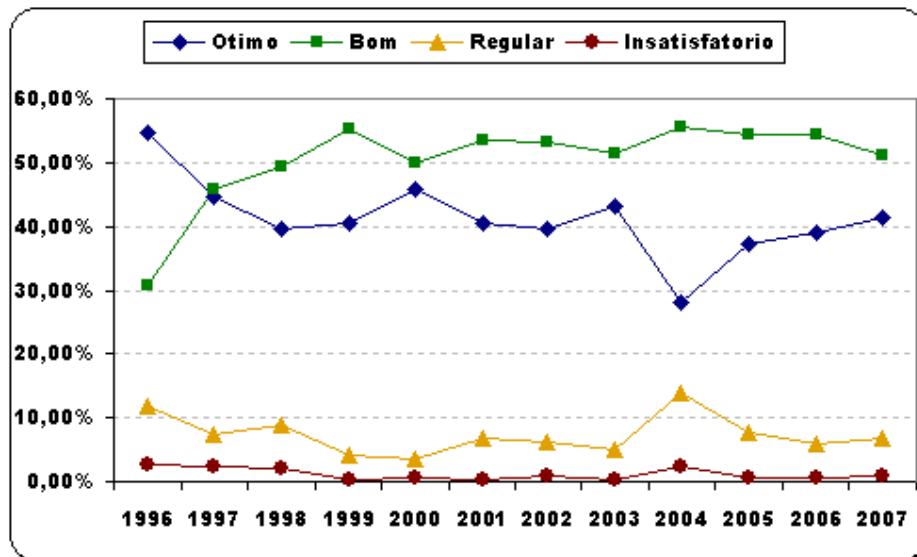
MÊS CONCLUSÃO	SIGOP	PONTO DE FUNÇÃO	VALOR
Julho 2007	53	672	R\$ 126.730,02
Agosto 2007	55	989	R\$ 583.910,12
Setembro 2007	71	460	R\$ 176.221,27
Outubro 2007	84	1602	R\$ 456.690,51
Novembro 2007	62	1601	R\$ 695.880,23
Dezembro 2007	24	361	R\$ 143.369,22
TOTAL	783	12.943	R\$ 4.856.892,31

Os resultados obtidos na pesquisa de satisfação dos usuários SIAFI (2007) indicam que somente 0,74% dos usuários consideram o SIAFI insatisfatório, 6,72% consideram-no regular e o restante dos usuários, ou seja, 92,54%, aprovam-no, e dentre estes se encontram 41,47% os que o consideram ótimo.

Demonstrativo 1 - Nível de Satisfação dos Usuários SIAFI: 2007



Demonstrativo 2 - Nível de Satisfação dos Usuários SIAFI: 1996 a 2007



Desempenho Operacional

INDICADORES DE DESEMPENHO					
Denominação	Descrição (o que mede)	Fórmula de Cálculo Medição	Meta	Responsável pela Medição	Mecanismo Registro
Sistema mantido (*1)	Sistema Mantido	Não há	1	COSIS	SIGPLAN

DA=Disponibilidade de acesso mensal	Relação entre a disponibilidade efetiva do sistema durante o mês e a disponibilidade prevista nos instrumentos contratuais	DA = DE / DP, onde DE = disponibilidade efetiva (em horas) DP = disponibilidade prevista (em horas)	100%	SERPRO	SLA (*2)
US= Pico mensal de usuários simultâneos	Quantidade máxima de usuários que acessaram simultaneamente o sistema no mês. (*3)	US = quantidade máxima de acessos simultâneos ao sistema no mês.	3000 a 5000	SERPRO	SLA(*2)
TS=Total mensal de transações	Quantidade total de transações realizadas pelos usuários do sistema no mês. (*3)	TS= volume de transações realizadas no mês	40 milhões a 100 milhões	SERPRO	SLA(*2)
PF=Quantidade de Pontos de Função	Indica a dimensão das modificações realizadas nos sistemas de informação que integram o Complexo SIAFI	Para cada solicitação de desenvolvimento/manutenção nos sistemas, calcula-se a quantidade de pontos de função, conforme orientações constantes do "Function Point Counting Practices Manual 4.1.1 (IFPUG, 2000)". Para fins estatísticos, ao final do ano, somam-se todos os pontos de função realizados e pagos no decorrer do período.	Varia	SERPRO	SLA(*2)
GS=Grau de Satisfação do Usuário SIAFI (*4)	Percepção do usuário quanto a usabilidade e disponibilidade do sistema	GS = (RA / RQ) *100, onde RA= Total de respostas para determinada alternativa RQ= Total de respostas para questão Obs.: São considerados apenas os questionários dos usuários que atendem a amostra.	Varia	COSIS	PESQUISA
<p>(*1) Indicador disponível para uso no PPA e mantido até o presente momento. Formalizado pedido de modificação no SIGPLAN cujo atendimento ainda não pôde ser acatado.</p> <p>(*2) SLA – Acordo de Nível de Serviço – estabelecido nos contratos da STN e monitorado mensalmente.</p> <p>(*3) Embora seja um número absoluto este indicador permite acompanhar a utilização efetiva do sistema pelos usuários de modo a permitir a adequação do ambiente às reais necessidades.</p> <p>(*4) Metodologia e demais resultados disponíveis no endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_pesquisa_satisfacao.asp</p>					
Indicador Anual		Valores Observados			

PF	Ao longo do ano foram contratados 12.943 Pontos de Função.			
GS	Índice de aprovação de 92,54% com relação ao uso do SIAFI sendo que 41,47% o consideram ótimo.			
Indicador Mensal / Mês	Sistema mantido	Disponibilidade de acesso	Pico de usuários simultâneos	Total de Transações
Janeiro	1	100%	1.936	72.270.120
Fevereiro	1	100%	2.078	63.020.661
Março	1	100%	2.870	79.950.895
Abril	1	100%	2.553	70.635.412
Mai	1	100%	2.923	87.590.025
Junho	1	100%	2.769	77.961.535
Julho	1	100%	2.755	77.716.994
Agosto	1	100%	3.000	85.728.082
Setembro	1	100%	2.952	76.578.747
Outubro	1	100%	2.989	89.160.391
Novembro	1	100%	3.063	90.464.337
Dezembro	1	100%	4.554	124.292.443
Total no Ano	1	100%	4.554	935.310.699

Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados

- a) Orçamento inicialmente aprovado de R\$102,1 milhões, ou seja, cerca de 73% do solicitado pela COSIS/STN (R\$139,3 milhões).
- b) Por força da não aprovação integral dos créditos solicitados inicialmente, as atividades vinculadas à ação foram replanejadas.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso

- a) Foram feitos pedidos de suplementação orçamentária através dos Memorandos nº 1531, 3014 e 5344, de março, maio e setembro de 2007, respectivamente, no valor de R\$ 24,7 milhões. Em novembro, foram aprovados apenas R\$ 7 milhões em créditos suplementares em favor da Ação Siafi, resultantes de remanejamentos provenientes da Ação Sistemas Internos (R\$ 4 milhões) e da Ação Siafi XXI (R\$ 3 milhões). Diante da carência de recursos, também em novembro foi expedida a Nota nº 2090 com o objetivo de enfatizar a situação de esgotamento da dotação orçamentária. Por fim, em 18/12, foram liberados mais R\$ 10 milhões em créditos extraordinários para essa ação.
- b) Foram necessários reestimar os volumes de serviços originalmente previstos, restringindo aos estritamente necessários à manutenção dos sistemas.

Responsáveis pela implementação das medidas

STN/COSIS

Análise da execução físico-financeira

A execução financeira desta ação, no exercício de 2007, totalizou R\$ 118.842.480,75 (cento e dezoito milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e oitenta reais e setenta e cinco centavos), representando 99,77% do orçamento total de R\$ 119.118.040,00 (cento e dezenove milhões, cento e dezoito mil e quarenta reais) aprovado para a ação, levando à realização de 100% da execução física da ação.

Tendo em vista a insuficiência de créditos orçamentários aprovados na LOA, a STN expediu várias solicitações de crédito suplementar por intermédio dos Memorandos STN/COSIS nº 1531, de 27 de março de 2007, nº 3014, de 24 de maio de 2007, e nº 5344, de 11 de setembro de 2007, sendo que o mais recente desses memorandos apontou a necessidade de suplementação de R\$ 24.700.000,00 (vinte e quatro milhões e setecentos mil reais) para viabilizar a manutenção, operacionalização e modernização do SIAFI, com segurança, durante todo o ano de 2007. O atendimento do pleito orçamentário ocorreu, parcialmente, em novembro de 2007, com o remanejamento de apenas R\$ 7 milhões, provenientes das Ações Sistemas Informatizados e SIAFI XXI, conforme Decreto de 1/11/2007 e Lei nº 11.560, de 20/11/2007. Em 18/12/2007, por intermédio da MP nº 405, foram liberados mais R\$ 10 milhões para essa Ação a título de crédito extraordinário.

Ressalte-se que embora o SIAFI seja o principal instrumento do Governo Federal para o controle e acompanhamento do gasto público, o atraso na aprovação integral dos créditos adicionais solicitados, e, ainda, a contenção de despesas com a produção do sistema, trouxeram as seguintes consequências:

- a) atraso na adequação do SIAFI para a implementação de funcionalidade requeridas por diversos órgãos que visam manutenção evolutiva do sistema;
- b) interrupção da execução de apurações especiais; e
- c) redução nos níveis de serviços contratados.

Principais atividades Física e Financeira ocorridas no Exercício:

O Contrato nº 39091, assinado em maio de 2006 e que sofreu um primeiro aditamento ainda em dezembro daquele ano, recebeu mais três ajustes ao longo de 2007. O primeiro deles, assinado em 13/02, indicou as notas de empenho e a dotação orçamentária por conta das quais ocorreriam as despesas contratuais no exercício. Em seguida, na data de 30/04, foi assinado um novo aditivo com o objetivo de prorrogar a vigência contratual por mais 12 meses, até 2/05/2008. Por fim, em 30/10, foi firmado o último ajuste do ano, que alterou a descrição de alguns serviços, bem como elevou o valor global do contrato em cerca de R\$ 7 milhões, a fim de manter seu equilíbrio econômico-financeiro do contrato, uma vez que a quantidade de transações efetuadas no SIAFI, principal elemento faturável do contrato, apresenta um crescimento vegetativo da ordem de 10% ao ano. Cabe citar que os pagamentos dos serviços prestados, no que tange aos créditos orçamentários, ocorreram após a aprovação da LOA (Lei nº 11.451), em 7/02/07.

1.1.6 Ação 3599 – Implantação do Sistema SIAFI em Plataforma Gráfica

Dados gerais

Programa	0773 – Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União
Tipo	3599 - Implantação do Sistema SIAFI em Plataforma Gráfica - SIAFI Século XXI
Finalidade	O projeto visa atender com flexibilidade e eficiência às exigências da administração orçamentária e financeira do Governo Federal, bem como exercer controle dos ativos e passivos do Tesouro Nacional, contribuindo cada vez mais para a transparência dos gastos públicos.
Descrição	Planejamento, elaboração e implantação do projeto do novo sistema "SIAFI em Plataforma Gráfica - SIAFI Século XXI" que venha a imprimir modernidade ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS (170800)
Unidades executoras	Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública e Desenvolvimento Institucional - CODIN (170007)
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS (170800) e Coordenação de Desenvolvimento Institucional - CODIN (170007)
Coordenador nacional da ação	Maria Betânia Gonçalves Xavier
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	COSIS/CODIN
Beneficiários	Órgãos e Entidades vinculadas à Administração Pública Federal e todos os 50.0000 usuários do SIAFI.

Resultados

Entre 2004 e 2005 ocorreu o replanejamento do projeto, que culminou na elaboração do novo plano global para as atividades relacionadas especificamente ao desenvolvimento de sistemas, por meio do qual se dividiu o projeto em duas grandes etapas:

- Etapa 1 – Planejamento e Modelagem: consiste no replanejamento geral do projeto, definição do escopo do sistema, da tecnologia e do processo de software a ser utilizado e comprovação da viabilidade do projeto.
- Etapa 2 – Construção da solução: É a construção propriamente dita, com especificação de requisitos, análise, projeto, codificação, teste, homologação e implantação dos diversos módulos do sistema

A fim de melhor caracterizar essa nova abordagem, foi solicitada em 2007 a atualização do nome, da descrição e do objetivo da dessa ação orçamentária.

No decorrer deste exercício predominaram atividades internas que visaram à definição do escopo e da arquitetura do sistema, evoluindo nas fases que o RUP denomina como 'concepção' e 'elaboração'. Entre essas atividades, se destacam:

- validação da estrutura hierárquica do novo sistema junto às áreas de negócio da STN;
- validação das funcionalidades contempladas no novo sistema junto às áreas de negócio da STN;
- definição do processo de desenvolvimento a ser utilizado na construção do novo sistema;
- identificação das ferramentas a serem utilizadas na construção do novo sistema;
- elaboração da proposta de arquitetura do novo sistema;
- definição do processo de validação tecnológica e arquitetural do novo sistema.

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PARA 2007				
Mês	Previstas		Realizadas	
	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Janeiro	0,40%	-	0,00%	-
Fevereiro	0,51%	-	0,48%	-
Março	0,67%	-	0,70%	-
Abril	0,37%	-	0,84%	-
Mai	0,37%	-	0,15%	-
Junho	0,92%	-	0,00%	-
Julho	0,00%	-	0,92%	-
Agosto	0,02%	-	0,00%	-
Setembro	0,40%	-	0,02%	-
Outubro	0,00%	-	0,26%	-
Novembro	0,02%	-	0,11%	-
Dezembro	0,07%	-	0,11%	-
Total no Ano	3,75%	-	3,59%	-
Total do Projeto (Acumulado até 2007)	52,42%	-	52,26%	-
(*) O projeto está estimado em R\$ 58.467.046,00				

Desempenho Operacional

INDICADORES DE DESEMPENHO					
Denominação	Descrição (o que mede)	Fórmula de Cálculo Medição	META	Responsável pela Medição	Mecanismo Registro
EFP (% de execução física do projeto)	Percentual dos produtos efetivamente concluídos (gerados e aprovados) durante a execução das etapas 1 e 2 do projeto SIAFI XXI, a partir de seu replanejamento em 2005.	$EFP = (A / T)$, onde : A = somatório do peso relativo dos produtos gerados e aprovados, e T = somatório do peso relativo do conjunto de todos os produtos previstos para o projeto	% estimado a cada ano	COSIS	SIGPLAN

Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados

Havia previsão de equiparar o andamento físico do projeto à sua execução financeira, meta atingida com a assunção pela equipe da COSIS/STN de parte da Etapa 1. Para a conclusão dessa Etapa resta a validação da tecnologia a ser adotada na construção do sistema. Tal tarefa encontra-se à cargo do Serpro.

Medidas Implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso

Tratamento adequado para a mitigação dos riscos associados à definição da tecnologia e da arquitetura do novo sistema, exigindo mais tempo nas etapas preparatórias da definição tecnológica propriamente dita.

Responsáveis pela implementação das medidas

STN/COSIS

Análise da execução físico-financeira

Algumas etapas deste projeto foram realizadas internamente, objetivando modelar o negócio e especificar os requisitos do software a ser desenvolvido, bem como definir a estratégia a ser utilizada para: contratação, construção e implantação do Sistema.

1.1.7 Outras Ações - Sistema Integrado da Dívida Pública – SID

Dados gerais

Programa	BRA/01/07 - Proger – Programa de Fortalecimento do Gerenciamento Fiscal e Financeiro
Tipo	Desenvolvimento do Sistema Integrado da Dívida Pública - SID
Finalidade	Automatizar, apoiar e controlar as atividades, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, relacionadas à gestão da Dívida Pública.
Descrição	<p>Planejamento, contratação e desenvolvimento do Sistema Integrado da Dívida Pública – SID. O projeto visa construir um sistema de informação unificado, que contenha ferramentas integradas de software especialmente desenhadas para atender as crescentes e complexas necessidades da gestão da dívida pública. O projeto foi dividido em quatro serviços, executados de forma paralela no tempo, a saber:</p> <p>Serviço I. Desenvolvimento do Sistema Serviço II. Treinamento e Capacitação Serviço III. Administração Técnica Serviço IV. Gerência de Projeto</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Unidades executoras	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação - COSIS Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública - CODIV
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública - CODIV (170601) Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS (170800)
Coordenador nacional da ação	Paulo Fontoura Valle – Coordenador do PROGER Otávio Ladeira de Medeiros – Coordenador do PROGER – Substituto
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	CODIV/COSIS
Beneficiários	Áreas gestoras da Dívida Pública no âmbito da STN.

Resultados

O ano de 2007 foi marcado pela continuidade no desenvolvimento dos submódulos mais importantes do sistema SID, Dívida Mobiliária e Dívida Contratual, iniciados no mês de novembro de 2006. Além dos submódulos de administração de contratos e títulos, também foram objeto do trabalho os submódulos de Cenários e Indexadores.

Os submódulos de Dívida Contratual e Dívida Mobiliária foram subdivididos em pacotes de implantação menores, de forma a minimizar riscos de projeto e reduzir o esforço de implantação, inicialmente concentrado em um único momento. Cabe ressaltar que estas implantações têm como premissa agregar ao negócio o sistema como ferramenta da rotina operacional das áreas.

Nesse sentido, compõem o primeiro pacote de implantação, previsto para o primeiro semestre de 2008, os submódulos: Indexadores, Cenários e Dívida Mobiliária – Cadastro de Títulos.

Esta implantação permitirá a disponibilização de cenários aos usuários das diversas coordenações-gerais da STN, a administração centralizada do cadastro de indexadores, o cadastro de títulos e o cálculo dos valores unitários destes.

Sob o ponto de vista de gestão, o foco está concentrado na otimização de processos do Consórcio contratado, com a eleição de pontos de controle, na fase de especificação, e na auditoria do processo de construção, medidas preventivas à não recusa dos produtos entregues à STN.

Desempenho Operacional

Os indicadores de desempenho da execução física deste projeto baseiam-se não nas atividades realizadas, mas nos produtos efetivamente entregues e aprovados conforme as regras do contrato, como demonstra a tabela a seguir:

Serviço	Executado em 2006 (%)	Executado em 2007 (%)	Total / Fase I (%)
Serviço I (Especificação, Construção e Implantação)	18,54%	5,17%	23,71%
Serviço II (Capacitação)			
<i>Básica</i>	12,36%	6,18%	18,54%
<i>Avançada</i>	14,64%	5,63%	20,27%
Serviço III (Administração Técnica)	18,54%	5,17%	23,71%
Serviço IV (Gestão)	18,54%	5,17%	23,71%
Média de Execução	16,53%	5,47%	21,99%

* Como somente foram contratados os serviços para a Fase I, que representa 49,51% do projeto total, conclui-se que 44,42% da Fase I foi realizada.

Vale ressaltar que em média já foram executados 21,99% do Projeto SID e, efetivamente, houve a conclusão de 23,71% do Sistema (Serviço I). Nota-se que por regra contratual, e para a boa gestão tecnológica, os produtos relativos aos serviços II, III e IV só poderão ser aprovados após o aceite dos produtos relativos ao Serviço I.

Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados

Não identificada.

Medidas Implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso

Não identificada.

Responsáveis pela implementação das medidas

STN/COSIS. Informações adicionais sobre este projeto poderão ser obtidas com a STN/CODIV.

1.1.8 Ação 0556 - Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas

Descrição

Trata-se de ação orçamentária, constante do PPA, definida como Operação Especial, portanto sem contrapartida, destinada a cobrir despesas de custeio da Fundação Getúlio Vargas.

Objetivos

Realizar estimativas de índices econômicos, realização de estudos econômicos e de estudos relacionados à modernização da administração pública.

Beneficiários

Governo Federal.

Indicadores de Desempenho

Não se aplica.

Metas físicas e financeiras previstas

CATEGORIA ECONÔMICA	LOA APROVADA (R\$) (A)	PROVISÃO RECEBIDA UG 170007 (R\$) (B)	CRÉDITO EXECUTADO UG 170007 (R\$) (C)	% DE EXECUÇÃO (D = C / B)
Transferências Correntes	49.250.000,00	30.000.000,00	30.000.000,00	100
TOTAL	49.250.000,00	30.000.000,00	30.000.000,00	100

Fonte: SIAFI - UG 170007 / Gestão 0001 - Consultas em 26/0/08: Transação CONOR [CRED MOV RECEB / DOTAÇÃO INICIAL / EXECUÇÃO DA DESPESA / RESTOS A PAGAR]

A transferência dos recursos foi realizada em conformidade com a Instrução Normativa STN nº 03, de 24/07/2002.

Resultados alcançados

Não se aplica

Medidas Saneadoras

Não se aplica

Comparação entre a proposta orçamentária e os valores efetivamente aprovados na LOA:

Proposta Orçamentária para 2007 – R\$ 5.000.000,00

Valor consignado na LOA 2007 – R\$ 49.250.000,00

Valor consignado na LOA 885% maior do que a proposta orçamentária.

Esta ação não possui meta física associada por tratar-se de operação especial. Entretanto, o orçamento de 2007 contemplou a presente ação com o produto entidade apoiada e com a meta 3, porém a ação é uma operação especial e não deveria haver produto nem unidade de medida. Dessa forma, também não deveria haver execução física para esta ação, conforme inciso IV do artigo 5º da LDO (Lei 11.439/2006) e de acordo com o Manual de Elaboração do PPA, na sua Parte I no tópico que trata do Tipo de ação, no subtópico Operação Especial, no item 11- Contribuição a organismos e/ou entidades nacionais ou internacionais.

1.2 UCP – PACE (Programa de Assistência Técnica ao Crescimento Equitativo e Sustentável)

1.2.1 AÇÃO 1060 – Assistência Técnica ao Crescimento Equitativo e Sustentável

Dados gerais

Programa	0773 – Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União
Tipo	Projeto
Organismo financiador	BIRD – International Bank for Reconstruction and Development
Código do empréstimo	7253- BR
Projeto	P083533 - Empréstimo de Assistência Técnica para o Crescimento Sustentável e Equitativo
Finalidade	Apoiar atividades de assistência técnica destinada a promover o aumento da produtividade da economia brasileira. O financiamento consiste principalmente em assistência técnica e de serviços de treinamento.
Descrição	Trata-se do apoio a projetos e estudos que busquem promover reformas microeconômicas nas áreas de: (i) logística, onde a prioridade é reduzir o custo do despacho aduaneiro, dos serviços portuários e do transporte rodoviário, bem como estimular o desenvolvimento do transporte multi-modal; (ii) clima de negócios, cujo foco está no aperfeiçoamento do marco regulatório para os setores de infra-estrutura, no controle de abuso do poder econômico

	<p>(defesa da concorrência), na simplificação dos procedimentos de registro e legalização de empresas e na reforma do arcabouço legal que rege os processos falimentares; (iii) sistema financeiro, cujo objetivo é promover o aumento da competição do setor bancário, aprimorar os mecanismos de controle do risco sistêmico, favorecer a mobilização de recursos de longo prazo no setor de seguros e criar mecanismos eficientes de ampliação do acesso ao crédito e aos serviços financeiros para os pobres e para as pequenas e médias empresas; e (iv) inovação, cujo objetivo é aumentar a efetividade dos recursos públicos aplicados em P&D, estimular a inovação no setor privado e incentivar os processos de inovação atrelados ao mercado de crédito de carbono previstos pelo Protocolo de Kioto.</p> <p>Cumpra ainda destacar que o PACE encontra-se vinculado ao Empréstimo Programático de Ajuste para o Crescimento Equitativo e Sustentável, no valor de US\$ 505,05 milhões de dólares, aprovado em 19 de fevereiro de 2004 pela Diretoria Executiva do BIRD, e pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, em 13 de abril de 2004. O objetivo desse empréstimo de ajuste é reforçar as reservas internacionais do País e é concedido com base em uma agenda de reformas macroeconômicas definida pelo governo brasileiro e apoiada pelo BIRD.</p>
Unidade responsável	Coordenação de Desenvolvimento Institucional - CODIN
Supervisor do PACE	Líscio Fábio de Brasil Camargo
Coordenador da UCP/STN	Adriano Pereira de Paula
Beneficiários	<p>O Projeto tem as suas ações distribuídas em 4 Ministérios (Fazenda, Justiça, Ciência e Tecnologia, Transportes), 2 Agências (Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ) e no Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT, subdivididos ainda em 11 Órgãos Executores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - MF: SPE, SEAE, SRF, UCP, SUSEP; - MJ: SDE, SRJ, CADE; - MCT: SE; - MT: SGPT, SPNT;

Informações sobre o projeto financiado com recursos externos

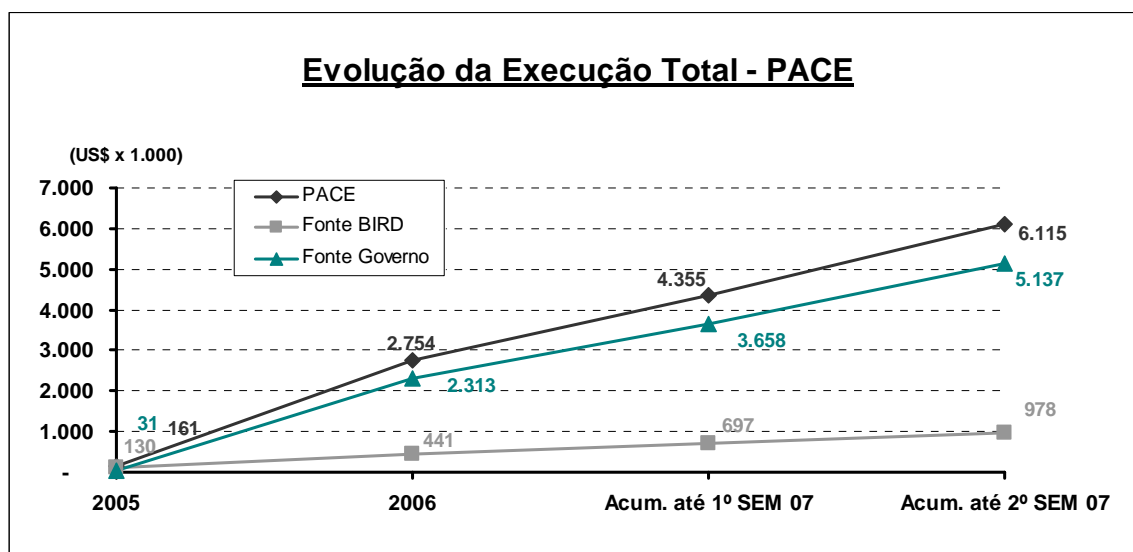
Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional (Realizado)	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Organismo financiador: BIRD – International Bank for Reconstruction and Development Código do empréstimo: 7253- BR Projeto: P083533 - Empréstimo de Assistência Técnica para o Crescimento Sustentável e Equitativo	US\$ 14,4 milhões	US\$ 8,87 milhões (acum. até dez/07)	US\$ 6,95 milhões (acum. até dez/07)	US\$ 1,55 milhão (acum. até dez/07)	Os Ministérios da Justiça, Fazenda e Ciência e Tecnologia firmaram convênio com o PNUD para a realização das suas contratações.	US\$ 0,93 milhão	US\$ 1,61 milhão		
		US\$ 2,89 milhões (de jan/07 a dez/07)	US\$ 1,33 milhões (de jan/07 a dez/07)	US\$ 0,44 milhão (de jan/07 até dez/07)					

Observação: Fundos do BIRD que foram recebidos, e todas as despesas em moeda estrangeira que foram feitas, são convertidos segundo a taxa de câmbio PNUD à data da transação. A média simples dessas taxas desde a introdução do projeto é de aproximadamente: 1 US\$ = R\$ 2,26.

Relatório de progresso

O Projeto está em execução desde setembro de 2004, mas a assinatura do contrato de empréstimo ocorreu somente um ano depois (outubro de 2005). Embora esteja sendo executado desde 2004, a implementação das ações se acelerou a partir de junho/2006, tendo encerrado aquele ano com um comprometido total de US\$ 2,75 milhão. Até dezembro/2007, o projeto atingiu um comprometido total de US\$ 6,11 milhão.

Conforme se observa no gráfico a seguir, entre os exercícios de 2006 e 2007 houve um acentuado incremento de aplicações tanto na fonte BIRD quanto Local.



ENTIDADE / FONTE	2005	2006	Acum. até 1º SEM 07	Acum. até 2º SEM 07
<i>PACE</i>	161	2.754	4.355	6.115
<i>Fonte BIRD</i>	130	441	697	978
<i>Fonte Governo</i>	31	2.313	3.658	5.137

2. Outras Atividades Relevantes Desenvolvidas

Promover, em conjunto com a ESAF, o XII Prêmio Tesouro Nacional 2007.

Descrição

Promover, em conjunto com a ESAF, o XII Prêmio Tesouro Nacional 2007.

Objetivos

Estimular a pesquisa na área de Finanças Públicas, reconhecendo trabalhos de qualidade técnica e aplicabilidade na Administração Pública.

Beneficiários

Servidores Públicos; Público acadêmico em geral; Instituições de Pesquisa.

Indicadores de Desempenho

Cumprimento dos prazos no cronograma. Foram inscritas 136 monografias nos temas: Ajuste Fiscal e Dívida Pública, Tópicos Especiais de Finanças Públicas, Tributação, Orçamentos e Sistemas de Informação sobre a Administração Financeira Pública, Qualidade do Gasto Público e Lei de Responsabilidade Fiscal (tema especial).

Metas físicas e financeiras previstas

Promover 1ª fase com a publicação do regulamento até 28.04.2007. Promover segunda fase com a premiação até 14.12.2007.

Resultados alcançados

Absorção de novos conhecimentos aplicáveis à realidade do Tesouro Nacional, Ampliação do relacionamento com a comunidade acadêmica, Promoção da instituição junto à sociedade, estímulo à produção de conhecimento passíveis de aplicabilidade pela administração pública federal, estadual e/ou municipal.

Medidas Saneadoras

Não se aplica.

Curso de Aperfeiçoamento para Promoção 2007

Descrição

Curso de Aperfeiçoamento para Promoção dos servidores da Carreira Finanças e Controle lotados na Secretaria do Tesouro Nacional.

Objetivos

Promover o Curso de Aperfeiçoamento para promoção dos servidores da Carreira Finanças e Controle da STN, mediante modalidade de educação a distância, conforme Edital ESAF nº 30, de 15/06/2007, publicado no Boletim de Pessoal nº 24, de 15/06/2007, de modo a facilitar a participação dos inscritos sem deslocamento de seus locais de trabalho.

Beneficiários

Servidores da Carreira Finanças e Controle lotados na STN.

Indicadores de Desempenho

Denominação	Descrição (o que mede)	Fórmula de Cálculo Medição	Responsável pela Medição
Servidores Promovidos	Mede o percentual de servidores promovidos	$\left(\frac{\text{N}^\circ \text{ Servidores Promovidos}}{\text{N}^\circ \text{ Servidores Convocados}} \right) \times 100$	CODIN/STN

Indicador – 76 servidores promovidos / 86 servidores convocados, o que resulta em 88,4% de servidores promovidos.

Metas físicas e financeiras previstas

A realização dos cursos, categorias Analista e Técnico de Finanças e Controle, ocorreu no período de 02/07 a 24/08/2007, na modalidade de educação a distância, com custo, por aluno, no valor de R\$ 361,01.

Resultados alcançados

Dos 86 servidores convocados, 10 não efetuaram a inscrição no curso, 38 solicitaram dispensa, amparados pelo Decreto nº 1.926, de 13/06/1996, 38 participaram e foram aprovados, conforme Portaria ESAF nº 95, de 29/08/2007, publicada no Boletim de Pessoal nº 35, de 31/08/2007, totalizando 93,6% de aproveitamento.

Medidas Saneadoras

Não se aplica.

Programa de Capacitação do Tesouro Nacional 2007

Descrição

Programa de Capacitação do Tesouro Nacional 2007.

Objetivos

Propiciar a qualificação profissional do corpo técnico do Tesouro Nacional, mediante viabilização de programas de aperfeiçoamento, atualização e especialização no país e no exterior.

Beneficiários

Servidores em exercício na Secretaria do Tesouro Nacional.

Indicadores de Desempenho

Denominação	Descrição (o que mede)	Fórmula de Cálculo Medição	Responsável pela Medição
Média das vagas disponibilizadas por servidor	Quantidade média de vagas oferecidas	Total de vagas disponibilizadas/ Total de servidores da STN	CODIN/STN

Indicador – 1300 vagas disponibilizadas/681 servidores, o que resulta em uma média de 1,91 vagas oferecidas por servidor.

Denominação	Descrição (o que mede)	Fórmula de Cálculo Medição	Responsável pela Medição
Nº de horas de capacitação disponibilizadas	Quantidade média de horas de treinamento	Total de horas disponibilizadas/nº de servidores	CODIN/STN

Indicador – 29.603 horas disponibilizadas/681 servidores, o que resulta em uma média de 43h/servidor.

Denominação	Descrição (o que mede)	Fórmula de Cálculo Medição	Responsável pela Medição
Investimento em capacitação por servidor	Volume médio de recursos aplicados em treinamento	Volume total de recursos investidos em capacitação/nº de servidores	CODIN/STN

Indicador – R\$ 543.953,23/681 servidores, o que resulta em uma média de R\$ 798,76 por servidor.

Metas físicas e financeiras previstas

Foi investido R\$ 543.953,23 no Programa de Capacitação do Tesouro Nacional 2007.

Resultados alcançados

Foram disponibilizadas 1300 vagas para participação dos servidores do Tesouro Nacional em eventos de Capacitação nos campos de conhecimento Técnico, Técnico-Complementar, Gestão e Institucional, correspondentes à média de 43 horas por servidor, tendo por base o quantitativo atual de 681 servidores. O investimento foi de R\$ 798,76 per capita.

Medidas Saneadoras

Não se aplica.

Concurso Público AFC 2005 - Complementação

Descrição

Concurso Público AFC 2005 - complementação.

Objetivos

Suprir a necessidade de servidores existente no quadro de pessoal da STN, convocando, treinando, nomeando e alocando candidatos aprovados na primeira etapa do Concurso AFC 2005, conforme autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Portaria nº 323, de 26/10/2006, DOU de 30/10/2006).

Beneficiários

Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Indicadores de Desempenho

Denominação	Descrição (o que mede)	Fórmula de Cálculo Medição	Responsável pela Medição
Atendimento da necessidade de pessoal	Mede o preenchimento das vagas oferecidas	$(N^{\circ} \text{ Servidores Ingressos} / N^{\circ} \text{ Vagas Oferecidas}) \times 100$	CODIN/STN

* Servidores ingressos são aqueles nomeados e que entraram em exercício.

Indicador – 84 servidores ingressos / 102 vagas oferecidas, o que resulta em 82,4% de atendimento da necessidade de pessoal.

Metas físicas e financeiras

O Curso de Formação para o cargo de Analista de Finanças e Controle ocorreu no período de 08/01 a 16/02/2007, com custo de R\$ 279.046,70, o qual acrescido de R\$ 248.726,50, concedidos a título de bolsa-auxílio, perfaz um custo total de R\$ 577.773,20, e custo por aluno no valor de R\$ 5.674,98.

Resultados alcançados

Ingresso de 80 servidores na STN e 4 na SPE, nomeados pela Portaria MF/SPOA/COGRH Nº 144, de 30/03/2007, publicada no DOU de 02/04/2007.

Medidas Saneadoras

Não se aplica.

3. Informações Sobre os Gastos com Cartão de Crédito Corporativo

Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas pagas mediante fatura

Ano	Valor (R\$)
2005	R\$ 1.301,02
2006	R\$ 6.646,32
2007	R\$ 12.479,49

Fonte: www.transparência.gov.br

Cartão de crédito corporativo: série histórica dos saques efetuados

Ano	Valor (R\$)
2005	R\$ 401,00
2006	R\$ 5.007,00
2007	R\$ 5.303,00

Fonte: www.transparência.gov.br

Cartão de crédito corporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura em 2007

Fonte: www.transparência.gov.br

Descrição da ocorrência	Data do Gasto	Justificativa	Responsável	Valor (R\$)
29/nov/06	Impressão de certificados	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	55,00
30/nov/06	Arquivo Polycard Papelão/Etiq. Pimaco	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	461,80
4/dez/06	Filtro de linha Ragtech 6 tom. 1500VA	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	180,00
11/dez/06	Resistência maq. Café reta 1500w	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	46,00
12/dez/06	Adaptado DVI para VGA	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	65,00
12/dez/06	Filtro de linha Strahl 5 tomadas, com 5 metros	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	125,40
13/dez/06	Papel A3, papel cartão, tinta para carimbo	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	106,64
20/dez/06	Papel A4 180G	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	25,00
27/dez/06	Caderno 10 matérias	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	9,80
27/dez/06	Elastobolha (plástico bolha)	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	182,70
13/fev/07	Compra de papel filiperson verge	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	25,70

15/fev/07	NBR5410 e NBR6689	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	177,90
16/fev/07	Compra de tomada de porcelana/Fita de dupla face	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	40,00
26/fev/07	Compra de placa em aço escovado	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	150,00
27/fev/07	Compra de régua 8 tomadas/mouseUSB/conversor/conector RJ45/cabo	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	290,00
27/fev/07	Compra de câmara para carrinho de duas rodas	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	7,60
7/mar/07	Compra de etiqueta Inkjet laser	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	327,60
23/mar/07	Compra de bolsas para projetor de imagem	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	246,09
23/mar/07	Compra de cabo VGA/pilha AA/pilhaAAA	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	132,20
23/abr/07	Papel A3	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	259,80
27/abr/07	Compra de papel couchê brilho 170g	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	54,80
3/mai/07	Compra de caderno universitário	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	24,95
7/mai/07	Conserto de equipamentos	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	570,00

7/mai/07	Papel para plotter	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	58,00
17/mai/07	Cartucho para plotter	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	604,00
23/mai/07	Papel Couchê 170g	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	16,60
30/mai/07	Compra de lona plástica/tinta/massa corrida/lixa	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	260,00
1/jun/07	Compra de porta documento	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	136,64
4/jun/07	Compra de antiengripante/trena/fita dupla face	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	80,00
4/jun/07	Compra de papel A4 90 grs	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	527,00
2/jul/07	Compra de caixa de papelão	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	237,00
3/jul/07	Compra de material para CPD	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	720,00
4/jul/07	Compra de campainha sem fio/pilha AA	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	71,50
4/jul/07	Compra de etiqueta ink jet	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	70,00
11/jul/07	Compra de papel vergê branco	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	26,97

13/jul/07	Compra de suporte para CPU	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	85,00
18/jul/07	Compra de mergulhão/fixador para porta	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	67,00
19/jul/07	Conserto em forno de microondas	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	195,00
20/jul/07	Compra de caixas de papelão	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	237,00
23/jul/07	Compra de caderno/fita transparente/pilhas AA e AAA	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	118,12
10/ago/07	Compra de cabo DB 15	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	164,50
21/ago/07	Compra de cola fórmica	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	34,00
21/ago/07	Compra de termostato para cafeteira elétrica	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	68,00
23/ago/07	Compra de luvas/máscara e aventais descartáveis	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	123,84
29/ago/07	Compra de papel para embrulho/plástico bolha	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	530,90
29/ago/07	Compra de fita de PVC 50x50	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	117,00
29/ago/07	Compra de arranjo de flôres para missa institucional	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	120,00

30/ago/07	Compra de etiqueta adesiva 6184 e 6280	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	84,58
13/set/07	Compra de juba ref. 1403	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	89,40
13/set/07	Compra de óculos de proteção	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	26,00
14/set/07	Compra de flanela para limpeza	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	14,50
14/set/07	Compra de mouses	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	597,00
14/set/07	Serviço de impressão policromia digital	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	432,00
19/set/07	Compra de adaptador BNC/cabo P2 SC X RCA	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	12,00
19/set/07	Compra de funis	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	22,40
19/set/07	Compra de cola Rhodopás/Trinchas	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	53,46
19/set/07	Compra de papel A3	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	400,00
20/set/07	Serviço de tradução inglês x português x inglês	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	750,00
21/set/07	Compra de suporte para CPU	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	85,00

25/set/07	Compra de lixeira com pedal	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	245,65
3/out/07	Compra de fixador para porta	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	25,00
3/out/07	Compra de bule de um litro	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	67,45
10/out/07	Compra de plugues macho e fêmea	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	69,00
10/out/07	Compra de papel couchê brilho	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	16,60
16/out/07	Compra de rodas para carrinhos de cargas	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	188,00
22/out/07	Compra de papel couchê brilho 120 e 170 gr	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	91,40
25/out/07	Compra de cabo HDL5MxHDL5M	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	108,00
12/mar/08	Conserto de microfone CSR Pró-1200RP 327414	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	60,00
21/mar/08	Conserto de guilhotina	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	260,00
18/abr/08	Conversão VHF-DVD	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	30,00

11/jul/08	Conserto de fragmentadora pat. 332965 = R\$ 280,00 Conserto furadeira 1 furo Pat. 3674/305250 = R\$ 240,00	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	520,00
-----------	---	--	--------------------------------	--------

Cartão de crédito corporativo: detalhamento das despesas pagas mediante saque em 2007

Fonte: www.transparência.gov.br

21/dez/06	SAQUE (Conserto em persianas horizontais R\$ 790,50 + Cola super bonder R\$ 9,50 = R\$ 800,00)	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	500,00
22/dez/06	SAQUE (Conserto em persianas horizontais R\$ 790,50 + Cola super bonder R\$ 9,50 = R\$ 800,00)	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	300,00
28/dez/06	SAQUE (Peças para sinalização = R\$ 800,00)	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	800,00
23/fev/07	SAQUE ISBN = R\$ 26,00	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	26,00
28/fev/07	SAQUE Suplemento do orçamento = R\$ 130,00	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	130,00
7/mar/07	SAQUE Cola vermelha para plotagem = R\$ 40,00	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	40,00
9/mar/07	SAQUE Impressão policromia digital sobre lona	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	330,00
1/jun/07	SAQUE Etiqueta adesiva em fita de poliester = R\$ 790,00	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	790,00

5/jun/07	SAQUE Placa em acrílico = R\$ 500,00	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	500,00
5/jun/07	SAQUE ISBN = R\$ 28,00	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	28,00
6/jun/07	SAQUE Imã adesivo = R\$ 60,00	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	60,00
4/jul/07	SAQUE ISBN = R\$ 28,00	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	28,00
10/ago/07	SAQUE Conserto forno de microondas RP 320883 = R\$ 195,00	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	195,00
29/ago/07	SAQUE Conserto em cafeteira elétrica = R\$160,00	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	160,00
4/set/07	SAQUE ISBN = R\$ 56,00	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	56,00
10/out/07	SAQUE Consertos em aparelhos de Fax = R\$ 220,00	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	220,00
14/nov/07	SAQUE Conserto de Guilhotina = R\$ 185,00	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	185,00
20/nov/07	SAQUE Cabo DB15 com 15m/cabo RCA 12m = R\$ 380,00	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	380,00
21/nov/07	SAQUE Serviço de manutenção em símbolo tipo Caixa	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	300,00
21/nov/07	SAQUE Garras dupl.anel várias bitolas	Necessidade de realizar a despesa de pequeno vulto	Raimundo Antonio Cardoso Couto	275,00

4. Recomendações e Determinações dos Órgãos de Controle

a) Recomendações da Secretaria Federal de Controle Interno/CGU

Relatório N°: 190231, referente à tomada de contas 2006 da STN, Processo N.º: 17944.000354/2007-81.

Item da Constatação que originou a Recomendação do Relatório	Recomendação
4.2.2.2	A Unidade deve fazer constar nos autos dos processos de dispensa de licitação toda a documentação necessária ao cumprimento das exigências da legislação. Em especial deve levar em consideração as recomendações dos pareceres que têm o condão de analisar juridicamente as peças processuais.

Esclarecimentos da STN

Conforme informado no Anexo ao Ofício 7022/2007/CODIN/STN, de 20/08/2007, a CODIN concorda com a recomendação feita pela CGU e reforçou o cuidado na instrução dos processos.

b) Determinações exaradas pelo TCU

Não foram identificadas recomendações/determinações do Tribunal para a CODIN/STN no exercício de 2007.

Inventário de Bens Móveis - Exercício de 2007 - UG 170007

Em cumprimento à Portaria STN N°658, de 09/10/2007, publicada no Boletim de Pessoal n° 41, de 11/10/2007, foi realizado o inventário físico-financeiro dos bens móveis da STN, em que não foi constatado extravio de bens.

5. Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício

Tipo	Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido/ transferido no exercício	Contra-partida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?)
Convênio	00001/2006	Processo nº 17944001969/2005-63	Convênio de cooperação técnica visando à realização de coleta de dados contábeis junto aos municípios brasileiros	Publicação de extrato de convênio – 4/5/2006	R\$ 13.593.267,58 (72 meses) Início 2006 Término 2011	R\$ 550.913,08 (2006) R\$ 1.220.720,71 (2007)	50% do valor total pactuado	Caixa Econômica Federal 00.360305/0001-04	-
Contribuição	UO 25101 Ação Orçamentária 04.121.0773.0556.0001	Não Há	Operação Especial (IN STN 03/2002)	8/2/2007	R\$ 49.000.000,00	R\$ 30.000.000,00	-	Fundação Getúlio Vargas 33.641.663/0001-44	-
Convênio	00002/2006	Processo nº 17944000913/2006-72	Realização de estágio de estudantes de nível médio e superior e a concessão de bolsa de estágio	Publicação de extrato de convênio – 26/6/2006	R\$ 423.130,80 Até 13/6/2007	R\$ 112.862,74	-	Centro de Integração Empresa Escola 61.600.839./0001-55	-

Obs.: esclarecemos que quanto às contas de convênio, o detalhamento dos saldos a liberar, aprovar e a comprovar com vigência expirada não se aplica ao nosso caso, devido ao fato de os nossos convênios estarem em vigor.